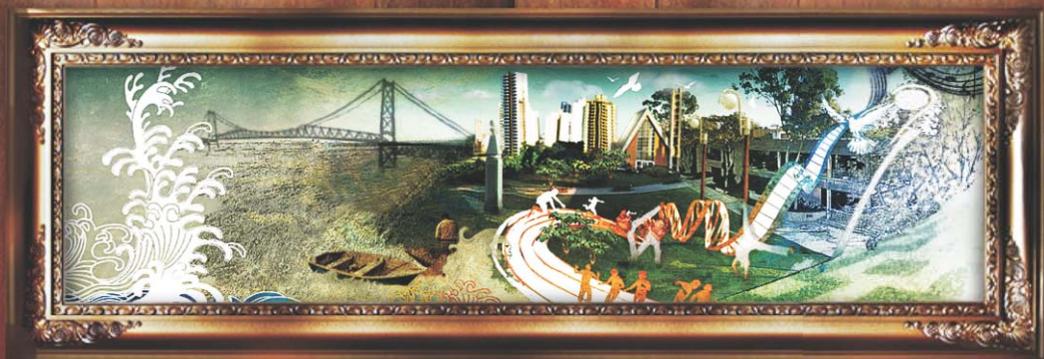


# CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: AÇÕES PRESERVACIONISTAS DE LONDRINA, REGIÃO NORTE DO PARANÁ E SUL DO PAÍS.



Leandro Henrique Magalhães (org)  
Elisa Roberta Zanon (org)  
Patrícia Martins Castelo Branco (org)

# A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS:

AÇÕES PRESERVACIONISTAS DE LONDRINA,  
REGIÃO NORTE DO PARANÁ E SUL DO PAÍS

Leandro Henrique Magalhães (org)  
Elisa Roberta Zanon (org)  
Patrícia Martins Castelo Branco (org)





# A Construção de Políticas Patrimoniais: Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País

---

Organizadores

Leandro Henrique Magalhães  
Elisa Roberta Zanon  
Patrícia Martins Castelo Branco

1ª edição



Londrina  
2009

C775 A construção de políticas patrimoniais: ações preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do país / organizadores Elisa Roberta Zanon, Patrícia Martins Castelo Branco, Leandro Henrique Magalhães. - Londrina: EdUniFil, 2009.

160p.

ISBN 978-85-61986-10-0

1. Educação Patrimonial. 2. Patrimônio Histórico e Cultural. 3. PROMIC. I. Zanon, Elisa Roberta, coord. II. Castelo Branco, Patrícia Martins, coord. III. Magalhães, Leandro Henrique, coord.

CDD 363.69

Bibliotecária Responsável: Thais Fauro Scalco

# Conselho Editorial

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Damares Tomasin Biazin (Presidente)

Prof. Ms. Luís Marcelo Martins

Prof<sup>ª</sup>. Ph.D. Luciana Grange

Prof. Ms. Ivan Prado Junior

Prof. Dr. João Antônio Cyrino Zequi

Prof. Ms. Henrique Afonso Pipolo

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Suhaila Mahmoud Smaili Santos

Prof<sup>ª</sup>. Esp. Ilvili Andréa Werner

Prof<sup>ª</sup>. Ms. Maira Salomão Fortes

Prof<sup>ª</sup>. Ms. Marta Regina Furlan de Oliveira

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Denise Hernandez Tinoco

Prof. Ms. Sérgio Akio Tanaka

Prof. Ms. José Martins Trigueiro Neto

## **Diretor**

Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Patrocínio:



Apoio:



# Sumário

## ARTIGOS

DR. JECKYL AND MISTER HIDE OU "A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL SERVE A QUEM?"..... 19  
André Luis R. Soares

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E A CIDADE: PROBLEMAS E ESTRATÉGIAS NA GESTÃO..... 35  
Dione da Rocha Bandeira , Maria Cristina Alves , Eloy Labatut de Oliveira

MUSEUS E PATRIMÔNIO HISTÓRICO.....43  
Claudia Inês Parellada

ARTE E CIDADE: A CIDADE COMO SUPORTE DAS INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS NA  
MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE.....56  
José Augusto Alves Netto

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA ANÁLISE CONCEITUAL ..... 65  
Leandro Henrique Magalhães

O PATRIMÔNIO CULTURAL EM CIDADES NOVAS. LEITURAS DA POLÍTICA PATRIMONIAL  
PARANANENSE .....78  
Sílvia Helena Zanirato

ENTRE ARMADILHAS E ARTIMANHAS: O DESPERTAR DA CIDADE E A PRESERVAÇÃO DOS  
SEUS BENS PATRIMONIAIS .....94  
Sandra C. A. Pelegrini

## RESUMOS ESTENDIDOS

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DOS  
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNs) ..... 111  
Tatiana Colasante

A CONTRIBUIÇÃO DAS FESTAS PARA A ECONOMIA E CULTURA DAS COMUNIDADES..... 114  
Alini Nunes de Oliveira

ESTRATÉGIAS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE DO RIO GRANDE .....	117
Prof <sup>ª</sup> . Dra. Carmem G. Burgert Schiavon (FURG)	
O TURISMO E OS MUSEUS DE LONDRINA: UM BINÔMIO A SER DISCUTIDO .....	120
Jorge Henrique Moraes do Nascimento, Talita Yumi Osawa, Tamae Fukuda Maeda	
HISTÓRIA E MEMÓRIA .....	124
Cynthia Simioni França	
O PARQUE ARTHUR THOMAS EM LONDRINA/PR: CONFLITOS POLÍTICO-SOCIAIS REFERENTES À UNIDADE DE CONSERVAÇÃO .....	127
Carlos Roberto Ballarotti	
PROJETO ÁGUAS DA CIDADE – UMA EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE DE CAMBÉ-PR .....	130
Andressa Fontana, Jonara Didonet, Leandro Henrique Magalhães	
INTERVENÇÃO PÚBLICA: IDENTIFICAÇÃO OU ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA DE LONDRINA .....	132
Adriely Martini de Oliveira, Grazielle Maria Freire	
VESTÍGIOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO NORTE DO PARANÁ E SUA CULTURA ASSOCIADA À TÉCNICA CONSTRUTIVA EM MADEIRA .....	136
Nicolly Matinaga, Elisa Roberta Zanon	
A NECESSIDADE DE PARÂMETROS PARA OS PROJETOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EXIGIDOS PELA PORTARIA IPHAN 230/2002 ENQUANTO UM INSTRUMENTO EFETIVO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO .....	139
Mariete Signel Lopes	
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SANTO AMARO DO SUL: A APLICAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E PARADIDÁTICOS NO COTIDIANO ESCOLAR SANTO-AMARENSE .....	142
Aline Martins Linhares, Felipe Rios Pereira, Felipe Girardi, Prof. Dr. André Luis Ramos Soares	
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E SUA APLICABILIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL .....	146
Maria Aparecida Carbonar	
MICROSSOCIOLOGIA NA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL .....	149
Aline Machado Krause, Gabriel Vinicius Vieira, Prof. Dr. André Luis Ramos Soares	

O TURISMO E OS MUSEUS DE LONDRINA: UM BINÔMIO A SER DISCUTIDO .....153  
Jorge Henrique Moraes do Nascimento, Talita Yumi Osawa, Tamae Fukuda Maeda

A PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL E INSTITUIÇÕES CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA  
EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – BRASIL .....157  
Profª Ms. Josélia Maria Loyola de Oliveira Gomes, Profª. Myriam J. Sacchelli



# Apresentação

Esta proposta de produção científica evidencia a necessidade de um aprofundamento teórico e epistemológico acerca da educação interligada com a discussão sobre Patrimônio Histórico, daí o resultado – II Encontro de Cidades Novas e XXIII Semana de Educação – em que promove a discussão ampla da Educação e Patrimônio Histórico enquanto temática imprescindível na formação e atuação docente, seja na educação básica, ensino médio e ensino superior.

Desse modo, estas publicações – artigos acerca de temáticas do evento – por si só justificam a constante preocupação não apenas de pedagogos e educadores, como também de pesquisadores de outras áreas que se encontram comprometidos com a complexa natureza destes processos. Diferentes visões e explicações podem ser adotadas na compreensão acerca das discussões pautadas nos artigos, entretanto, acredita-se que as produções de diferentes autores aqui apresentados, podem refletir e contribuir para o estudo desse tema específico, bem como fomentar discussões e reflexões críticas em decorrência de uma formação para a emancipação e criticidade.

Parte-se, contudo, do pressuposto de que é na, e pela, interação social que o homem não só tem acesso ao saber acumulado historicamente como, ao fazê-lo constitui-se enquanto sujeito. Nesse sentido, é possível incrementar o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos que participam desse processo, tornando mais produtivo o impacto da escola e do ensino superior na trajetória de vida do sujeito, através dos eixos que se norteiam e se articulam: ensino, pesquisa e extensão.

Acredita-se que a contribuição deste trabalho reside na tentativa de se colocar a serviço de profissionais preocupados com a questão educacional e patrimonial, fornecendo-lhes elementos mais substantivos para repensarem a complexa relação que se estabelece entre educação e patrimônio histórico.

Prof<sup>ª</sup> Ms. Marta Regina Furlan de Oliveira  
Docente e Coordenadora do Curso de Pedagogia – UniFil  
Coordenadora da XXIII Semana de Educação  
Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá



# PROGRAMAÇÃO COMPLETA

## II ENCONTRO CIDADES NOVAS – A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País

De 13 a 16 de Outubro de 2009

Local: Teatro Colégio Londrinense

Av. Juscelino Kubitschek, 1652, Centro. Londrina-Pr

Dia 13/10/2009 – Noite (19h00 às 22h00)

Palestra sobre o Tema: Educação Patrimonial

Local: Teatro Colégio Londrinense

Prof. Dr. André Luis Ramos Soares

Coordenador do Núcleo de Educação Patrimonial e Memória – NEP

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Dia 14/10/2009 – Manhã (8h00 às 12h00)

Apresentação de Trabalhos Inscritos

Local: IPOLON (Salas 1005 a 1007)

Dia 14/10 – Manhã (8h00 às 12h00)

Mostra de Estágio do Curso de Pedagogia

Local: IPOLON (Salas 1001 a 1003)

Dia 14/10/2009 – Tarde (14h00 às 16h00)

Palestra sobre o Tema: Arqueologia e Patrimônio Histórico e Cultural

Local: Sala 109

Profa. Dra. Dione da Rocha Bandeira

Dia 14/10/2009 – Tarde (14h00 às 16h00)

Minicursos

Minicurso 01: O uso de analogias, metáforas e modelos no ensino de ciências.

Local: Sala 1001

Professor: Eliana Guidetti

Minicurso 02: Saúde Física e Mental do Professor

Local: Sala 1002

Professor: Ana Carolina Braz  
Minicurso 04: Obras de literatura  
Local: Sala 1005  
Professor: Carlos Nadalim

Minicurso 05: Que leitor pretende-se formar?: práticas de leitura na escola  
Local: Sala 1006  
Professor: Raquel C. L. F. Almeida

Dia 14/10/2009 – Noite (19h00 às 22h00)  
Palestra sobre o Tema: Museu e Patrimônio Histórico  
Local: Teatro Colégio Londrinense  
Profa. Dra. Claudia Inês Parellada  
Museu Paranaense – Curitiba-PR

Dia 15/10/2009 – Manhã (8h00 às 12h00)  
Sessões Coordenadas

Sessão Coordenada: Pensadores da Educação  
Local: Sala 1001

Sessão 01 – Ausubel – Teoria da Aprendizagem Significativa (Eliana Guidetti)  
Sessão 02 – O pensamento de Paulo Freire e suas contribuições para a educação (Eliane Oliveira)  
Sessão 03 – Sêneca e a auto-educação (Miriam M. Bernardi)

Sessão Coordenada: A educação no Século XXI  
Local: Sala 1002

Sessão 01 – O discurso da educação no século XXI (Denise Américo de Souza)  
Sessão 02 – A influência do pensamento revolucionários nas propostas de educação e diversidade (Carlos Nadalim)  
Sessão 03 – Educação Inclusiva: (Adail Ferreira Lima)

Sessão Coordenada: Infância e Indústria Cultural  
Local: Sala 1003

Sessão 01 – A Influência da Indústria Cultural na formação do pensamento sobre a infância (Karina de Toledo Araújo)  
Sessão 02 – As relações de consumo na sociedade contemporânea e o processo de mediação na constituição da individualidade de crianças (Marta Regina Furlan de Oliveira)  
Sessão 03 – Indústria Cultural e Educação (Ana Claudia Cerini Trevisan)

Dia 15/10/2009 – Tarde (13h00 às 18h00)

Oficina: Conhecendo a História através dos objetos arqueológicos

Número de vagas: 20 pessoas

Inscrição: Central de Eventos da UniFil

Local: Sala 101

Dia 15/10/2009 – Tarde (14h00 às 18h00)

Palestra: O Museu na Formação do Professor

Local: Sala 1005

Prof. Dr. Rovilson José da Silva

Dia 15/10/2009 – Tarde (14h00 às 16h00)

Mesa Redonda sobre o Tema: Educação Patrimonial

Local: Sala 701

Profa Ms. Patrícia Martins Castelo Branco

Profa. Esp. Elisa Roberta Zanon

Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Prof. Ms. José Augusto Alves Netto (FAFIPA)

Dia 15/10/2009 – Noite (19h00 às 22h00)

Palestra sobre o Tema: Patrimônio Histórico-Cultural e Cidades Novas

Local: Teatro Colégio Londrinense

Profa. Dra. Silvia Helena Zanirato

Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH/USP

Dia 16/10/2009 – Noite (19h00 às 22h00)

Palestra sobre o Tema: A Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial: Desafios e Perspectivas

Profa. Dra. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini

Universidade Estadual de Maringá - UEM



# ARTIGOS



# DR. JECKYL AND MISTER HIDE OU "A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL SERVE A QUEM?"

André Luis R. Soares<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A Educação Patrimonial (EP) tem sido considerada como o ensino centrado nos bens culturais, objetivando proporcionar às pessoas (em especial às crianças) um maior contato com patrimônio cultural da sua região. Através de uma metodologia específica, o objeto cultural se torna um ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem que capacita para conhecer, usar, desfrutar, recriar e transformar o patrimônio cultural. Uma vez que o patrimônio histórico é um bem cultural, procura-se incentivar o uso dos objetos, locais, monumentos e prédios históricos para realizar o ensino de história ao mesmo tempo em que valorizar o patrimônio local para formação da identidade e da cidadania.

Esta metodologia não é nova, porém, deve ultrapassar formas prontas reproduzidas acriticamente. A adoção de uma metodologia, seja ela denominada educação patrimonial ou outra, deve atentar para os objetivos estabelecidos, os pressupostos ou marcos teóricos que balizam a instituição e os públicos alvos da ação pedagógica. Desta forma, discutir as interfaces possíveis de educação, de valorização do patrimônio ou dos bens culturais, equer previamente reconhecer as tendências teóricas da educação, e seus encontros e desencontros. Mas, também, discutir os interesses sociais, políticos ou econômicos que velam por projetos desconectados da realidade e do seu papel transformador.

Neste artigo, longe de resolver o problema posto, pretendemos discutir alguns pontos assim estruturados: em primeiro lugar, buscar uma definição ou conceitos de educação patrimonial para responder a questão posta no título deste artigo. Depois, problematizar como as histórias e memórias são utilizadas para referendar o poder de elites ou grupos, não necessariamente econômicos, que se utilizam dos bens culturais para construir uma memória para a cidade, estado ou país. Por fim, parafraseando Mário Chagas, algumas considerações sobre as manifestações do poder da memória e da memória do poder através da educação patrimonial.

---

<sup>1</sup> Professor Dep. de História, Coordenador do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória – NEP. Pró-Reitoria de Extensão, UFSM. [www.ufsm.br/nep](http://www.ufsm.br/nep), e-mail: [alrsoaressan@gmail.com](mailto:alrsoaressan@gmail.com)

## AFINAL, O QUE É PATRIMÔNIO?

Atualmente a discussão sobre o que é patrimônio ultrapassa a tradução de *pater*= pai (em latim) e *nomos*= legado, herança (em grego). Embora saibamos que o patrimônio pode estar associado ao que recebemos ou herdamos do pai e da família, não podemos esquecer que também está diretamente associado aos bens, ou seja, conotação financeira do que possuímos ou adquirimos de alguma forma. Assim, a concepção do patrimônio nasce na forma de herança de caráter cultural, mas também, econômica. A compreensão desta dualidade é importante para traçar os (des) caminhos do patrimônio desde suas origens até sua transformação em bens culturais. Ao mesmo tempo, esta introdução é necessária para mostrar que a educação patrimonial precisa, inicialmente, questionar: qual patrimônio estamos ensinando a valorizar? O patrimônio histórico, segundo Rodrigues, "é uma vertente particular da ação desenvolvida pelo poder público para a instituição da memória social" (1996:195), e atualmente o patrimônio tem se estendido a todos os lugares ou atividades culturais levados a cabo por grupos sociais, como terreiros de candomblé, vilas operárias e até campos de futebol de várzea (MAGNANI E MORGADO, 1996:175). Porém, mesmo considerando vários conceitos ou classificações diferentes, o que percebemos é que o patrimônio não é, na verdade, de todos.

*(...) o Patrimônio Cultural de uma sociedade, de uma região ou de uma nação é bastante diversificado, sofrendo permanentes alterações, e nunca houve ao longo de toda a história da humanidade critérios e interesses permanentes e abrangentes voltados à preservação de artefatos do povo, selecionados sob qualquer ótica que fosse (LEMOS, 1985, p. 21).*

Enquanto grupos sociais ou econômicos buscam referendar a posse de títulos ou genealogias, o que percebemos é que o patrimônio e a memória também se tornam um território de litígio para a posse do passado ou de suas interpretações, papel bem conhecido no embate entre a história oficial e outras histórias.

Ao mesmo tempo, a memória é geralmente preservada por aqueles que desejam manter a diferenciação quanto a sua origem ou classe social. Não é raro notar os quadros dos antepassados importantes pendurados na sala e a busca de brasões de família que legitimem a posse de títulos arcaicos ou bens.

*O patrimônio se destaca dos demais lugares de memória uma vez que o reconhecimento oficial integra os bens a este conjunto particular, aberto às disputas econômicas e simbólicas, que o tornam um campo de exercício de poder. Mais que um testemunho do passado, o patrimônio é um retrato do presente, um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos soci-*

*ais, expressas na apropriação de parte da herança cultural (...) (RODRIGUES, 1996, p. 195).*

Desta forma, o que percebemos é que não há inocência ou neutralidade nas discussões e nos bastidores da conservação do patrimônio. Mesmo o que seja conservação do patrimônio ou sua definição ainda está longe de ser esclarecido, mantendo-se o véu de ignorância quanto a diferença entre o grande e o grandioso, valorizando-se as obras e construções das classes ou ideologias dominantes, obscurecendo-se o valor das classes populares e suas construções materiais, seu conhecimento e suas manifestações.

*Assim, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados (...) (LEMOS, 1985, p. 29).*

Não podemos esquecer este aspecto ideológico que envolve a proteção e a conservação do patrimônio de uma sociedade. O cuidado com estes bens está mais voltado a uma exploração econômica, na qual a preservação atende a indústria do comércio e do turismo, uma vez que os bens patrimoniais (culturais, naturais, paisagísticos e arquitetônicos) correspondem a um filão pouco explorado nacionalmente, aumentando as arrecadações sob forma de impostos e ampliando as rendas locais. Sem entrar na discussão da validade deste tipo de visão, devemos observar que, sob esta ótica, não se está procurando conservar os bens sócio-culturais de uma sociedade, mas antes explorá-la em suas características exóticas, que de certa forma não é uma valorização e, sim, invenção.

Inventa-se o patrimônio a cada vez que determina-se (quem determina?) que um prédio, um local ou um hábito seja considerado um patrimônio por todos. Busca-se que algo seja defendido por todos, mas na verdade se omite que estes elementos representam somente uma parte, um grupo ou uma classe da sociedade.

*O patrimônio não é, porém, uma representação de 'todos' (...) Hoje, embora o conceito de patrimônio tenha-se deslocado da nação para a sociedade, esta concepção permanece como um dos traços das práticas preservacionistas (...) e como um fator de dissimulação das diferenças sociais e culturais (RODRIGUES, 1996, p. 195).*

Ao mesmo tempo, a discussão torna-se acirrada quando, por exemplo, o ministério da Cultura desenvolve vários projetos destinados a valorização da "cultura popular".

Muito embora o mérito seja inegável, talvez o termo 'cultura popular' não seja o mais aplicado, haja vista a clara oposição que faz entre esta e uma cultura "erudita". Então veríamos reforçada toda uma oposição entre as artes e manifestações eruditas, clássicas e rebuscadas em relação aos 'iletrados, populares e de tradição oral'. Ora, numa percepção antropológica e histórica creio que há questionamentos em relação a esta oposição, principalmente no que se refere ao mascaramento da verdadeira necessidade de valorização das manifestações culturais por seus aspectos de representatividade, originalidade ou antiguidade. Não se pode estigmatizar uma em substituição a outra. De forma ampla e singela, Machado assim define a cultura, ou bens culturais:

*Bem cultural é o resultado da ação do homem, fruto da relação que estabelece com a natureza e com os outros homens. Quando o homem transforma a natureza para satisfazer suas necessidades, através do trabalho, ele produz objetos, cria instrumentos e utensílios, estabelece normas, elabora regras de convivência, expressa seus sentimentos e emoções, lida de diferentes formas com os elementos extra – humanos e organiza ritos e celebrações para expressar sua crenças (MACHADO, 2004, p. 12).*

Ademais, há uma resistência ou mesmo evitação em se discutir, no campo da cultura, questões como a luta de classes ou grupos de interesses. Fica visível que se busca levar o discurso de proteção do patrimônio das classes dominantes a todos os segmentos sócio-econômicos. Desta forma, pretende-se que todos os cidadãos protejam a história e a memória que pertence, na verdade, a um seleto grupo de pessoas, proprietárias da história dos nomes, sobrenomes, prédios e construções que traduzem, mais das vezes, uma pequena parcela da população, em detrimento dos bens culturais pertencentes aos grupos historicamente alienados da cultura erudita, como são as minorias étnicas e raciais, entre outros.

*A classe dominante, quase sempre, tem seu prestígio herdado, por isso, gosta de preservar e recuperar os testemunhos materiais de seus antepassados numa demonstração algo romântica e saudosista, constituindo tudo isso manifestações de afirmação elitista. Vive-se do passado das glórias de outros tempos (LEMOS, 1987, p. 31).*

Então, entabular uma discussão sobre educação patrimonial no contexto da história e da memória é certamente uma discussão sobre territórios em litígio, no qual citaremos alguns exemplos para tornar claro que a metodologia de educação patrimonial não é ingênua, atemporal ou aparte de diversos conflitos que envolvem grupos humanos, sociais e econômicos muito bem definidos. Após uma breve discussão da metodologia em si, procuraremos demonstrar como esta é utilizada em favor de discurs-

sos nem sempre apaziguadores.

*Valorizando-se as obras e as construções das classes dominantes ou ideologias dominantes, obscurecendo-se o valor das obras das classes populares e suas construções materiais, assim, fica prejudicado o conhecimento e as manifestações de inúmeros patrimônios (SOARES, 2003, p. 23).*

## O COMEÇO DA DISCUSSÃO

Não podemos esquecer o contexto que faz surgir a discussão sobre quais são os patrimônios no Brasil e como passaram a ser preservados. Talvez o pioneiro mais notório seja Mário de Andrade, que a partir dos anos 1920 começa a percorrer o Brasil em busca de uma identidade nacional, construída a partir da idéia da miscigenação entre o branco, o negro e o índio. Assim, a construção de uma história nacional começava com o Brasil colônia e a cidade de Ouro Preto torna-se um ícone, recebendo o status de Monumento Nacional (1933). Em 1936 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) -, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, cujo titular era Gustavo Capanema. Capanema logo recorreu a Mário de Andrade encomendando-lhe a elaboração de um programa de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro.

Mário passou a acumular a função de representante do SPHAN em São Paulo, onde elaborou um inventário preliminar, enumerando os exemplares do patrimônio cultural paulista que conseguira identificar em suas excursões com Paulo Duarte. A atuação do SPHAN foi regulamentada pelo Decreto-lei 25/37 - documento redigido pelo seu primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade - no qual costuma-se apontar a influência do anteprojeto de lei de autoria de Mário de Andrade. Ainda hoje o anteprojeto de Mário é atual, e cada vez mais, tem-se caminhado na direção dele para definir o que é patrimônio e o que é passível de reconhecimento, intervenção e tombamento.

Podemos citar, por exemplo, a proposta de proteção dos denominados bens imateriais. Nas categorias de bens culturais de arte arqueológica e arte ameríndia consta a inclusão do tema "folclore ameríndio", que se manifesta nos "vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina, culinária ameríndias", e na categoria arte popular consta o tema "folclore", que consiste na "música popular, contos, histórias, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas", entre outros.

Mário de Andrade também se preocupa com o aspecto educativo do patrimônio. Enquanto um grupo de pesquisadores tenta atrelar a educação patrimonial ao seminário ocorrido em 1989 promovido pelo IPHAN e a tradução da 'heritage education' para educação patrimonial, Mário já antevia a necessidade de incorporação da materialidade dos prédios e objetos como componentes da história nacional.

Quando Horta (HORTA et all, 1989) utiliza o termo "alfabetização cultural" para

o processo de educação patrimonial, mesmo usado de forma relativa (dado o uso de aspas), pode ser submetido a uma interpretação ambígua, pois pode induzir o leitor a acreditar que as pessoas ao qual se destinam a EP são "analfabetos culturais". Desta forma, estaríamos pensando em uma oposição entre cultura erudita versus cultura popular, ou ainda, segmentando a cultura em classes, ao invés de pensar o termo "cultura" como o resultado da ação humana, seja em sociedade, em suas relações com o meio ou com o sobrenatural.

É necessário destacar a educação patrimonial como um processo de releitura dos patrimônios, uma releitura crítica, onde será possível perceber as diversas informações que determinado bem cultural pode oferecer, bem como suas múltiplas significações, pois "tal metodologia fornece subsídios aos educadores comprometidos com um ensino que vise não apenas a valorização dos bens culturais, mas a reflexão acerca dos mesmos..." (DIAS e SOARES, 2008, p.68.)

Em outro sentido, pode-se pensar inclusive que o uso do termo "alfabetização cultural" foi inspirado na leitura do próprio Mário de Andrade, pois :

*Para ele [para Mário de Andrade], as ações de preservação do patrimônio cultural estão identificadas com o processo de alfabetização (Andrade, 1971, grifo meu) e os museus, enquanto agências privilegiadas de preservação, deveriam desenvolver funções educativas. Enquanto Gustavo Barroso, criador do Museu Histórico Nacional (1922), pensava o museu como um local destinado a realizar e a ensinar o "culto a saudade", a "exaltação a pátria" e a celebração dos "vultos gloriosos", Mário de Andrade o considerava como um espaço de estudo e reflexão, como instrumento capaz de servir às classes trabalhadoras, como instituição catalisadora e ao mesmo tempo resultante da conjugação de forças, como âncora de identidade cultural. (CHAGAS, 2006, p. 69)*

Então, devemos esclarecer o que parece que ficou oculto ou negligenciado por muito tempo, que é a resposta inacabada, inconclusa e mediada por dezenas de fatores: o que é a Educação patrimonial? E a resposta? É uma metodologia.

## AFINAL, O QUE É A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL? A METODOLOGIA

A educação patrimonial, em uma das perspectivas correntes, tem início em um seminário promovido pelo Museu Imperial, quando Maria de Lourdes Parreiras Horta realiza, através do IPHAN, uma sistematização das ações educativas em museus e fora deles. As etapas do processo, publicados em 1999 (Horta, Grunberg e Monteiro, 1999), foram sendo reproduzidas em todos os cantos do Brasil, como atestam as publicações dos primeiros anos do século XXI (ver Soares et al., 2003; Soares e Klamt, 2008). Resumidamente, podemos descrever como segue:

ETAPAS	RECURSOS	OBJETIVOS
observação	Percepção visual/sensorial, manipulação, experimentação, medição, comparação, jogos de detetive (dedução)	Identificação do objeto, Função/significado Desenvolve percepção
registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, maquetes, mapas	Fixação do conhecimento, pensamento lógico, intuitivo e operacional
exploração	Análise do problema, hipóteses, discussão, avaliação, outras fontes	Julgamento crítico, interpretação significados
apropriação	Recriação, releitura, dramatização, pintura, escultura, dança, música, poesia, texto	Envolvimento afetivo, auto - expressão, participação criativa, valorização do bem cultural

Estas etapas referem-se aos bens patrimoniais, mas foi utilizado com sucesso para a valorização de peças arqueológicas em projetos de licenciamento ambiental, em museus para sensibilização em relação aos acervos e inclusive em escolas para sensibilização para o patrimônio. Estes três nichos apresentam variações quanto a aplicação da EP, mas, grosso modo, podemos afirmar que raros são os casos onde profissionais da área de educação ou patrimônio desenvolvam atividades ligadas a execução de projetos de médio e longo prazo. O licenciamento ambiental, por exemplo, exige ações de EP por força da legislação, que obriga os empreendedores a executar ações de valorização do patrimônio, seja natural, histórico ou arqueológico. No caso de museus, o foco da ação é o acervo museal, tomado ele próprio como bem patrimonial.

Uma discussão pertinente e pouco explorada é que, sendo a EP uma metodologia, a qual teoria se aplica? Em trabalhos recentes (Soares e Dias, 2008), demonstramos a aproximação entre a EP e a educação libertadora promovida pelo educador Paulo Freire, principalmente no que se refere a percepção da própria condição como forma de libertação. Esta aproximação da metodologia da EP com Paulo Freire é também aplicada por Tumelero (2008) e Delazeri (2008).

Qual então, o papel da EP para a História, e por extensão, para a preservação da memória? Aqui cabe a discussão da relação entre EP e história e como os discursos são materializados através de ações pedagógicas que, embora pareçam desprovidos de intenção, manipulam o passado e seleção de objetos e dados a serem lembrados, enquanto outros são deliberadamente esquecidos.

## O PAPEL DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA SOCIEDADE

A história é farta de exemplos sobre a preservação da história oficial, e, por extensão, dos documentos escritos e materiais da classe dominante. Os museus até pouco tempo atrás persistiam na exposição dos objetos pertencentes aos heróis ou

'proeminentes' do local, e quando apresentavam uma visão de outros artefatos, predominava a visão evolucionista européia, na divisão que iniciava na pedra lascada até artefatos industriais, no qual os povos anteriores a colonização eram 'atrasados' ou 'ignorantes'. Esta visão não somente é eurocêntrica, mas, sobretudo, economicista, pois o critério das classificações, baseadas na tecnologia dos artefatos, na verdade classificam os grupos segundo o modo de subsistência, ainda hoje denominados caçadores, coletores, horticultores, agricultores, etc., não importando o desenvolvimento social de cada sociedade. Da forma como geralmente é colocada, a visão tecnológica do modo de produção continua estabelecendo critérios evolutivos para grupos humanos, o que demonstra, consciente ou não, a maneira como a EP trata a questão dos povos indígenas do pretérito.

*Mas a quem interessa essa preservação é a pergunta naturalmente formulada pelo leitor. Poucos, muito poucos, têm uma visão global do problema constituído pela defesa da memória e de seus bens representativos. A esses, naturalmente, aflige tanto o descaso impune que assiste a destruição desnecessária de elementos do patrimônio. A essas raras pessoas juntam-se outros grupos divididos segundo interesses variados. Cada classe social, cada grupo econômico, cada meio, cada preocupação está a selecionar elementos culturais de seu interesse para que sejam guardados como testemunhos de sua preocupação (LEMOS, 1981: p:30).*

Uma abordagem distinta, já apresentada (SOARES E KLAMT, 2008) é de promover as manifestações culturais de todos os segmentos da sociedade, em todos os períodos históricos, ao mesmo tempo em que sedimentar um processo de inclusão, ao contrário da exclusão. É importante salientar que este processo visa, em primeiro lugar, o respeito à diferença, seja ela étnica, de manifestação religiosa, cultural ou outra qualquer.

Ainda, é importante salientar que a valorização do passado histórico e das peculiaridades locais não deve ser tomada como um saudosismo ou apoteose ao passado. Reconhecer as diferenças nos processos históricos deve ser propulsor para a diminuição das barreiras sociais e abolir a discriminação. Além disso, o orgulho não deve ser confundido com xenofobia ou separatismo. Antes de qualquer coisa, a EP deve preocupar-se da formação de uma consciência cidadã nas quais todos são cidadãos brasileiros em um processo de inclusão sócio-cultural, alicerçado sobre a diversidade como riqueza do país.

Este ponto leva ao cerne da discussão da EP e da história, ou seja, perceber o caráter político do uso do patrimônio nas comunidades. Em primeiro lugar, talvez devêssemos rever o termo "bens culturais", no sentido de exploração econômica de paisagens, ambientes, culturas ou lugares, onde percebe-se formas de turismo predatório no qual o exótico é tomado como produto de consumo e alienação. Demonstra-se assim como o patrimônio está se rendendo à exploração econômica através do turismo, nem sempre

sustentável, e que se deve ter em conta que a cultura, a natureza e as sociedades nem sempre pode ser revertidas em cifras e mensuradas numericamente.

Ademais, cabe alertar o uso do patrimônio que referenda alguns grupos em detrimento de outros, no quais o debate e o embate nem sempre são visíveis. Apresentarei dois estudos de caso que são significativos para falar do uso da memória e do poder que esta evoca.

## DOIS ESTUDOS DE CASO

Duas experiências pessoais podem exemplificar a questão do poder da memória e da memória do poder, e de seus respectivos usos pela história e no ensino de história (SOARES, 2008). O primeiro é um trabalho de pesquisa arqueológica na Casa de David Canabarro, município de Santana do Livramento, extremo sudoeste do estado, na fronteira com a cidade de Rivera, República Oriental do Uruguai. O segundo exemplo advém de outro colega arqueólogo e também demonstra o perigo dos usos e abusos da memória.

David José Martins, conhecido como David Canabarro, é figura recorrente na história Riograndense. Durante a Revolução Farroupilha (1835 – 1845), tornou-se uma das lideranças das forças revolucionárias, ao lado de Bento Gonçalves e Giuseppe Garibaldi, obtendo diversas vitórias sobre o Exército Brasileiro, antes defendido por ele; na Guerra dos Farrapos obteve a patente de Tenente-Coronel, atuando ao lado de Bento Manoel Ribeiro e Bento Gonçalves nas decisões e estratégias a serem usadas pelas tropas farroupilhas.

Promovido à Coronel em 1837 David Canabarro também participou de batalhas para o surgimento da República Catarinense ou República Juliana ao lado de Garibaldi. Em 1841 Canabarro é nomeado General, devido aos seus relevantes serviços prestados à causa da liberdade Riograndense (WENCESLAU E OLIVEIRA, 2008).

Preocupado com as constantes invasões vindas da banda Oriental o governo Português nomeia diversos "comandantes da fronteira": esses líderes eram encarregados de manter a linha fronteira e impedir novas invasões Castelhanas. O General David Canabarro é escolhido como um desses guardiões devido a seu total conhecimento da região já que há muito tempo residia no local que abrange as terras hoje pertencentes ao município de Santana do Livramento, fronteira entre Brasil e Uruguai. (Wenceslau e Oliveira, 2008).

A casa de David Canabarro na cidade de Santana do Livramento foi tombada pelo IPHAN em 1953 e reconhecida como patrimônio histórico nacional. No ano de 2005, o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas – CEPA – da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, através do seu coordenador, prof. Dr. Sergio Célio Klamt, realizou atividades de pesquisa arqueológica no interior e na área externa à residência, em um processo de diagnóstico, identificação de estruturas e resgate de cultura material presente naquele

local. Dada a necessidade de extroversão do conhecimento, o CEPA-UNISC convidou o Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória – NEP, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM para desenvolver ações educativas e de capacitação de professores sobre a identificação, valorização e uso pedagógico dos patrimônios e bens culturais locais.

É interessante observar o papel que David Canabarro representa em distintos grupos sociais no Rio Grande do Sul e fora deste estado. O trabalho arqueológico foi acompanhado pela mídia impressa e televisiva, o que rendeu boas discussões por parte dos envolvidos. As notícias eram acompanhadas pelos grupos ligados ao tradicionalismo gaúcho, que manifestavam seu contentamento no resgate da história de figura tão ilustre para a História do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que, na visão de diversos representantes do movimento, a casa de David Canabarro deveria servir como sede ao Museu de mesmo nome. O Museu David Canabarro já existente na cidade, abriga coleções diversas, sem um fio condutor que esteja alinhado com a história do "herói" ou da cidade, parecendo mais um grande "gabinete de curiosidades", aos moldes do século XIX. Desta forma, os grupos ligados ao Movimento tradicionalista gaúcho e seus simpatizantes viam com bons olhos a restauração, a reforma e a possibilidade de transformar a casa em monumento, homenageando seu proprietário.

No sentido contrário, mas não menos manifesto, havia um grupo que se opunha e toda e qualquer citação ou referência ao nome de David Canabarro. Trata-se do movimento negro do Estado do RS, que não somente desconsidera a figura de herói do movimento, mas, sobretudo, designa Canabarro sob a alcunha de "grande traidor de Porongos"<sup>2</sup>. O episódio é denominado "massacre"<sup>3</sup>, "traição"<sup>4</sup> entre outros adjetivos, no que –afirmam outros historiadores– seria a emboscada aos soldados negros por parte do exército imperial. Segundo o historiador Raul Carrion (2005), Canabarro teria arquitetado o fim dos negros que lutavam ao lado dos farrroupilhas para facilitar a negociação de paz e fim da revolução, uma vez que os Farrapos apregoavam a libertação dos escravos no final do conflito e o exército brasileiro via com maus olhos o possível exemplo abolicionista. Hoje, há poucos historiadores no círculo acadêmico que defendem Canabarro. A documentação histórica e o vasto currículo em batalhas campais não justificam os erros cometidos, independente das correspondências pessoais que demonstram que o ataque ao grupo foi uma ação planejada. Ao mesmo tempo, sabe-se que a existência de escravos libertos seria um entrave à assinatura da Paz de Ponche Verde, pois não seria permitida a alforria dos negros, que poderia causar um colapso as

---

<sup>2</sup> <http://www.mundonegro.com.br/noticias2/index.php?noticialD=441>, último acesso em 25 de setembro de 2008. Ver também [www.mundonegro.com.br/noticias2/index.php?noticialD=410](http://www.mundonegro.com.br/noticias2/index.php?noticialD=410), mesmo dia.

<sup>3</sup> <http://pre-vestibular.arteblog.com.br/13226/Bastidores-da-Historia-do-Brasil/>, último acesso em 25 de setembro de 2008.

<sup>4</sup> <http://pre-vestibular.arteblog.com.br/13226/Bastidores-da-Historia-do-Brasil/>, último acesso em 25 de setembro de 2008.

bases econômicas do período.

Ao mesmo tempo, deve-se ter em mente o que representa a imagem de Canabarro dentro da sociedade gaúcha, que durante anos se denominava européia e latifundiária, em oposição a população negra e marginalizada. Contrapor este falso-herói é mais do que necessário, é uma tarefa histórica. No caso do movimento negro, uma das falas registradas enfatiza que "é preciso retirar o nome de Davi Canabarro das ruas e praças e substituí-lo pelo dos Lanceiros Negros, pois ele não é digno de ter um nome dentro da federação brasileira como de herói"<sup>5</sup>.

Não bastasse a discussão dentro do Estado do Rio Grande do Sul, esta polêmica se estende além das fronteiras estaduais. Na história regional de Santa Catarina, por exemplo, em se tratando das cidades do litoral sul, a figura de Canabarro é associada a um déspota que cria a República Juliana à revelia dos anseios da comunidade local, seus moradores ou mesmo políticos locais. Neste caso, a imagem do revolucionário farroupilha está associada a desmandos políticos durante a invasão de Laguna e outras cidades.

Então, quem é este personagem? Sob os diversos olhares e ângulos, a pintura de um retrato, sob o olhar da história e, por extensão, da memória, ficaria carregado por cores fortes em algum lado, obscuro ou esmaecido de outro. A apropriação que se faz, por este ou aquele grupo é que torna o objeto tão atraente, na justa medida em que não se pode reconstruir um homem real, mas apenas através das lentes daqueles que falam sobre ele. Desta maneira, as diversas memórias se excluem, se negam ou se contradizem, em uma luta constante por espaço para ser tornar 'mais verídica', mais honrosa ou mais 'histórica' que o ponto de vista do seu antagonista.

Um outro exemplo da apropriação e do uso da memória tem sido relatado pelo Arqueólogo, historiador e professor doutor Pedro Paulo de Abreu Funari, durante as escavações da Serra da Barriga, local onde estaria assentado a província de Palmares, mais conhecida como Quilombo dos Palmares<sup>6</sup>.

A Serra da Barriga abrigou um complexo de aldeias fortificadas que entrou para a história como o Quilombo dos Palmares, uma vez que a vila onde residia o chefe Ganga Zumba era denominada Palmares. Afora as discussões de quem traiu Ganga Zumba, ou o papel de Zumbi no processo de resistência, é importante salientar um outro aspecto da história que se deseja preservar. As escavações arqueológicas tinham por objetivo demonstrar como funcionou a resistência negra ao mundo colonial escravista, bem como a vida cotidiana dos quilombolas. As escavações tinham recursos do governo federal, através da Fundação Palmares, empenhada em resgatar a "dívida histórica" com

---

<sup>5</sup> <http://www.mundonegro.com.br/noticias2/index.php?noticialD=441>, último acesso em 25 de setembro de 2008.

<sup>6</sup> FUNARI, P.P.A. A "República de Palmares" e a Arqueologia da Serra da Barriga, Revista USP, 28, 6-13, 1996.

os afro-descendentes e aspectos da nova historiografia que apontavam outra abordagem para o Quilombo e seus ocupantes. O projeto, iniciado em 1992, tinha previsão para dez anos, mas em 1997 a Fundação Cultural Palmares proibiu as escavações. Entre as diversas hipóteses que se podem levantar, parece que a mais plausível para a suspensão dos repasses financeiros encontra-se nos resultados obtidos das escavações.

Ao invés de apresentar uma série de aldeias fortificadas onde o espírito africano se faria presente e constante, os objetos encontrados em Palmares revelam um conjunto de aldeias que abrigavam toda a sorte de excluídos do sistema colonial<sup>7</sup>. Nas prospecções realizadas, a cerâmica portuguesa foi predominante, o que mostra um fluxo de objetos externos ao quilombo sendo comercializados. Ao mesmo tempo, parece que Palmares abriu suas portas para índios, mulatos e outros excluídos do regime. A presença de objetos de várias procedências abre a possibilidade de interpretação, muito consistente, de que Palmares foi uma cidade multiétnica e multicultural (CARVALHO, 2008), não apenas um "reduto de cativos". Esta nova tese reduz a força do imaginário de resistência e de bastião contra a opressão. Trata-se, segundo Allen (2000) de representações de africanismo e do afrocentrismo, visão que privilegia a busca de traços africanos na tentativa de reconstruir ou interpretar o passado.

Ao mesmo tempo, as publicações sobre os resultados das pesquisas de Funari ocorreram em meios acadêmicos e em círculos restritos, bem aquém do que poderia ser feito, caso os financiadores quisessem divulgar as conclusões obtidas pela pesquisa arqueológica.

Diante deste fato resta-nos especular que os resultados obtidos foram um pouco diferentes dos esperados. Em tempos de re-escrita da história tradicional, com outros heróis e outros vilões, é interessante observar as memórias que se desejam preservar, por um lado, e quais se desejam construir. Sim, a memória é inventada, construída e reconstruída, seja através dos discursos acadêmicos, das reproduções de pinturas célebres ou de livros didáticos. E assim que se deve observar também a educação patrimonial, como um instrumento de memórias e de histórias, escolhidas cuidadosamente, por interesses elaborados em transformar o patrimônio de alguns em Bem de todos.

Assim, o território da História entre em litígio em valorização dos passados, das glórias, do resgate e/ou valorização de minorias, de grupos ou de pessoas. A questão não é quem o faz, mas saber por que o faz e fazê-lo de modo claro e transparente. Não há ingenuidade na seleção das memórias. Escolhemos, todo o tempo, o que queremos lembrar e o que desejamos esquecer. Até aí, nenhum problema. O cerne da questão que levantamos é perceber o instrumento político e de poder que reside no patrimônio, na história e na memória como construtores de identidade nacional, e o uso que é feito deles.

---

<sup>7</sup> Palmares ontem e Hoje, Funari e Carvalho, Jorge Zahar Editor, Coleção Descobrimdo o Brasil, 2005.

## SEM CONCLUSÕES OU VÁRIAS CONCLUSÕES?

As possibilidades que a educação patrimonial, como uma metodologia, não pode ser desvirtuada das teorias históricas ou culturais aos quais estão à disposição. Pensar em um processo de neutralidade da ferramenta pressupõe uma ingenuidade quanto a inexistência da luta de classes ou confronto entre interesses sociais e culturais antagônicos na preservação da memória. A disputa pela manutenção/difusão/propulsão de determinados enfoques deve ser entendido como salutar e fazendo parte do jogo político ao qual vivenciamos a todo tempo. Então, perceber que as construções históricas, marcos cívicos ou elementos considerados "patrimônios" nem sempre estarão representando um coletivo, mas, na maioria das vezes, uma pequena parcela da população. E isto não significa necessariamente que somente as elites serão representadas, ou somente europeus lutem pelo espaço da memória. O discernimento sobre os territórios em litígio é que dão a tônica das representações que estão sendo disputadas. Herói ou vilão, mártir ou cínico, os adjetivos irão variar de acordo com o denominador e o denominado. Nada mais natural. Mas cabe ao professor, historiador ou educador demonstrar com clareza que não há consenso, unidade ou estática na definição dos bens culturais, da história ou da memória que se vai perpetuar. E é justamente por esta mobilidade, disputa e dinâmica, que continuaremos a falar de heróis ou anônimos, homens e mulheres, notáveis e desconhecidos.

As atividades desenvolvidas por aqueles que se preocupam com a memória e o patrimônio deveria ter como seus objetivos a preservação das identidades culturais, ou seja, as particularidades de cada povo, de cada região do mundo. Principalmente, reconhecer as múltiplas influências que uma identidade cultural sofre de outra, percebendo assim as semelhanças, mas, principalmente, o que é diferente. Assim, é necessário que juntamente a essa noção de identidade, a qual construímos, defendermos que se precisa "resgatar o cotidiano, os elementos que constituem e fazem o ser e o agir, a cultura, os bens patrimoniais -naturais e sociais (...) para a construção do sentido de cidadania" (ITAQUI, 1998, p.17).

A educação patrimonial ou a valorização dos bens culturais que buscamos partem da relação entre o homem, sujeito, e o objeto transformado por ele. Com a construção dessa identidade, busca-se que as pessoas envolvidas passem a exercer com maior afinco a sua cidadania, e, por conseguinte, criem uma identidade cultural:

*O entendimento e a prática da cidadania, no nosso entender, começa pelo conhecimento da realidade onde o indivíduo está inserido, a memória preservada, os dados do presente, o entendimento das transformações e a busca de um novo fazer, o que não significa uma aceitação submissa e passiva dos valores do passado, mas o reconhecimento que estão ali os elementos básicos com que contamos para a conservação da nossa identidade cultural. (SANTOS: 1994, p. 78)*

Já observamos que existem diversos grupos interessados na manutenção e na preservação dos locais, espaços e bens das elites históricas do país. Uma nova abordagem procura em trabalhar com os objetos e a cultura material e imaterial das classes marginalizadas da sociedade, tendo por objetivo "a conscientização das comunidades acerca da importância da criação, da valorização e da preservação dos patrimônios locais" (SOARES, 2003: 24).

Partindo dessa premissa, observamos que há um potencial como instrumento político de salvaguarda das distintas identidades, independente de importância histórica, monumentalidade, antiguidade, imponência ou relevância arquitetônica. Desta forma, os critérios de designação de patrimônio serão eleitos pelas comunidades interessadas, ao invés de atribuídos pelo Estado.

Neste sentido, problematizar com os diferentes estratos e grupos sócio-culturais, étnicos e religiosos as atividades, conhecimentos ou materializações da cultura ou identidade, a partir do patrimônio material, ou seja, do objeto real como fonte de informação sobre a rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e dotado de significado pela sociedade que o criou. Todo um complexo sistema de relações e conexões está contido em um simples objeto de uso cotidiano, uma edificação, um conjunto de habitações, uma cidade, uma paisagem, uma manifestação de cultura popular, festiva ou religiosa, ou até mesmo em um pequeno fragmento de cerâmica originário de um sítio arqueológico. (HORTA, 1999: 9).

Voltando ao nosso título, então, até quando veremos Mister Hide – o esquecimento – ocultar o Doutor Jeckyl – conhecimento – de quem mais precisa dele? A educação patrimonial que vivenciamos enquanto teoria realmente dá voz aos excluídos? Quais os limites de nossas atividades, uma vez que são os acadêmicos, doutores e professores é que dizem aos outros 'o que deve ser feito'? Quando o diálogo será vivo em teoria e prática na valorização do patrimônio?

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rinaldo. Levantamento A contribuição dos Estudos Antropológicos na Elaboração dos Relatórios de Impacto Sobre o Meio Ambiente. In: Caldarelli, S. (org.) Atas do Simpósio Sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, Universidade Católica de Goiás, 1996. p. 138-144.

CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. In: Ciências & Letras Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras nº 31, jan/jun 2002. Porto Alegre: FAPA, 2002. p. 15-29.

CHAGAS, Mário. Museus: Antropologia da Memória e do Patrimônio. IN Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n 31, Ministério da Cultura, Brasília, 2005.  
CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro, IPHAN, 2000.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: vértice, 1990. (original publicado em 1950). P. 34- 143.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. Fundamentos da educação patrimonial. In. Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras nº 27, jan/jun 2000. Porto Alegre: FAPA, 2000. p. 25-35

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.

ITAQUI, José. Educação Patrimonial: a Experiência da Quarta Colônia. Santa Maria: Pallotti, 1998.

LEMOS, Carlos A. C. O Que é Patrimônio Histórico. São Paulo, Brasiliense, 1987.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; MORGADO, Naira. Futebol de Várzea Também É Patrimônio. In. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro 1996, nº 24, p. 175-184.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. IN: Estudos Históricos, São Paulo: Ed.: Revista dos tribunais. 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. IN: Estudos Históricos, São Paulo: Ed.: Revista dos tribunais. 1989/3. P. 5-11-4

POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. In. Ciências & Letras, Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras nº 27, jan/jun 2000. Porto Alegre: FAPA, 2000. p. 13-24

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A danação do Objeto. O Museu no ensino da história. Ed. Argos, Chapecó, 2004.

RODRIGUES, Marly. De Quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 1996, nº 24, p. 195-203.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Museu e educação: conceitos e métodos. In. Ciências & Letras Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras nº 31, jan/jun 2002. Porto Alegre: FAPA, 2002. p. 307-323

SANTOS, Maria Célia Teixeira M. A preservação da memória enquanto instrumento da cidadania. Cadernos de Museologia nº 3. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994.

SOARES, André Luís Ramos (Org.). Educação Patrimonial: Relatos e Experiências. Santa Maria: UFSM, 2003.

SOARES, André Luís Ramos. De heróis a bandidos: educação patrimonial e ensino de história Ou como manipulamos o passado na construção do presente In: Tempo no plural: História, Memória e diversidade cultural. Francisco Régis Lopes Ramos e Meize de Lucena Lucas (orgs.). Programa de Pós-Graduação em História da UFC. Fortaleza, Realce Editora & Ind. Gráfica Ltda., 2008, p.165- 178.

SOARES, André Luis R.; SPIAZZI, Daiane Tonato; OLIVEIRA, Fabiana de; DIAS, Guilherme. As relações de exclusão na preservação e manutenção dos patrimônios brasileiros. Cadernos do CEOM, n.26, 2007a. pg. 19-54.

SOARES, André Luis R.; SOUZA, Cristiéle Santos de; CARDÔZO, Lisliane; ALBARELLO, Tales Henrique. A educação patrimonial como instrumento de preservação e democratização da memória e do patrimônio nos Museus. Cadernos do CEOM, n.26, 2007b. pg. 109-136.

VARINE, Hugues de. A nova museologia: ficção ou realidade. In. Museologia social. Porto Alegre. UE/Secretaria Municipal de Cultura. 2000. p.21-33.

# PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E A CIDADE: PROBLEMAS E ESTRATÉGIAS NA GESTÃO <sup>1</sup>

Dione da Rocha Bandeira <sup>2</sup>

Maria Cristina Alves <sup>3</sup>

Eloy Labatut de Oliveira <sup>4</sup>

## INTRODUÇÃO

A conservação dos sítios arqueológicos tem sido um grande desafio que o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville assumiu mais efetivamente a partir de 1990, quando a Lei Orgânica do Município delegou a esta Instituição tal responsabilidade. Projetos e atividades institucionais como inspeções periódicas, adoções de sítios e acompanhamento de licenciamentos ambientais, entre outros, têm sido alternativas para lidar com a questão.

No momento em que os municípios brasileiros acabaram a reformulação ou elaboração de seus Planos Diretores é fundamental a inclusão do patrimônio arqueológico nas políticas de gestão das cidades. Neste sentido, esta reflexão visa contribuir para o compromisso com a salvaguarda do patrimônio arqueológico brasileiro nas cidades.

## A RESPONSABILIDADE DO MASJ SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM JOINVILLE

A preservação do patrimônio arqueológico em Joinville tem início em meados do século passado, quando o arqueólogo amador alemão Guilherme Tiburtius coletava e eventualmente comprava artefatos oriundos do desmonte de sítios arqueológicos, numa época em que os sambaquis eram sistematicamente utilizados como fonte de material para a pavimentação de estradas e produção de cal. A aquisição desta coleção, pela Prefeitura Municipal em 1963, foi determinante para a criação do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) em 1969. Inaugurado em 1972, contou desde seu início com a parceria do IPHAN.

Situado em uma região riquíssima em sítios arqueológicos, o MASJ direcionou suas atividades à preservação do patrimônio arqueológico in situ, inicialmente em ações

---

<sup>1</sup> Este artigo partiu das reflexões realizadas pela equipe de arqueologia do MASJ para o 1º Simpósio Dimensões do Urbano realizado em Criciúma/SC, em 2006.

<sup>2</sup> Arqueóloga – Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville/MASJ

<sup>3</sup> Arqueóloga e historiadora

<sup>4</sup> Geógrafo - MASJ

educativas, exposições, divulgação na imprensa e vistorias. Em 1990, a responsabilidade do Museu para com o patrimônio arqueológico foi oficializada na forma de lei (Lei Orgânica Municipal – 1990, art. 163º). Conseqüentemente, passou a inspecionar sistematicamente os sítios no território municipal, além de estabelecer parcerias com proprietários e acompanhamento de audiências públicas relacionadas aos estudos de impacto ambiental, inclusive fora do município (ALVES e BANDEIRA, 2005).

Apesar do MASJ possuir um Plano Diretor, com um Programa de Salvaguarda Museológica e com estratégias para a preservação do patrimônio arqueológico in situ e ex situ, estas medidas ainda encontram-se distantes de configurar-se como um plano de gestão arqueológica. Este deveria, no mínimo, ser de âmbito municipal, inter-relacionado com outros órgãos, públicos e privados, e atingindo desde os currículos escolares básicos, até os institutos responsáveis pelo planejamento e ordenação do território.

Mesmo que estejam resolvidas, satisfatoriamente, as questões pertinentes à identificação, cadastramento e "fiscalização" de sítios, no Brasil, problemas relacionados à salvaguarda desse patrimônio arqueológico estão pendentes. Dentre estes, a ausência de levantamento arqueológico em licenciamentos ambientais sob responsabilidade do município, a falta de critérios para a definição de área de entorno de sítios cadastrados, a lacuna na legislação de proteção de sítios históricos, bem como a ausência de contrapartidas aos proprietários de áreas com sítios, tem impedido ações mais efetivas, conforme reflexões que apresentamos a seguir.

## 1) MUNICIPALIZAÇÃO DE LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS

Um dos problemas enfrentados refere-se ao desconhecimento e/ou não reconhecimento das diferentes tipologias de sítios arqueológicos, tanto do período pré-colonial quanto histórico.

Embora tenha a denominação de Museu Arqueológico de Sambaqui, e esta tipologia seja a mais comum, mas não a única na região, o MASJ também tem tratado de outros tipos de sítios arqueológicos (a legislação remetente ao museu não o limita aos sambaquis). Isto, eventualmente, ocasiona alguns desentendimentos por parte da população e até mesmo de técnicos não arqueólogos de outros órgãos públicos, que erroneamente ignoram qualquer estrutura que não esteja relacionada aos grandes montes de conchas. São recorrentes as denúncias por parte da população de agressão a sambaquis, mas raramente a outros sítios (históricos, por exemplo). Desta forma, sítios de outra tipologia que também contam com proteção prevista em lei, na prática podem estar sendo mutilados e destruídos, inclusive com licença ambiental, mesmo em Joinville, uma das poucas cidades brasileiras que possui leis e instituição específicas ao patrimônio arqueológico (Bandeira, 2004).

Esse problema decorre, em parte, da transferência do poder de licenciar do Estado para os Municípios. Conforme Resolução nº 237/97 do Conama, os municípios devem

tornar-se responsáveis pelo "licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local ou delegados". Em Santa Catarina esta transferência de poder ocorre através de convênios firmados entre a FATMA, órgão ambiental estadual, e municípios que apresentem condições para assumir esta função.

Em Joinville foi reafirmado, em 2003, Termo de Cooperação Técnica entre a FATMA, órgão ambiental do Estado de Santa Catarina e a FUNDEMA, órgão municipal, como parte do Programa de Descentralização das Ações de Gestão Ambiental de SC, que, em sua cláusula quarta designa competência ao município para "proceder ao licenciamento e à fiscalização ambiental das atividades do parcelamento do solo (loteamentos e desmembramentos) em seu território, precedido de Estudo de Impacto Ambiental".

Diversos empreendimentos instalados no município foram, nos últimos anos, alvo de estudos ambientais com levantamentos arqueológicos, no entanto, uma mínima parte foi licenciado pelo órgão municipal.

A falta de relacionamento entre órgãos do município e lacunas no Código Municipal de Meio Ambiente favorecem esse tipo de procedimento. Ressalta-se que também os sítios cadastrados não estão livres do problema. Anos atrás, remanescente de um sambaqui de Joinville foi parcialmente destruído pela abertura de vala de drenagem, cuja obra havia sido autorizada pela FUNDEMA, gerando processo na justiça civil e penalidade ao proprietário. Este mesmo órgão, recentemente, deu licença de corte de árvores em área associada a outro sambaqui, cujo bosque e sítio estão protegidos por lei municipal desde 1971.

Para minimizar o problema, por ora, tem-se gerenciado junto à Fundação Municipal de Meio Ambiente para que os processos de licenciamentos municipais sejam submetidos aos técnicos do MASJ para avaliação do potencial arqueológico e recomendação sobre a necessidade, ou não, de diagnóstico prévio. Tem-se clareza, entretanto, que a solução deste problema passa por regulamentação em lei municipal como também pela interferência do IPHAN.

## 2) SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS HISTÓRICOS

A legislação é clara quanto aos sítios pré-históricos. No entanto, a situação da salvaguarda dos sítios arqueológicos históricos é mais problemática, pois falta uma definição legal, fator que torna ainda mais difícil a sua preservação. A lei nº 3.924 de 1961, principal instrumento de defesa do patrimônio arqueológico, possui uma lacuna enorme se considerarmos os vestígios "históricos". A Carta de Lausanne, da reunião do ICOMOS de 1990, afirma em sua definição de patrimônio arqueológico que este "engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados" (grifo nosso). Adotando-se esta definição, teríamos uma situa-

ção ainda mais complexa, pois tudo poderia ser considerado patrimônio arqueológico, e estaria sujeito à preservação, acirrando conflito de interesses da sociedade atual.

Apesar de não se ter, ainda, adotado uma clara definição sobre sítio arqueológico histórico, a partir de 2003 o MASJ passou a ter um representante na Comissão Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville. De fato, as medidas de salvaguarda, desta Comissão, limitavam-se ao patrimônio arquitetônico através do tombamento de edificações consideradas "importantes", e eventualmente de outros bens (cemitérios, pontes, etc.). Desde então, tem-se interferido na gestão do patrimônio edificado, analisando a significância arqueológica para a preservação de imóveis em ruínas, cujo nível de degradação era considerado fator que inviabilizaria seu tombamento, no entendimento da maioria dos membros da Comissão.

Neste sentido, toda a área que compõe a unidade de conservação Parque Natural Municipal Caieira, criado em 2004, foi tombada (patrimônio natural e cultural), objetivando salvaguardar, inclusive, edificação construída em madeira, em precário estado de conservação.

Não obstante embora a lei de tombamento do Município esteja sendo a indefinição sobre quais bens devem ser considerados sítios arqueológicos históricos permanece.

### 3) DELIMITAÇÃO/DEMARCAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Outros fatores relacionados à gestão do patrimônio arqueológico têm sido discutidos no meio técnico-científico, como planos de manejo e acesso do público (sítios em exibição, p. ex.). Através da experiência do MASJ, destacamos outras dificuldades que julgamos urgentes para a gestão do patrimônio arqueológico e que precedem, por exemplo, a comunicação deste patrimônio.

Os levantamentos sistemáticos e a delimitação de sítios exigem tempo e custos consideráveis para o poder público (trabalhos de campo, de topografia, de demarcação dos limites, etc.), mas devem ser prioridades. Em Joinville, onde existem 40 sambaquis cadastrados até o momento, embora por diversas vezes o MASJ tenha tentado realizar levantamentos, ainda não foi possível a efetiva delimitação (prospecções para definir o perímetro dos sítios), demarcação (em campo e em planta topográfica) e o registro destas áreas junto ao cartório de imóveis.

A delimitação dos sítios é essencial para a preservação do patrimônio, sobretudo dos sambaquis que "aparentam" ter limites bem definidos, mas de modo geral, se estendem além da porção elevada, subsuperficialmente. Agressões têm ocorrido em áreas contíguas às elevações, pois sem o conhecimento dos limites reais destes sítios fica impossível qualquer tentativa de conter estas atividades. A dificuldade da realização destas delimitações é exclusivamente da não inclusão da questão patrimonial nas políticas públicas. Tais levantamentos poderiam ser financiados pelos proprietários das terras em que se encontram tais sítios, mas esta é uma questão que discutiremos mais adiante.

## 4) ÁREAS DE PROTEÇÃO/ENTORNOS

Uma vez delimitado o sítio, nos deparamos com um outro e grave problema: a área de entorno. Já em 1937 o Decreto Lei nº 25, em seu artigo 18º determinava que "sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade...", mas nem esta nem as leis arqueológicas ulteriores definem o que seria o entorno. Na Carta de Santos, dentre as conclusões e recomendações aprovadas, reconhece que "a descaracterização da paisagem dos sítios arqueológicos compromete a produção de conhecimentos sobre o sítio, razão pela qual o Poder Público deve garantir a proteção do entorno e de sua respectiva paisagem (grifo nosso)".

Na Lei Federal nº 6513/1977, que dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico, encontramos alguma referência sobre as definições de entorno. Em seu Art. 4º, o entorno de proteção é definido como "o espaço físico necessário ao acesso do público ao Local de Interesse Turístico e à sua conservação, manutenção e valorização" (§ 2º), enquanto que o entorno de ambientação "é o espaço físico necessário à harmonização do Local de Interesse Turístico com a paisagem em que se situa" (§ 2º) (grifos nossos). Porém talvez esta não seja a melhor interpretação de entorno a se aplicar ao patrimônio arqueológico, pois não regulamenta os usos e restrições destes locais, e não define uma área mínima para estes entornos.

Oliveira (2000), discorre sobre os critérios de definição de entorno de sítios arqueológicos e conclui que as noções de campo de visão ou de área de captação de recursos são inviáveis para os sambaquis de Joinville, assim como para outros sítios próximos a aglomerados urbanos. Porém, a área de captação de recursos é uma noção que poderia ser considerada em outras áreas, sobretudo na definição de limites de novas unidades de conservação que tenham em seu interior sítios arqueológicos. Este mesmo autor faz algumas recomendações sobre fatores a serem considerados na delimitação de áreas de entorno de sambaquis, cuja aplicação pode ser avaliada para outros sítios, inclusive os históricos. Dentre estas recomendações ressaltamos:

- a) qualquer zoneamento somente é possível a partir de um levantamento arqueológico inicial...
- b) [que] o entorno de cada sambaqui, quando possível, seja delimitado segundo ordenação objetiva das restrições de uso do solo...
- c) o dimensionamento de cada área de entorno deveria se dar sempre em função das especificidades de cada sambaqui...
- d) deverão ser levadas em conta as seguintes informações: tamanho, forma e características geomorfológicas...; levantamento histórico...; processos de degradação normalmente atuantes; informações imobiliárias e territoriais

de planejamento urbano, inclusive possíveis usos planejados...

e) as dimensões das áreas de restrição máxima devem ter limites, no mínimo, representados por um raio de dimensão equivalente à maior dimensão horizontal do próprio sambaqui, medido a partir do ponto central do sítio.

Conforme proposto por Oliveira (2000: 222), estamos avaliando a viabilidade de se estabelecer área de entorno mínima tomando por base a medida do raio de maior dimensão horizontal do sítio, delimitada e demarcada a partir dos limites do sítio. Nesta área, então, seria estabelecido zoneamento com níveis de restrições diferenciados em duas zonas. A Zona A, mais próxima ao sítio, seria de restrição máxima, não sendo permitidas intervenções que possam causar impactos físicos e mesmo visuais, exceto estruturas de apoio/proteção para sítios em exibição. Já na Zona B, mais afastada, quaisquer intervenções seriam submetidas à aprovação dos órgãos gestores pelo patrimônio no município (Comissão Municipal de Patrimônio, a exemplo do que ocorre quando há intervenções em bens tombados)

Este zoneamento de nada adianta se não for complementado por demarcação em campo através de cercas, piquetes ou outro meio, identificação da área através de placas, etc. O mapeamento topográfico planialtimétrico tanto do sítio quanto do entorno, para registro no cadastro de sítios arqueológicos (nas esferas federal, estadual e municipal) e junto à documentação do(s) imóvel(eis) definindo as áreas de preservação permanente também é essencial.

## 5) CONTRAPARTIDAS AOS PROPRIETÁRIOS

Finalmente, frente às dificuldades do poder público em realizar as delimitações de sítios e seus respectivos entornos, e do que afirma a Lei nº 3924 de 1961: "O proprietário ou ocupante do imóvel onde se tiver verificado o achado é responsável pela conservação provisória da coisa descoberta", poder-se-ia transferir esta responsabilidade (levantamento arqueológico, delimitação e demarcação de sítio e entorno) para os proprietários das terras onde se localizam. Entretanto, a ausência de quaisquer contrapartidas por parte do poder público, dificulta a viabilidade deste procedimento, já que se acredita serem poucos os proprietários dispostos a arcar com os custos de algo que resulte em mais restrições ao uso de sua propriedade.

O MASJ mantém um projeto de adoção de sambaquis, desde 1989, quando intermediou convênios entre Prefeituras, IPHAN e proprietários de áreas (ou não) com sítios. Através deste projeto, sete sambaquis foram adotados cabendo aos adotantes o cercamento, a fiscalização e manutenção (sob orientação do MASJ) desses sítios. O documento de adoção, no entanto, apresenta problemas em algumas cláusulas e está sob análise da Procuradoria do Município. Por exemplo, dentre as lacunas, não há informações sobre a área dos sítios (caberia ao IPHAN e MASJ delimitarem), não houve le-

vantamento topográfico com registro da situação (todos foram parcialmente agredidos anteriormente) e apenas dois processos foram aprovados pelas Câmaras de Vereadores. Quatro sambaquis estão localizados em território que pertencia ao município de São Francisco do Sul quando da assinatura do convênio, hoje pertencente à Joinville. Em outro caso, o adotante faleceu e os herdeiros venderam a propriedade. Em ambas as situações têm-se dúvidas quanto à validade, hoje, dos convênios.

Uma alternativa que, acreditamos, resultaria em um avanço na gestão do patrimônio arqueológico, seria a criação de mecanismos legais de contrapartida do poder público aos proprietários, tais como: abatimento ou isenção de impostos territoriais para áreas não edificáveis devido à existência de patrimônio arqueológico, ou outros benefícios, a exemplo do que já ocorre atualmente na área ambiental, com as RPPN's, onde os proprietários possuem, inclusive, preferência na análise de pedidos de concessão de crédito agrícola, e com o patrimônio histórico em muitas cidades brasileiras. Muito provavelmente diversos proprietários mudariam de atitude, deixando de destruir ou "esconder" os sítios arqueológicos, que "inviabilizam" o uso particular da propriedade, para passar a contratar serviços de arqueólogos para a delimitação, demarcação, e registro destas áreas, visando os possíveis benefícios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampla diversidade cultural (atual e pretérita) e ambiental dos municípios brasileiros, materializada na forma da tipologia dos sítios que ocorrem em uma região, a concentração destes sítios, a diversidade ambiental, a diferença entre as formas atuais de uso e ocupação do solo, pressão demográfica, entre outras, e a ausência de leis federais que tratem dos assuntos que discorremos aqui, e outros relativos ao patrimônio cultural, e que consigam atingir as especificidades regionais, reforçam a questão da gestão dos sítios arqueológicos nos municípios.

A gestão do patrimônio arqueológico passa pela gestão das cidades. Vivenciamos um momento onde diversas cidades definiram ou revisaram seus Planos Diretores, e é fundamental que o zoneamento de uso do solo das cidades inclua o patrimônio arqueológico. Desde a definição de critérios regionais para a caracterização de zoneamento arqueológico (considerando, também, sítios históricos e áreas de entorno), contrapartidas aos proprietários, até implantação de procedimentos administrativos que assegurem ações integradas, com responsabilidades claras de todos os órgãos públicos envolvidos com a gestão ambiental e urbana dos municípios (instituições ambientais e culturais, secretarias de planejamento urbano e infra-estrutura, no mínimo).

Por ora, o MASJ tem reivindicado e ampliado sua participação em projetos já implantados ou em fase de elaboração. Os esforços têm sido recompensados por convites para compor conselhos gestores e comissões de elaboração de planos de manejo de unidades de conservação, mesmo em casos onde não há registros oficiais de sítios

arqueológicos, assim como está participando comissões e conselhos do município. A preservação do patrimônio arqueológico da cidade em condições ideais ainda não foi alcançada, mas muitos passos já foram dados no sentido de achar "soluções" para as querelas existentes.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. C. & BANDEIRA, D. da R. O MASJ e a preservação do patrimônio in situ. Reflexões sobre as relações entre este museu e o IPHAN. Revista de Arqueologia do IPHAN, Florianópolis: 11ª SR IPHAN, 2: 70-75, 2005.

BANDEIRA, D. da R. Novos desafios na preservação do patrimônio arqueológico em Joinville: A municipalização dos licenciamentos e sítios em unidades de conservação. Trabalho apresentado na IV Reunião da SAB/Sul ocorrida em novembro de 2004 em Criciúma/SC.

OLIVEIRA, M. S. C. de Os sambaquis da planície costeira de Joinville, litoral norte de Santa Catarina: Geologia, Paleografia e Conservação in situ. Dissertação de Mestrado em Geografia. Florianópolis: UFSC, 310 p, 2001.

# MUSEUS E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Claudia Inês Parellada<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO: CONCEITOS E MEMÓRIA

A preservação de determinados sítios e objetos arqueológicos e históricos bem como o estudo detalhado de somente alguns deles nos leva a rever a noção de patrimônio histórico e arqueológico. Pois, como escreve Arantes (1984): a preservação deve ser pensada como trabalho transformador e seletivo de reconstrução e destruição do passado, que é realizado no presente e em termos atuais.

Afinal, as discussões sobre em que se constitui o patrimônio histórico e o que pode, com amparo legal, e deve ser protegido, infelizmente, ainda estão distanciadas da maior parte da população brasileira. Os laços de continuidade com o passado são dificilmente percebidos pelas diversas comunidades onde os sítios arqueológicos e históricos estão inseridos, sendo que muitas vezes acabam se associando com o exótico e o sobrenatural.

A durabilidade de alguns objetos, que ultrapassam o tempo de vida de quem os produziu e dos usuários originais, já tornam esses materiais expressões convincentes do passado, porém esses artefatos estão permanentemente sujeitos a transformações, e no presente é que são classificados, segundo categorias variáveis de acordo com a formação teórica e os métodos utilizados pelos pesquisadores que analisam esses objetos. Desta forma, conforme discussões em Meneses (1998), as coleções privadas que se deslocam para espaços públicos, como os museus, são representações de trajetórias pessoais, onde os objetos funcionam como vetores de construção da subjetividade.

Assim, buscando uma maior aproximação dos acervos museológicos com os diferentes grupos sociais nos quais estas instituições podem e devem dialogar, tentou-se um aumento da sensibilização do público visitante através de estratégias que enquadrassem estes documentos como parte de uma herança coletiva, que precisa ser melhor compreendida para ser protegida.

O patrimônio histórico, segundo Paoli (1992), deveria definir as dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser preservados porque são coletivamente significativas em sua diversidade. Ainda aquela autora afirma que, ao contrário, este patrimônio parece uma imagem congelada do passado, paralisado em museus cheios de objetos que atestam que há uma herança coletiva, cuja função social parece suspeita.

---

<sup>1</sup> Doutora em Arqueologia pela USP, pesquisadora do Museu Paranaense/ Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, trabalha com patrimônio, arqueologia e arte indígena. E-mail: parelladaclau@ig.com.br

As trajetórias da construção do patrimônio do Brasil, os diferentes olhares ao longo do tempo e os instrumentos de proteção, especialmente no Paraná, podem ser observados em Kersten (2000), e uma síntese sobre a conceituação de patrimônio em contexto mundial e as políticas patrimoniais no Brasil em Funari & Pelegrini (2006).

Muitos objetos históricos e arqueológicos, no Paraná e mesmo no Brasil, são relacionados no senso comum como "velharias", quem poderia esquecer das antigas máquinas de escrever que foram rapidamente substituídas pelos computadores no final do século XXI, e agora agonizam em almoxarifados ou repousam em reservas técnicas e exposições de museus e instituições congêneres.

Alguns objetos tornam-se exóticos e podem ser transformados em peças mais "úteis", ou seja, que tenham algum significado dentro do sistema simbólico das pessoas que os encontraram. Assim, uma lâmina de machado polida pode "tornar-se mais interessante" virando um boneco de brinquedo ou um peso para papel, uma ponta de flecha ou uma moeda antiga "tem alguma utilidade" como pingente, um vasilhame cerâmico arqueológico Tupiguarani pode aparecer como vaso de plantas ornamentais, e uma máquina de costura do início do século XXI vira fetiche decorativo na sala de estar.

Neste trabalho apontam-se estratégias para o aumento da proteção do patrimônio histórico e arqueológico, principalmente a partir da conscientização da comunidade envolvida, que está sendo motivada a perceber o valor do vestígio arqueológico e histórico como memória coletiva, principalmente através da criação de novos museus e da revitalização dos mais antigos. Afinal, como Chauí (1992) ressalta, Mnemosyne é Memória, a deusa grega que impede o esquecimento, que está ao lado da luz, da vidência inspirada, da antevisão do futuro pela compreensão profunda do sentido do passado.

Esta proposta de colaboração no gerenciamento do patrimônio foi montada a partir de diferentes situações na trajetória vivida através de projetos desenvolvidos pelo Departamento de Arqueologia do Museu Paranaense, entre 1984 e 2009, como o da pesquisa junto às ruínas de Villa Rica del Espíritu Santo, cidade colonial espanhola do século XVI, que atualmente se insere no Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, município paranaense de Fênix (Parellada 1993, 1995, 1997, 2006).

Os cidadãos de Fênix, município que possui um sítio arqueológico tão significativo para a compreensão da história colonial do território paranaense, só em 1990 com a criação de um museu regional e a implantação de uma série de ações de educação patrimonial, é que houve maior retorno para a comunidade das inúmeras pesquisas ali realizadas.

Observou-se em entrevistas com os cidadãos de Fênix, é que eles, de uma forma geral, acreditavam que os "forasteiros", que podiam ser arqueólogos acadêmicos ou amadores, e mesmo caçadores de tesouros, vinham expoliá-los de riquezas materiais. Suspeitava-se até que fossem retirados "tesouros fantásticos", como sinos e potes de ouro.

A causa disso, além das lendas enraizadas em nossa cultura, está nos próprios

pesquisadores, que muitas vezes pelo excesso de trabalho terminam esquecendo que o principal objetivo do estudo arqueológico e histórico é o da maior compreensão do passado. Mas para quem? Em muitas situações os dados obtidos se restringem a apenas um círculo acadêmico. Na verdade, termina por ser esquecido um dos personagens centrais das pesquisas: a comunidade na qual o sítio arqueológico e histórico estava inserido. Assim, além de pesquisas sistemáticas e a divulgação para os meios científicos, devem ser realizadas atividades educativas em relação ao patrimônio histórico e arqueológico estudado para o maior público possível, conforme preconiza a atual legislação brasileira.

O patrimônio arqueológico foi incluído na Constituição Federal Brasileira, de 1988, como parte do patrimônio cultural nacional e no artigo 20, inciso X, os sítios arqueológicos foram declarados bens da União. Para realizar pesquisas arqueológicas no Brasil é preciso observar a legislação vigente, como a lei 3924 de 1961, que dispõe sobre os locais pré-históricos e históricos, e a resolução 1 de 1986 do Conselho Nacional de Meio-Ambiente (CONAMA), que prevê estudos arqueológicos em áreas de construção de grandes obras, para diminuir os impactos neste acervo. A portaria número 7 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de dezembro de 1988, define os critérios para permissões de pesquisas arqueológicas e temas relacionados, aprofundados em 2002 com a portaria 230 do mesmo órgão. Uma mudança na 230 tornou essencial a execução de programas de educação patrimonial associados às pesquisas. Com isso, os arqueólogos passaram a ter responsabilidades que incluem não somente a produção de informações científicas, mas também de envolver a comunidade na gestão do patrimônio.

Com pouco acesso a dados sobre o patrimônio histórico e natural da região que vive ou visita, a população não consegue encontrar motivos para preservá-los e protegê-los. Afinal, como Durham (in Arantes, 1984) observa:

Retomando a noção de cultura como ação significativa que depende da manutenção de um instrumental simbólico, podemos tentar aplicá-la à noção de patrimônio cultural. Nessa perspectiva, devemos tentar definir o patrimônio em função do significado que possui para população, reconhecendo que o elemento básico na percepção do significado de um bem cultural reside no uso que dele é feito pela sociedade.

Cunha (1992) nesse sentido destaca que o confronto e o debate de idéias constituem o melhor caminho para tentar cultivar a esperança de uma sociedade em que o "moderno" não negue o passado, e o exercício da cidadania baseie-se em uma memória capaz de afirmar a diversidade e o conflito como dimensões constitutivas da história.

A memória é um fato biológico, anatômico, fisiológico, por isso somos todos memoriosos e memorialistas (Chauí, 1992); mas deve ser lembrado que a memória, numa sociedade que exclui, domina, oprime, oculta os conflitos e as diferenças sob ideologias da identidade, é um valor, um direito a conquistar. Aquela autora também comenta que a memória, seja como história da sociedade, seja como crônica das classes

sociais e de seus homens ilustres, tem o papel de nos liberar do passado como fantasmas, fardo, assombrações e repetição.

## ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

Neste estudo o patrimônio histórico também é analisado sob a ótica da arqueologia, ciência que busca o resgate e a interpretação do passado através de vestígios da cultura material, de parte do registro de atividades cotidianas, como de iluminação, aquecimento e sepultamento, de pinturas e gravuras em abrigos, cavernas e afloramentos, além de traços de casas, aldeias e cidades dos mais diversos povos.

*O patrimônio arqueológico é a parte do patrimônio material no qual os métodos arqueológicos fornecem dados primários. Compreende todos os vestígios da existência humana e consiste de locais relacionados a todas as manifestações de atividade humana, estruturas abandonadas e vestígios de todos os tipos, incluindo sítios subterrâneos e subaquáticos, junto com todo o material cultural associado com eles. (tradução de ICOMOS 1990).*

O estudo do conjunto de evidências dos antigos povos, em meio a paisagem, os sítios arqueológicos, possibilita compreender como eles viviam, que tipo de alimentos preferiam e as formas que sepultavam os mortos, entre muitas outras atividades. Aqui foram utilizados os enfoques da arqueologia pós-processual, onde o interesse pela estrutura, mente e significado leva a uma maior preocupação pela presença da atualidade no passado (Hodder, 1988). Afinal, as leituras informam e contribuem para o presente através de uma valoração crítica do passado. Preucel & Hodder (1996) observam que a arqueologia não é o estudo do objeto mas de processos de debate surgidos com a evidência material; sendo que esses processos são de fazer e comunicar diferentes perspectivas.

A arqueologia paranaense pode ser dividida em pré-colonial e histórica, sendo que os sítios históricos seriam ruínas e vestígios da cultura material relacionados à ocupação européia e luso-brasileira, dos séculos XVI a XX, no território atualmente compreendido pelo Paraná. Os diversos sítios arqueológicos com características semelhantes, para serem mais facilmente compreendidos, foram classificados em tradições, porém esse termo não é adotado por todos os arqueólogos brasileiros, mas pode ser considerado como o mais utilizado em discussões regionais.

No Paraná há tradições relacionadas a povos caçadores-coletores, denominadas Paleoíndios, Umbu e Humaitá; à coleta litorânea, representadas pelos sambaquis; e a agricultores e ceramistas, como a Itararé-Taquara e a Tupiguarani. Para as pinturas e gravuras rupestres, tem-se as tradições Planalto e Geométrica, porque muitas vezes so-

mente a arte rupestre pode ser identificada e os vestígios materiais correlacionados aos povos que fizeram as pinturas e/ ou gravuras ainda não puderam ser caracterizados.

Um vasilhame cerâmico Neobrasileiro, do século XIX, é um objeto histórico ou arqueológico quando é recebido por doação em um museu público brasileiro? Bem, depende de quem fará a análise depois da incorporação do objeto no acervo, de qualquer forma é importante salientar que ele pertencerá a instituição como um todo, podendo colaborar para a compreensão tanto da arqueologia, da etnologia ou da história da região. O que realmente importa é a discussão científica, bem como a consequente divulgação e comunicação, originada pela chegada de um novo objeto ou de coleções, tanto de cultura material, documentos impressos e/ ou imagéticos, ou de registro de patrimônio imaterial.

## MUSEU PARANAENSE: A MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA E DA HISTÓRIA DO PARANÁ

O Museu Paranaense, inaugurado em 1876, e na época denominado Museu de Curitiba, era uma instituição particular, tendo como seus primeiros diretores Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da Silva Murici (Fernandes, 1936).

Inicialmente foram reunidos materiais que participaram de exposições internacionais e representavam aspectos diferenciados do Paraná, sendo o acervo bastante diversificado, e a incorporação de objetos arqueológicos e indígenas acontecia através de doações esporádicas por intelectuais, empresários e populares, que encontravam esses vestígios em áreas de plantações agrícolas, na abertura de estradas e ruas, na construção e reforma de edificações, e mesmo, comprados ou trocados com índios. Em 1882, o Museu passa a pertencer à Província do Paraná com o nome de Museu Paranaense, e tem o seu regulamento aprovado (Carneiro, 2001).

Romário Martins, diretor do Museu Paranaense entre 1902 e 1926, freqüentemente recebia a visita de indígenas na instituição, recebendo materiais e entrevistando alguns indivíduos Jê e Guarani, e publicou diversos artigos sobre os objetos do Museu e os diferentes grupos étnicos no Paraná.

Em 1936, com a nomeação do médico e antropólogo Loureiro Fernandes como diretor do Museu Paranaense houve alterações no tratamento do acervo, através da criação de departamentos técnicos com novos pesquisadores. A partir de 1938 aconteceu uma significativa ampliação das coleções etnográficas e arqueológicas através do financiamento de pesquisas em várias áreas do litoral e interior do Paraná, inclusive em parceria com a Universidade do Paraná (Menezes, 1967). Loureiro Fernandes buscou incessantemente o aumento do acervo do museu, inclusive através da aquisição coleções particulares, como exemplos a de Telêmaco Borba e a do fotógrafo José Ruhland, de Florianópolis, gerente da Sociedade Livonius, de Blumenau, sendo a última adquirida em 1941. Também houve o fomento a pesquisas etnográficas, como as de Wanda Hanke,

entre outros.

O Museu Paranaense, entre 1950 e 1965, recebia parte do material arqueológico recuperados em atividades de campo de vários cursos intensivos realizados no Paraná, com arqueólogos brasileiros e estrangeiros. O acervo do Museu Paranaense foi dividido com a criação de várias instituições no século XX, como por exemplo, em 1963, na fundação do Museu de Arqueologia e Artes Populares da Universidade do Paraná, em Paranaguá, quando parte do acervo arqueológico e etnológico foi repassado a esse novo museu.

Entre 1966 e 1986, houve a incorporação de vestígios recuperados em áreas que sofriam o impacto de novas fronteiras agrícolas e de pastagem, em locais mais isoladas do Paraná, além de doações esporádicas (Parellada, 2006).

Desde 1987, o Museu Paranaense vem realizando vários projetos arqueológicos, que propiciaram a entrada de um maior número de profissionais especializados, com a conseqüente ampliação dos estudos multidisciplinares. Em 1990, o acervo esquelético humano praticamente dobrou, em número e volume, com a doação de vestígios recuperados pelo arqueólogo José Wilson Rauth, em sambaquis do litoral paranaense.

Entre 1990 e 2009 foram desenvolvidos vários projetos, do departamento de arqueologia do Museu Paranaense, com ampla temática: geoarqueologia, resgate, sensoriamento remoto, arqueologia da paisagem, arte rupestre, arqueologia histórica, tecnologia cerâmica e lítica, etnoarqueologia, arqueologia experimental, antropologia visual, arte e artesanato indígena e educação patrimonial.

Alguns museus e centros culturais foram criados no interior do Paraná com parte do acervo arqueológico emprestado, através de termos legais, do Museu Paranaense, como, em 1990, o Museu do Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, em Fênix, Paraná, em 1994, o Centro Cultural de Cidade Gaúcha, em município do oeste paranaense, no baixo rio Ivaí, e, em 1999, o Museu Regional do Iguaçu, junto à Usina Hidrelétrica de Segredo, no médio rio Iguaçu, em Reserva do Iguaçu (Parellada 1997, 2006; Bruno, 1999).

Em 2005 foi adquirido pelo Governo do Estado do Paraná a coleção do Museu David Carneiro, que resultou na entrada de muitos objetos históricos e documentos impressos, e logo em 2006 é recebido parte do acervo do antigo Banco do Estado do Paraná (Banestado), que havia sido privatizado em anos anteriores.

## **NOVAS ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DAS COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS E ETNOGRÁFICAS DO MUSEU PARANAENSE A PARTIR DE 1990**

Desde 1990 houve a preocupação em selecionar estratégias diferenciadas para gerenciar as coleções arqueológicas do Museu Paranaense, além de planejar a organização das diferentes tipologias do acervo arqueológico nas reservas técnicas.

A informatização de aproximadamente 2700 coleções arqueológicas, que em setembro de 2009 incluíam 310.000 peças, foi realizada a partir do sistema de banco de dados Access. O início da informatização foi iniciado em 1995, através da chegada de equipamentos e software compatíveis com a implantação de um novo sistema de gerenciamento das coleções arqueológicas, e o trabalho foi aprimorado ao longo do tempo.

Esse banco de dados constitui um conjunto de tabelas relacionadas, sendo que na principal existem os seguintes campos: número da coleção, sítio arqueológico, município, estado, projeto, descrição sintética dos materiais, classificação, locais de coleta, nível, data da coleta, data da doação, coletores e/ ou doadores, referências bibliográficas, indexação das caixas, localização na reserva técnica, e observações. A partir desta tabela principal são emitidos formulários e relatórios, impressos em razão de projetos em execução no Museu Paranaense, ou mesmo, para esclarecer questões relativas ao acervo (Parellada, 2006).

O banco de dados do acervo etnológico, com cerca de 3.000 peças, constitui um conjunto de tabelas, sendo que na principal foram definidos os campos: número da coleção, etnia, localidade, município, estado, termos e categorias segundo o Thesaurus da Funai (Motta & Oliveira, 2006), descrição sintética dos materiais, descrição e histórico da peça, estado de conservação, intervenções e/ ou restauro, dimensões, forma de aquisição, data de coleta e/ ou doação, coletores e/ou doadores, referências bibliográficas, indexação das caixas e posicionamento do acervo (Parellada, 2008).

O novo posicionamento dos materiais dentro das reservas técnicas climatizadas foi estudado, tentando-se adequar aos novos espaços as diferentes características físico-químicas de cada tipologia do acervo arqueológico do Museu Paranaense, segundo Loredó (1994). A maior parte dos vestígios arqueológicos é material cerâmico e lítico, compreendendo quase 80% do total do acervo, sendo que ainda existem materiais ósseos humanos, de animais e malacológicos, além de amostras paleontológicas, sedimentológicas e geológicas, bem como moldes em gesso e silicone de antropóides e homínídeos.

Os materiais abrangem um período de tempo que vai desde cerca de dez mil anos atrás, relacionados a grupos caçadores-coletores, até materiais recuperados em ruínas de construções do século XIX, em áreas onde foram desenvolvidas pesquisas arqueológicas. Estão separados por matéria-prima, higienizados, numerados individualmente, organizados em caixas de plástico com estrutura alveolar, a maioria transparente, porém algumas são de cores cinza, azul e amarela, etiquetadas segundo a ordem de numeração das coleções, e protegidas com papel de pH neutro. As embalagens tem dimensões padronizadas de 35x 24,4x 13cm, sendo que em situações ocasionais foi necessário ampliar a altura das caixas para a inserção de materiais com tamanhos que ultrapassavam os limites da embalagem padrão. O etphoan é usado como base para acomodar e prevenir deslocamentos de materiais cerâmicos e líticos.

As caixas estão organizadas em estantes de aço, com mezanino, algumas esmal-tadas e outras com pintura em epoxi-pó, a mais recomendada para o uso neste caso, sendo todas as áreas da reserva técnica sinalizadas e indexadas na tabela principal de listagem de coleções (Bell, 1993).

Desde dezembro de 2002, com a construção da nova sede do Museu Paranaense, bem como a instalação de equipamentos de ar-condicionado e desumidificadores, o acervo arqueológico está armazenado em reservas técnicas climatizadas. A temperatura de 21o C e a umidade de 60%, constantes, através do sistema de refrigeração, e o controle de infestações, vem ajudando na conservação dos materiais orgânicos e in-orgânicos resgatados em campo. Os materiais ósseos tem uma temperatura um pouco menor, de 19o C.

Alguns serviços são oferecidos pelo site [www.museuparanaense.pr.gov.br](http://www.museuparanaense.pr.gov.br), tais como o acesso a artigos, publicações e textos informativos, além da atualização de notícias sobre projetos desenvolvidos no Museu em parceria com diferentes instituições, e visitas virtuais às exposições de curta e longa duração ao Museu Paranaense e ao Museu do Parque Histórico do Mate. No futuro, sínteses da documentação sobre todo o acervo deverá estar disponível em site do Museu Paranaense, tornando possível o acesso digital a maioria das peças do acervo. Ações de educação patrimonial como cursos e oficinas direcionadas aos alunos de escolas, como os descritos em Horta et al. (1999) também estão relacionados.

## MUSEU DO PARQUE VILA RICA DO ESPIRITO SANTO: EXPERIÊN-CIA MUSEAL EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUE-OLÓGICO

O Museu do Parque Estadual constituiu uma excelente forma de aproximação da comunidade com o patrimônio natural, histórico e arqueológico da região. Pois nele estão condensadas informações básicas sobre a ocupação histórica da região, enfocando principalmente a cidade colonial espanhola de Villa Rica de Espirito Santo, além de dados sobre o meio-ambiente. Certamente muitas pessoas coletaram objetos das ruínas, os quais atualmente se encontram espalhados em todo o Estado do Paraná, e até em outros locais do Brasil e exterior. Alguns chegaram a guardar as peças, mas muitos destes vestígios acabaram sendo perdidos com o tempo.

Os materiais que foram retirados através de pesquisas arqueológicas do Museu Paranaense, algumas vezes com participação de pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, em 1959, 1960, 1961, 1968, e de 1984 a 1995, fazem parte do acervo daque-la instituição de pesquisa. Com um volume muito grande de material no Museu Para-naense, e uma significativa parte em posse de ex-moradores e cidadãos de Fênix, além da disponibilidade de espaço físico, veio a idéia da montagem de um museu dentro do próprio parque (Parellada, 1993). Assim, em 15 de novembro de 1990, foi inaugurado o

Museu do Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, sendo o Instituto Ambiental do Paraná (IAP-PR) o órgão responsável pela infraestrutura, e o Departamento de Arqueologia do Museu Paranaense pelo planejamento, organização e seleção de acervo do referido Museu.

O critério de seleção de acervo da exposição permanente foi baseado na adequação do tipo de material/objeto, que o visitante entrará em contato no próprio parque. Assim, como o parque abriga ruínas de uma cidade espanhola do final do século XVI, e uma mata típica da floresta pluvial tropical, com sua fauna característica, procurou-se abranger tanto a história natural como, principalmente, a arqueologia pré-colonial e histórica, dando enfoque especial a cidade de Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632).

Dentro da exposição do museu de Villa Rica, com área de 108m<sup>2</sup>, foram usadas dez vitrines, de madeira, vidro e acrílico, além de nove painéis de acrílico (140x 100cm); as vitrines são de quatro tamanhos: 100x 100x 60cm, 140x 80x 110cm, 60x 60x 120cm, e 60x 80x 110cm. Maiores detalhes podem ser observados em Parellada (1997).

A exposição vem sendo revitalizada periodicamente, sendo que o Parque e o Museu estão abertos ao público de quarta a domingo, sendo que de quarta a sexta-feira para grupos organizados, como escolas e associações ambientais, agendando a visita no IAP de Campo Mourão, Paraná, ou no próprio Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo.

Desta forma, pretendeu-se através de estratégias de sensibilização da população local e dos visitantes que percorrem a área, a introdução de novos conhecimentos e informações que possibilitem que as pessoas que lá vivem e a maioria dos visitantes transformem-se em agentes de fiscalização e proteção do patrimônio natural, histórico e arqueológico.

Estas estratégias estão sendo, além da exposição de longa duração do Museu do Parque e do audiovisual, a realização de palestras sobre preservação de patrimônio histórico nas escolas públicas e a divulgação em jornais e revistas. A "curiosidade" das crianças tem que ser despertada, através de atividades complementares, como visitas monitoradas a exposições, ou através de jogos didáticos. Afinal, o resgate da memória local seria um passo importante na formação da cidadania.

Com a implantação desse museu no Parque de Vila Rica, e as outras estratégias de envolvimento da comunidade, grande parte de moradores de Fênix perceberam a proximidade dos estudos arqueológicos realizados, e acabam sempre informando aos arqueólogos onde estão aflorando ou sendo encontrados vestígios arqueológicos na região.

Ainda podem ser planejados roteiros de turismo cultural, utilizando sítios históricos e arqueológicos dentro de programações estruturadas, que podem colaborar na conservação desses bens, evitando a destruição de patrimônio arqueológico, pela falta de informação, vandalismo e atividades econômicas predatórias.

Seria uma maneira de fomentar empregos e criar alternativas para complementação de renda da população local, pois existe um rico patrimônio cultural a ser divulgado, e onde os saberes tradicionais, como a culinária, a música, a dança e o artesanato, também poderim contribuir para criar novos roteiros turísticos (Parellada, 2006).

A formação de guias turísticos e de monitores de museus, especialistas em meio-ambiente e patrimônio histórico e arqueológico, poderia ajudar no resgate da cidadania e da melhoria da qualidade de vida de vários municípios brasileiros.

## CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Os trabalhos de educação patrimonial em parceria com diferentes instituições, como o Programa de Voluntariado do Paraná (Provopar – Ação Social) e as Secretarias de Estado da Cultura, da Educação e de Assuntos Estratégicos do Paraná, permitiram a publicação de livro didático para as escolas públicas estaduais (Parellada et al., 2006) e a adoção de estratégias que buscam a melhoria de qualidade de vida de populações indígenas no Paraná; essas são linhas de pesquisa que devem receber maior investimento de tempo e recursos no departamento de arqueologia do Museu Paranaense.

O desenvolvimento de novos projetos em arqueologia de resgate, multidisciplinares, com a participação de profissionais de áreas correlatas à arqueologia, como paleontólogos, biólogos, botânicos, geólogos, geomorfólogos, entre tantos outros, que possibilitem uma melhor visualização do mosaico ambiental que os sítios arqueológicos e históricos estavam e estão inseridos. Assim, poderão ser planejadas estratégias mais consistentes e funcionais de gerenciamento e conservação dos sítios e objetos arqueológicos e históricos estudados em áreas impactadas e/ ou sob análise do Museu Paranaense.

A ampliação da revisão de materiais e documentos existentes no acervo do Museu Paranaense também contribuirá para uma melhor compreensão da ocupação humana em território paranaense. A formação e/ ou contratação de maior número de pesquisadores também são fundamentais para um futuro promissor das pesquisas do Museu Paranaense.

Com o surgimento de um maior número de museus ou áreas de exposição, objetos de acervos de antigos museus poderão ser parcial a totalmente repassados, desde que existam garantias em relação a conservação e a segurança das coleções. Cada nova instituição museológica deverá seguir a cadeia operatória enfatizando aspectos como planejamento, arquitetura, conservação, documentação, segurança, expografia, ação educativo-cultural e avaliação. Além disso, deve ser proposto o plano diretor museológico, especificando as finalidades, etapas de elaboração, processo de implementação, e inserção do plano em redes e sistemas, como os detalhados em Bruno (1999).

Além disso, devem ser implementadas diferentes estratégias de envolvimento da população com o patrimônio arqueológico e histórico, a partir da elaboração de um

plano de gestão patrimonial, com a criação de novas unidades de conservação e o fomento à produção e comercialização de produtos tradicionais, que trará possibilidades da geração de novos empregos. Isto acontecerá através da qualificação de pessoas da comunidade local, como monitores de educação patrimonial, tanto em visitas em áreas a céu aberto como em áreas de exposição, bem como por investimentos públicos, em parceria com empresas privadas, em sistemas que melhorem o fluxo de produção e comércio derivados dos saberes da região, e aumentem a renda familiar.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, A.A. (org.). Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BELL, Jan. Gerenciamento e proteção de coleções arqueológicas. Anais do II Workshop de Métodos Arqueológicos e Gerenciamento de Bens Culturais. IBPC, Florianópolis-SC, p.231-240, 1993.

BRUNO, Maria Cristina O. A importância dos processos museológicos para a preservação do patrimônio. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, supl., São Paulo, n.3, p.333-337, 1999.

CARNEIRO, Cinthia M.S.B. O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná, 1902 a 1928. Dissert. Mestrado em História, UFPR, Curitiba, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: DPH. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, p.37-46, 1992.

CUNHA, Maria Clementina P. Patrimônio histórico e cidadania: uma discussão necessária.: In: DPH. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, p.25-28, 1992.

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In CARDOSO, Ruth (org.). A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.17-37, 1986.

FERNANDES, José Loureiro. Museu Paranaense: resenha histórica, 1876-1936. Curitiba: Museu Paranaense, 1936.

FUNARI, Pedro P.A. & PELEGRINI, Sandra C.A. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

HODDER, Ian. Interpretación en arqueología: corrientes actuales. Barcelona: Edit. Crítica, 1988.

HORTA, Maria L.P.; GRUNBERG, E. & MONTEIRO, Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: IPHAN- Museu Imperial, 1999.

ICOMOS. International charter for archaeological heritage management. Charters. Paris: UNESCO, 1990.

KERSTEN, Márcia S. A. Os rituais do tombamento e a escrita da história. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

LOREDO, W.M. 1994. Manual de conservação em arqueologia de campo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.89-103, 1998.

MENEZES, Maria José. A arqueologia pré-histórica do Paraná (história). Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, n.9, p.56-105, 1967.  
MOTTA, D.F.& OLIVEIRA, L. Tesouro de cultura material dos índios do Brasil. Rio de Janeiro: Funai/ Museu do Índio, 2006.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: DPH. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, p.25-28, 1992.

PARELLADA, Claudia Inês. Villa Rica del Espiritu Santo: ruínas de uma cidade colonial espanhola no interior do Paraná. Arquivos do Museu Paranaense, nova série arqueologia, n.8, 58 p., 1993.

PARELLADA, Claudia Inês. Análise da malha urbana de Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632)/ Fênix-PR. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, n.5, p.51-61. 1995.

PARELLADA, Claudia Inês. Um tesouro herdado: os vestígios arqueológicos na cidade colonial de Villa Rica del Espiritu Santo/ Fênix- PR. Dissert. Mestrado em Antropologia Social, UFPR: Curitiba, 210p., 1997.

PARELLADA, Claudia Inês. Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná. Tese Doutorado em Arqueologia, USP, São Paulo, 271p., 2006.

PARELLADA, Claudia Inês. Estética indígena Jê no Paraná: tradição e mudança no acervo do Museu Paranaense. Revista científica da FAP, UFPR: Curitiba, v.3, p.215-232, 2008

PARELLADA, Claudia Inês et al. Vida indígena no Paraná: memória, presença, horizontes. Curitiba: Provopar Ação Social, 2006.

PREUCEL, R.W. & HODDER, Ian (ed). Contemporary archaeology in theory: a reader. Oxford, 1996.

# ARTE E CIDADE: A CIDADE COMO SUPORTE DAS INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS NA MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE.

José Augusto Alves Netto <sup>1</sup>

*A Modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável. Houve uma modernidade para cada pintor antigo: a maior parte dos belos retratos que nos provém das épocas passadas está revestida de costumes da própria época.*  
(Charles Baudelaire, 1996, p.26)

Dentre as diversas funções sociais da arte, a pedagógica, ou formativa – de valores, ideologias, etc. – é das mais evidentes. Assim, ao analisarmos o desenvolvimento dos processos artísticos ao longo da história, podemos perceber a utilização empregada pelos artistas, de diferentes suportes, para dar vazão tanto ao processo criativo quanto à sua visão de mundo. Tomemos alguns exemplos. Houve um tempo em que o mármore era o suporte concebido como perfeito, e o resultado tridimensional alcançado era de tal modo impactante que o seu caráter pedagógico era o mais bem disseminado pela polis. Na Grécia antiga a cidade era um grande palco de manifestações políticas e também artísticas. A arte do período era concebida como meio de expressão da vida cidadina no sentido de alcançar a plena educação do cidadão. Segundo E. H. Gombrich,

*O grande despertar da arte para a liberdade tinha ocorrido nos cem anos entre, aproximadamente, 520 e 420 a.C. Em finais do século V a.C., os artistas já haviam adquirido plena consciência de seu poder e mestria, e o mesmo se passava com o público. Embora os artistas fossem olhados como meros artífices e, talvez, desprezados pelos esnobes, um número crescente de pessoas começou a se interessar pelo trabalho deles como obras de arte e não apenas por suas funções religiosas ou políticas. As pessoas comparavam os méritos das várias "escolas" de arte; quer dizer, dos vários métodos, estilos e tradições que distinguiam os mestres em diferentes cidades (GOMBRICH, 1993, p.65).*

De fato, durante o decorrer do processo histórico ocidental, a Grécia serviu de

---

<sup>1</sup> O autor é professor assistente da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina, vinculado a linha de pesquisa "Políticas da escrita, da imagem e da memória". Bolsista da Fundação Araucária.

modelo a ser seguido em diferentes momentos, tais como o ideal de civilidade, de organização política através da democracia, e também por meio de diferentes contribuições, mais particularmente no campo artístico. Por exemplo, durante o Renascimento, o modelo grego era o mais utilizado pelos artistas reconhecidos como grandes mestres das belas artes, Michelangelo, Botticelli e vários outros se apropriavam da representação dos mitos fundadores e lendas gregas, e através deles, em diferentes momentos expressavam a visão de mundo dos artistas renascentistas bem como a dos seus mecenas. Neste período o suporte utilizado para as manifestações artísticas era o do interior das catedrais e dos grandes palácios monárquicos. As artes plásticas, a arquitetura e a escultura foram combinadas de diferentes formas para dar vazão aos anseios da elite monárquica dominante.

No âmbito das artes plásticas citamos Ticiano e a sua *Vênus de Urbino*, de 1538. A tela exhibe em primeiro plano uma jovem nua, deitada sobre uma cama suntuosa. Ao fundo, podemos notar duas mulheres, provavelmente serviçais em seus afazeres cotidianos. Ao pé da cama identificamos um pequeno cão, dormindo. A *Vênus* cobre o sexo com a mão esquerda, deixando a mostra os pequenos seios e o ventre levemente proeminente, o que era admitido pelos padrões de beleza do período. Essa era considerada uma obra em que o tema apresentado era referência estética e de gosto tanto para os artistas veteranos quanto para os iniciantes. O artista, ao compor sua obra, obedecia à regra: pintura de mulher nua, com título em estilo clássico. Este modelo permaneceu como regra até o século XIX, quando Edouard Manet produziu *Olympia*.

Avancemos aproximadamente 300 anos no tempo. A obra em questão é *Olympia*, de Edouard Manet, produzida por volta de 1863. O tema é o mesmo: jovem nua, languidamente deitada sobre uma cama suntuosa, com o título do quadro inspirado em uma deusa grega. Aqui, notamos o acréscimo de alguns elementos, diríamos, "atualizados". Ao invés de duas serviçais brancas, aqui é retratada apenas uma, negra, mostrando um bonito ramalhete de flores à jovem. A retratada, apesar de nua, "vestia" apenas um conjunto de adereços: um par de graciosos tamancos, uma fina gargantilha, uma flor nos cabelos e uma pulseira dourada. Ao invés do gracioso cãozinho, um gato preto aos pés da cama, com o pêlo eriçado. Vale destacar a interessante composição em seu diálogo de luz e sombra, que ressalta vivamente a brancura da mulher retratada em contraste com a serviçal de pele negra.

Nota-se ainda que alguns elementos permanecem. O enquadramento é praticamente o mesmo, e o tema principal é mantido. Porém podemos notar uma grande mudança no olhar do artista. As inserções atualizadas por Manet é que causaram um furor repulsivo ao quadro quando ele foi exposto no Salão de Paris, em 1865. O ambiente utilizado por Manet para situar o quadro foi identificado à época de sua exposição como uma espécie de alcova, um prostíbulo, e a jovem representada, uma prostituta em sua camarinha. Neste momento, ou seja, meados do século XIX, os artistas do período já davam mostras do que viria a seguir no tocante ao rompimento dos cânones clássicos

e na busca por novas maneiras e temas para representar.

*Emergindo de um mundo inferior, orgulhosas de aparecerem enfim sob as luzes da ribalta, as jovens dos pequenos teatros, delgadas e frágeis, ainda adolescentes, agitam suas formas virginais e doentias fantasias absurdas, que não são de época alguma e que as encham de contentamento. (...) Representa perfeitamente a selvageria na civilização. Ela tem sua beleza que lhe vem do mal, sempre desprovida de espiritualidade, mas por vezes matizada de uma fadiga que simula a melancolia. Ela dirige o olhar ao horizonte, como animais caçando; mesma exaltação, mesma distração indolente e também, às vezes, mesma fixidez de atenção. Espécie de boêmia errante nos confins de uma sociedade regular, a trivialidade de sua vida, que é uma vida de astúcia e de combate, vem à luz fatalmente através de seu invólucro majestoso (BAUDELAIRE, 1996, p.26).*

A modernidade cultuada por Baudelaire apresentava novas possibilidades, objetos e abordagens para o fazer artístico, situamo-nos a um passo da descentração. O mundo que se avizinha não é mais linear, detentor de uma progressividade unilateral. É multifacetado, multipartido, e apresenta em seu âmago todas as permanências e rupturas da nova sociedade nascente. A sua potência se situa na articulação entre as interrupções e as continuidades, que ocorrem em uma velocidade vertiginosa. O novo fazer artístico capta essas transformações, se adiantando em muitos momentos à sociedade, que estupefata arregala os olhos como o *Angelos Novus*, de Paul Klee, como bem situou Walter Benjamin em suas "Teses sobre conceito de história", de 1940.

*Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso (BENJAMIN, 1987, p.222-232).*

## MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE: A QUESTÃO DAS IDENTIDADES.

Importante contribuição para o entendimento do processo de fragmentação do

mundo moderno é a efetuada por Stuart Hall (2006). Para ele a contemporaneidade atravessa uma crise de identidade, onde o problema posto é de como se deu o declínio das velhas identidades que estabilizavam o mundo social para as novas identidades fragmentadas do indivíduo moderno. Nesse processo as identidades estão sendo descentradas, deslocadas e fragmentadas. Ressaltando o cunho provisório dessas afirmações, tal qual tudo o que se liga à pós-modernidade, afirma

*Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero. Sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo (HALL, 2006, p.09).*

Desta problematização surge uma primeira implicação, que é a de que as mudanças nas identidades pessoais dos sujeitos integrados decorrem de um deslocamento ou descentração do sujeito, culminando numa crise de identidade. Segundo Hall, a constatação desse processo de mudança sugere uma transformação radical e abrangente que nos permite inquirir se não é a própria modernidade que enfrenta um processo de mudança. Indica, inclusive, a fragmentação do sujeito em termos de sua identidade cultural.

Neste aspecto Stuart Hall propõe a discussão das culturas nacionais como comunidades imaginadas, onde no mundo moderno estas culturas seriam as fontes de identidade nacional. Sua característica básica seria a da aparência inata ou natural. Para ele, as mesmas seriam formadas e transformadas no interior de um processo de representação, destacando o fato de que a Nação constituiria um processo de representação cultural. Estes elementos são atribuídos agora a cultura nacional. A ela, cultura nacional, caberia o papel de estabelecer padrões de alfabetização da sociedade, impondo uma única língua, uma cultura homogênea e estabelecendo um sistema educacional nacional. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas de forma subordinadas ao teto político do estado-nação, que se tornou uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas.

Por fim, o discurso da cultura nacional não é tão moderno quanto aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado idealizado e o futuro almejado. A cultura nacional guarda em si os aspectos de fonte de significação cultural, foco de identificação da sociedade bem como um sistema de representação. Já na comunidade imaginada, entram em cena as memórias do passado, o desejo de

se viver em conjunto e a busca pela perpetuação de uma herança cultural estendida a todos os membros da sociedade que a compõe. Não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma classe e grande família nacional.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO EM SUAS VARIANTES HISTÓRICAS E CULTURAIS.

O patrimônio histórico tem como uma de suas características, o de estabelecer interessantes diálogos com outras áreas do conhecimento. O turismo é uma dessas áreas. Contudo, ressaltamos que tanto o patrimônio histórico quanto o turismo são fenômenos históricos, produzidos pelas sociedades humanas ao longo do tempo. E, quando afirmamos históricos, admitimos necessariamente uma formação ou origem baseados em práticas sociais localizadas no tempo e no espaço. Isso posto, reconhecemos e estabelecemos suas identidades como práticas sociais, relativas a determinados grupos ou setores da sociedade contemporânea. O diálogo com o turismo nos apresenta uma outra percepção, que é a da contribuição do patrimônio para o expediente do turismo por meio do incremento econômico, tendo em vista a "mercantilização" da cultura enquanto produto a ser embalado e consumido.

Para nós, o patrimônio é uma área do conhecimento que em muito articula sua essência e sua substância no diálogo intenso com outras áreas do conhecimento humano, tais como: a História, a História da Arte, a Arquitetura e o Urbanismo, a Antropologia, a Arqueologia, dentre outras das Ciências Humanas e Sociais. Nesta articulação, abre-se um leque muito amplo de possibilidades, e no nível das intervenções dialógicas o campo é extremamente fértil

Situamos Françoise Choay, e o seu livro "A Alegoria do Patrimônio", como um marco fronteiriço neste assunto. Em seu livro, ela exercita a capacidade de articular, ordenar, periodizar, e abordar criticamente diferentes idéias sobre a preservação e o restauro, reunindo saberes sobre o caráter dos fenômenos culturais, sociais, etc., observados quanto à sua evolução no tempo, em sintonia com as questões intrínsecas ao fenômeno patrimonial, e as discussões daí oriundas. Choay situa claramente o patrimônio cultural vindo das Revoluções Industrial e Francesa, carregado de valores do Romantismo europeu.

Fica claro para nós, brasileiros, herdeiros de uma tradição europeizante, que sobrealvorizou ao longo do tempo os desenvolvimentos de um saber oriundo dos diferentes experimentos no campo do conhecimento, o quanto bebemos da fonte francesa, seja e sua concepção de nação, seja em sua maneira de organização burocrática do Estado Nacional. Parece-nos então que somos propensos a um fácil entendimento das proposições oriundas daquele país, com um grau de percepção sem igual.

A trajetória acadêmica da autora nos demonstra o quanto ela consegue ser eloqüente no trato com o diálogo com outras áreas do conhecimento. Filósofa de formação, trabalhou com diferentes disciplinas que unem história das teorias e das formas arquitetônicas e urbanas na Universidade de Paris VIII. Alguns de seus posicionamentos sobre a questão do patrimônio (histórico, arquitetônico, cultural e social) têm a ver com o entendimento e as relações que emprega no diálogo com a obra clássica "A Utopia", de Thomas Morus. Para ela, a Utopia, servirá de base para inventar uma nova sociedade. Sociedade esta, onde o sentido utópico não está morto. Não se tratando já de construir cidades imaginárias, insustentáveis para além do desejo fantasioso, mas sim de se reapropriar dos locais de vida, e por extensão, do patrimônio. Para Choay,

*... tendo se tornado patrimônios históricos de pleno direito, os centros e os bairros históricos antigos oferecem atualmente uma imagem privilegiada, sintética e de certa forma magnificada, das dificuldades e contradições com as quais se confrontam a valorização do patrimônio arquitetônico em geral, e em especial sua reutilização ou, em outras palavras, sua integração na vida contemporânea (CHOAY, 2001, p.222).*

No âmago desta proposição encontra-se a reflexão sobre a materialidade do monumento, e a sua derivação em monumento histórico. Para ela, "Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem ter tido na sua origem um destino memorial (CHOAY, 1998, p.22)".

## CIDADES LITERÁRIAS: A LIÇÃO DE ÍTALO CALVINO.

Já Ítalo Calvino, em "As cidades invisíveis", propõe o entendimento da cidade como um meio para o entendimento da tragicomédia humana, podendo ser ela antiga ou contemporânea, independente do lugar que ocupa no tempo. Tomar a fonte literária como meio para se pensar a dura realidade contemporânea, não é novidade, haja vista o exemplo de Choay. Ocorre que este tipo de estratégia serve em muito para oxigenar a reflexão teórica, estabelecendo conexões aparentemente desconexas. Assim, a literatura exercita o seu ofício no âmbito do imaginário, já a reflexão científica tem regras rígidas para seguir e fazer valer seus pressupostos. Entendemos que o debate é singularmente possível. Nesta proposição em particular, executada por Calvino, literatura e cidades estabelecem entre si um interessante diálogo que propicia uma reflexão sobre o papel que cada uma delas representa com os habitantes de determinado lugar. Entendemos as cidades como um objeto, em alguns momentos, orgânico, em outros, imaterial, mas que independem de sua natureza peculiar. Neste sentido, é possível coabitar nesta discussão, a, para nós, inseparável relação entre estrutura e função. No caso particular das cidades, é possível a convivência de várias funções em diferentes estruturas. O que não

inviabiliza a incorporação de outros elementos ao longo do tempo. Em "As cidades invisíveis", Calvino lista cinquenta e cinco cidades, organizadas em onze grupos dispersos pelo livro. Estas cidades, todas elas com nomes femininos, são descritas com predicados também femininos: as cidades e o desejo, as cidades delgadas, as cidades e os símbolos, as cidades ocultas, e daí por diante. São narrativas curtas, imaginativas e saturadas de poesia (CALVINO, 1990).

Em Fedora, uma das interessantes cidades invisíveis, Calvino indica uma característica diferencial. Ilude-se quem pensa que por ter percebido as estruturas aparentes de uma cidade, imediatamente consegue idealizar a sua função. Aprendemos com Fedora, que para alcançarmos a compreensão do todo, faz-se necessário compreendermos as diferentes partes e as suas peculiares correlações. No diálogo do viajante Marco Polo com o imperador Kublai Khan, este deseja conhecer as maravilhas do mundo exterior através dos relatos do mercador, sem porém, abandonar seu castelo, trono e país. Percebemos a delicadeza de Calvino quando através de sua narrativa, coloca na boca dos personagens as questões de cunho filosófico e existencial, sobre o todo e suas partes. Segundo Calvino, no trecho intitulado "As cidades e o desejo 4", Fedora se apresenta com a seguinte particularidade:

*No centro de Fedora, metrópole de pedra cinzenta, há um palácio de metal com uma esfera de vidro em cada cômodo. Dentro de cada esfera, vê-se uma cidade azul que é o modelo para outra Fedora. São as formas que a cidade teria podido tomar se, por uma razão ou por outra, não tivesse se tornado o que é atualmente. Em todas as épocas, alguém, vendo Fedora tal como era, havia imaginado um modo de transformá-la na cidade ideal, mas, enquanto construía o seu modelo em miniatura, Fedora já não era mais a mesma de antes e o que até ontem havia sido um possível futuro hoje não passava de um brinquedo numa esfera de vidro. Agora Fedora transformou o palácio das esferas em museu: os habitantes o visitam, escolhem a cidade que corresponde aos seus desejos, contemplam-na imaginando-se refletidos no aquário de medusas que deveria conter as águas do canal (se não tivesse sido dessecado), percorrendo no alto baldaquino a avenida reservada aos elefantes (agora banidos da cidade), deslizando pela espiral do minarete em forma de caracol (que perdeu a base sobre a qual se erguia). No atlas de seu império, ó Grande Khan, devem constar tanto a grande Fedora de pedra quanto as Fedoras das esferas de vidro. Não porque sejam igualmente reais, mas porque são todas supostas. Uma reúne o que é considerado necessário, mas ainda não o é; as outras, o que se imagina possível e um minuto mais tarde deixa de sê-lo (CALVINO, 1990, p.32-33).*

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARTE NA PÓS-MODERNIDADE. O CASO GRAFFITI.

Nas cidades contemporâneas, um fenômeno bastante interessante tem ocorrido com uma certa regularidade. A cidade se transmutou de palco das manifestações, sejam elas festivas ou políticas, para o espaço de inscrição artística, para dar o suporte, a tela, o espaço onde são gravadas as intervenções dos mais variados gêneros e matizes. Destacamos a ocorrência do fenômeno graffiti, como um dos elementos identificadores do mundo hodierno em que vivemos. Para alguns, puro ato de vandalismo, para outros, manifestação concreta da pós-modernidade. Entendemos o graffiti enquanto um acontecimento contemporâneo, com implicações estéticas, políticas, culturais, e também, ideológicas. Este fenômeno está longe de ser explicado, e não é nossa pretensão apresentar afirmações imperativas e categóricas no sentido de diminuir sua potência e positividade com rótulos ou moldes explicativos. Sendo assim, entendemos que para o transeunte, indivíduo subsumido na massa populacional das grandes cidades, o graffiti não passa de uma rele pichação, ato de vandalismo, inscrição desconexa. Ocorre que uma das características essenciais deste fenômeno é justamente a de ser transgressor, de ser em sua natureza um fruto proibido, onde já na primeira mordida a impetuosidade causa efeito. Não cabe aqui a dicotomia do bonito/feio, do sujo/malvado, do gosto/desgosto. A questão em destaque é a do ato ilícito.

A ilicitude do feito sacode as estruturas arcaicas da arte exposta nas galerias. O ato de grafitar transgride e transmuta o patrimônio, encastelado, encaixotado, para uma melhor digestão. Mutatis mutandis, o fenômeno que começou originalmente nas ruas, transgredindo os espaços públicos e privados, agora toma de assalto as vernissages e saraus de arte. Estas pessoas, agora alçados ao patamar de artistas da contemporaneidade, dialogam com a arte pré-estabelecida, e introduzem novamente o sentido de avant-garde. O graffiti dialoga com várias mídias e suportes, seja através da inscrição nas paredes, seja disseminado pelos dançarinos de rua e sua música cadenciada, na mistura de ritmos e vertentes musicais. A visualidade, a oralidade, a poesia, a postura do grupo que procura uma particular identidade, todos estes elementos misturados nos dão uma idéia da potência criadora deste acontecimento da pós-modernidade. Anonimato, ilegibilidade, mistura, saturação, silêncios e ausências. O graffiti nos impulsiona para além.

### À GUIA DE CONCLUSÃO.

Procuramos com este texto, refletir sobre as permanências e as rupturas no campo das artes, em especial das artes plásticas, no sentido de perceber e dialogar com as diferentes possibilidades de tratar este fenômeno essencialmente humano e historicamente produzido. A grande pretensão expressa é a de estabelecer diálogos com os diferentes tipos de manifestação da criatividade humana no campo das artes. Não somos histo-

riadores das artes, e sim historiadores da cultura que trabalhamos com as obras de arte, visualizando nelas um potencial de possibilidades explicativas dos fenômenos sociais, históricos e ideológicos, sem desprezar a essência estética. Tentamos utilizar um ferramental teórico que dê conta de nossas percepções do mundo contemporâneo, e com estes elementos travar um diálogo pertinente. Por fim, concebemos que a estesia nos auxilia graciosamente a compreender a História.

## REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BAUDELAIRE, Charles. Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHOAY, Françoise. O Urbanismo. S. Paulo: Ed. Perspectiva, 1998.

Cunha, Euclides da. A vida das estátuas. Contrastes e confrontos. In: Obra completa. Org. Afrânio Coutinho. V. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMBRICH, E. H. A história da arte. Rio de Janeiro: LTC, 1993:65

GUÉRIN, Michel. O que é uma obra? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ROSENFELD, Kathrin H. Estética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

WÖLFFLIN, Heinrich. Conceitos fundamentais da História da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

# EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

Leandro Henrique Magalhães<sup>1</sup>

## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: ALGUNS PRINCÍPIOS TEÓRICOS

Para além do conceito de patrimônio, este artigo trata de questões vinculadas a educação patrimonial. Independentemente da atuação da escola neste sentido, a sociedade vem construindo uma concepção própria de patrimônio, a partir de princípios nem sempre definidos e por meio de uma diversidade de ferramentas. No que se refere à prática acadêmica e profissional, são diversos os exemplos do foco dado ao estudo e reflexão acerca do patrimônio:

- 1. nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, importante documento que norteia a prática pedagógica de professores do ensino fundamental, há referências claras acerca da necessidade do estudo do patrimônio histórico cultural;*
- 2. para os profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo, é nítido a importância do estudo do Patrimônio Histórico Arquitetônico, refletindo em intervenções destes profissionais na apropriação e preservação de espaços considerados distintos arquitetonicamente. Um dos resultados desta prática é a inserção desta discussão nos planos diretores e a criação de leis de patrimônio em diversos municípios brasileiros, além de uma atuação destes profissionais junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;*
- 3. o Turismo apropria-se do patrimônio na sua prática, sendo um dos principais elementos de definição de roteiros e investimentos na área. Neste sentido, este profissional tende a preocupar-se com a questão do patrimônio histórico e cultural, indo além da arquitetura e inserindo, em suas reflexões, elementos como a cultura imaterial, festas e tradições;*
- 4. no âmbito cultural, o patrimônio histórico e cultural tem uma importância fundamental, o que pode ser demonstrado pelo fato dos programas de incentivos a*

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Coordenador Geral Acadêmico do Núcleo de Educação a Distância da UniFil e da Coordenação de Pesquisa e Extensão da UniFil. Membro do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia – CMC&T de Londrina-PR. Membro do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, atuando como avaliador institucional e de curso. Autor dos livros “Olhares sobre a Colônia: Vieira e os Índios” e “A Restauração Portuguesa a partir do Discurso do Padre Antônio Vieira”. Coordenador do projeto “Educação Patrimonial IV”, aprovado pelo Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PROMIC de Londrina-PR. leandro.magalhaes@unifil.br

cultura, em todos os níveis, entenderem o patrimônio como campo específico. Um dos exemplos é o Programa de Incentivo à Cultura do Município de Londrina – PROMIC e o Prêmio Cultura Viva, promovida pelo Ministério da Educação.

Além disso, os meios de comunicação, com grande frequência, tratam do tema patrimônio histórico cultural, geralmente nos cadernos de turismo ou em publicações temáticas. Exemplos são: a apresentação da "Rota Arquitetônica do Ipiranga", na Revista da Folha de 30 de maio de 2007; ou a apresentação do roteiro denominado de "O Mapa dos Tesouros", referindo-se às cidades históricas de Minas Gerais, publicado pela Revista Welcome Congonhas de Junho de 2007. Um outro exemplo é a importância dada para a eleição das sete novas maravilhas do mundo, que teve o Cristo Redentor como um dos eleitos, adquirindo status de patrimônio nacional. O importante, no entanto, é entender como estes elementos são recebidos e interpretados pela sociedade e qual a perspectiva adotada na sua apresentação tanto por parte dos estudiosos e profissionais do patrimônio, como pelos meios de comunicação.

São duas as possibilidades, delimitadas para este trabalho, para pensarmos a educação patrimonial. Com características distintas e opostas entre si, temos a educação tradicional, marcada por uma visão impositiva, visando atender interesses específicos, caracterizada pela universalização, integralização e unicidade do conhecimento; e a educação transformadora, de caráter libertador, visando a condição de sujeito autônomo, tendo como característica a contradição, a heterogeneidade e o conhecimento dialogado (GADOTTI, 1992 e 1983, SAVIANI, 1991).

No que se refere a educação patrimonial tradicional, esta é caracterizada por:

- ser universalizante e homogeneizante, partindo do princípio da existência de uma identidade e de uma memória, imposta pelos detentores do saber sistematizado e oficial;
- ser integralizante, não havendo possibilidades de identificação de outros espaços ou manifestações. Neste sentido, o foco se dá nas edificações e manifestações de caráter público, vinculado ao Estado e aos grupos dominantes, rejeitando outras tradições ou valores;
- propõe uma única possibilidade para o conhecimento, focando na preservação e não na apropriação e interpretação;
- é exteriora, não favorecendo uma multiplicidade de memórias, caracterizando-se como impositiva e obrigatória.

De outro lado, temos a educação patrimonial transformadora, que parte dos seguintes princípios:

- necessidade do reconhecimento de seu contexto imediato, de sua localidade, indo além do patrimônio oficial, e assim, de uma concepção tradicional de identidade nacional;
- é libertadora, ao permitir a co-existência, conflituosa ou não, de uma diversidade de manifestações e edificações, superando aquilo que tradicionalmente se convencionou a denominar de patrimônio;
- foco na apropriação e interpretação, geralmente conflituosa, favorecendo a diversidade de possibilidade de entendimento acerca do patrimônio;
- local como espaço do plural, do móvel, onde o indivíduo "(...) mantém, em seu cotidiano, estreitas e complexas relações sociais e culturais" com outras localidades, além de possuir peculiaridades (MORAES, 2005, p.01);
- valorizar as narrativas capazes de articular tensões entre o universal e o singular, o local (CHAGAS, 2006, p.01)

Partindo da concepção transformadora de educação patrimonial, admite-se a retomada de espaços arquitetônicos, sociais e de memórias, a partir de uma diversidade de possibilidades e de relações com outros elementos, atentando-se para as tensões das vivências e das seleções. Além disso, há a necessidade de identificar outros espaços e manifestações que dê conta das contradições e possibilidades que permeiam o mundo contemporâneo. A educação patrimonial transformadora possui caráter político, visando a formação de pessoas capazes de (re) conhecer sua própria história cultural, deixando de ser espectador, como na proposta tradicional, para tornar-se sujeito, valorizando a busca de novos saberes e conhecimentos, provocando conflitos de versões (MORAES, 2005, p.01-03).

Ao tratar da forma com o patrimônio vem sendo abordado por alguns estudiosos e profissionais ou pelos meios de comunicação de massa, percebe-se a predominância de uma concepção tradicional, apesar da diversidade de publicações e debates sobre o tema: ao apresentar a "Rota Arquitetônica do Ipiranga" (PIEMONTE, 2007, p.10-11), a publicação da Folha de São Paulo preocupa-se apenas com construções significativas para alguns grupos sociais, geralmente identificados aos grandes barões do café ou a edificações religiosas, vinculando a memória da cidade com estes personagens. Além disso, a narrativa privilegia uma perspectiva positiva em relação a estes grupos, ao não destacar as possibilidades de conflitos, de outros olhares sobre aquele espaço e ao focar apenas a beleza das construções. Entendemos que esta abordagem não é inocente ou ocasional, mas que parte de uma escolha e de uma percepção de sociedade, além de estar direcionada para determinado público. Ou seja, há um discurso que norteia estas reflexões.

Partindo das ponderações de Dominique Maingueneau, os meios de comunicação de massa e as instituições de ensino e pesquisa devem ser compreendidos como produtores de discursos, que tem sua elaboração restringida devido a existência de

convenções que regulam as relações institucionais e que lhe dão legitimidade e sentido (MAINGUENEAU, 1989, p. 13-20). Há certa representação embutida no discurso, que favorece seu reconhecimento, tendo em vista o fato de que toda linguagem está associada às suas condições sociais de produção. Toda atribuição de sentido está vinculada ao lugar social ocupado tanto por aquele que o produz como por quem o interpreta (REIS, 1999, p. 10). O discurso é ainda, segundo Pierre Bourdier (1991, p. 89), limitado pelo seu próprio universo, ou seja, pelo que é possível pensar em dado lugar e momento, sendo este pensar próprio de profissionais, entendidos como monopolizadores dos instrumentos de produção. Para se ter sucesso neste campo de atuação, deve-se obter competências específicas, como saberes e capacidades gerais e o domínio de uma dada linguagem, que permite um diálogo com os demais profissionais.

Para um discurso ser eficiente é necessário que, além de ser compreendido, seja reconhecido pelo seu destinatário (REIS, 1999, p. 89). Parte-se do princípio de que há um outro com competência para tal (MAINGUENEAU, 1989, p. 30), o enunciatário, que se relaciona com o enunciador, sendo que os procedimentos argumentativos utilizados por este seriam parte integrante desta relação. Percebe-se a necessidade de referências entre enunciador e enunciatário, sendo que aquele seleciona, no interior das possibilidades discursivas, formas e seqüências, mantendo-se no campo do que poderia ser dito (PÊCHEUX, 1988, p. 173). A finalidade última do discurso é a persuasão, cabendo ao destinatário o papel de interprete do discurso, que a partir daí o teria ou não como verdadeiro (FIORIN, 1997, p. 40).

Esta reflexão é importante para entendermos os meios de comunicação de massa aqui abordados como produtoras de certo discurso sobre o patrimônio, elaborado por instituições que não são neutras ou esvaziadas de interesses e que se relacionam com determinado público, em geral, membros da classe médio brasileira. Há a necessidade de comunicação com este público, que detêm certa competência e expectativa em relação ao discurso acerca do patrimônio histórico cultural, geralmente associado ao belo, à curiosidade e ao turismo, além de reforçar uma concepção tradicional de patrimônio focado, como vimos, na unicidade e homogeneização.

Esta é a percepção encontrada também na publicação destinada aos frequentadores do Aeroporto de Congonhas (SANTILI, 2007): foco no turismo, na beleza das construções e nas manifestações arquitetônicas de grupos vinculados à elite mineira, laica e religiosa. No entanto há um esforço em demonstrar manifestações outras, como a religiosidade popular, as festas e ofícios presentes nestas comunidades, porém sem diálogo entre os personagens, ocultando os possíveis conflitos e contradições.

A concepção de educação patrimonial aqui é a que se convencionou denominar de transformadora, aproximando-se da perspectiva apontada pela "Sociedade de Preservação Memória Viva" (2006), que a entende como instrumento de garantia do direito à memória e à cidadania, podendo provocar reações positivas ou gerar conflitos. Neste sentido, ainda segundo a sociedade, a educação patrimonial deve:

- ser entendida como instrumento de afirmação da cidadania;
- envolver a comunidade, levando-a a apropriar-se e usufruir do patrimônio;
- capacitar o indivíduo para a leitura e compreensão do universo sócio-cultural que está inserido;
- produzir novos conhecimentos, possibilitando um enriquecimento individual, coletivo e institucional;
- tornar acessível instrumentos para leitura crítica dos bens culturais em suas múltiplas manifestações;
- fortalecer a identidade cultural;
- entender a cultura brasileira como múltipla e plural;
- estimular o diálogo com órgãos responsáveis.

Neste sentido, a concepção de educação patrimonial aqui adotada entende o patrimônio e a memória como elementos fundamentais para a identificação do indivíduo com seu meio, o que motiva a ação cidadão, entendendo-a como possibilidade e condição de intervir em sua realidade. Só haverá envolvimento e comprometimento com o patrimônio quando houver identificação com ele, o que não deve ocorrer de forma forçada. Incorporar, por meios impositivos, o patrimônio na identidade local, configura-se como educação patrimonial tradicional. Para que se alcance uma educação progressista, todos os envolvidos devem ser entendidos como sujeitos históricos, deixando o papel de expectador e atuando na seleção e interpretação do patrimônio histórico e cultural de sua comunidade. Deve-se assim questionar se a população conhece e reconhece o patrimônio histórico cultural previamente selecionado, evitando com isso uma imposição de memórias, percepções ou consciência, levando em consideração o a existência de conflitos e contradições que vão além da somatória de memórias e dos processos de ocultamente presente na perspectiva tradicional de educação, e que tem como consequência a idéia impositiva de unidade. Faz-se necessário superar a perspectiva tradicional para outra que possibilite a identificação e o entendimento das contradições de percepções, valorizando a busca de novos saberes e conhecimentos, provocando conflitos de versões.

A educação patrimonial adquire importância fundamental neste processo, podendo evitar o controle de um determinado grupo sobre o patrimônio, e assim, sobre os processos de ocultamento e visibilidade fundamental na constituição de identidades. Apesar de considerarmos que não existe um patrimônio ou uma percepção, que há contradições e possibilidades vinculadas a grupos sociais, geralmente o patrimônio está vinculado a determinado projeto de sociedade, levando ao monopólio e a constituição de diversos suportes como personagens, comemorações, monumentos, objetos, iconografias e narrativas. Forma-se um discurso oficial, que tende a desconsiderar a diversidade de memórias/identidades em um processo de controle e manipulação da memória (SILVA, 1995, 65-67).

Esta perspectiva tradicional de patrimônio, que pressupõe uma identidade única, pautada na homogeneidade, no ocultamento de memórias e na imposição de uma dada versão da história está presente em diversos marcos da história brasileira, em especial na sua representação iconográfica. Este é o caso de quadros que apresentam alguns momentos fundadores, também denominados por Marilena Chauí de mitos fundadores (CHAUÍ, 2000:09), por apresentarem uma idéia de origem e estar vinculado a um passado que não cessa, sendo constantemente reinventado, buscando e encontrando novos meios de expressão, novas linguagens, valores, idéias, proporcionando a repetição do mesmo, em um processo de atualização e sobreposição na construção de identidades. No caso aqui tratado, estes momentos apresentam como agentes históricos os personagens da chamada história oficial, com o popular aparecendo apenas como expectador da ação, e não como sujeito: nos quadros "O Descobrimento do Brasil", de Oscar Pereira da Silva, e "A Primeira Missa no Brasil", de Victor Meirelles, é apresentada uma versão da chegada dos portugueses na América, com os nativos sendo representados de forma submissa, acompanhando a ação realizada pelo outro. No quadro de Pedro Américo, "O Grito do Ipiranga: Independência ou Morte", o povo está à margem, observando a ação proporcionada por D. Pedro e seus signatários. Também na representação da "Proclamação da República", que apresenta o Marechal Deodoro da Fonseca no Quartel General do Exército, a imagem apresenta o ato oficial, sem a participação ou percepção popular do que estava ocorrendo. Estas imagens, que durante muito tempo marcaram a representação dos principais momentos fundadores e auxiliaram na construção de certa concepção de nação, está focada numa identidade única e homogênea e numa concepção de cidadania passiva, de submissão a ação do outro.

Se há uma diversidade de grupos sociais, com diversos projetos de sociedade, haverá também conflitos de versões, e assim, de representações: enquanto, oficialmente temos o dia da Abolição da Escravatura sendo comemorado em treze de maio, tendo como ator principal a realeza brasileira, na figura da Princesa Izabel, o Movimento Negro opta pelo dia vinte de novembro, denominado "Dia da Consciência Negra", tendo como principal figura Zumbi de Palmares. Vale a pena lembrar que desde a lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, esta data foi incluída no calendário escolar, além de tornar obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007). O Movimento dos Sem Terras também possui seus heróis, seus momentos fundadores e seus monumentos: este é o caso do Massacre de Eldorado Carajás, no Estado Pará, ocorrido no ano de 1996 que resultou na morte de 19 trabalhadores sem terras. Esta data é lembrada todo ano, sendo denominado de Dia Internacional da Luta Camponesa da Via Campesina. O evento foi ainda imortalizado nas fotos de Sebastião Salgado e representado em monumentos na região. Há ainda outros monumentos dos sem terras, como o existente na saída da cidade de Curitiba-PR.

Estes exemplos demonstram que não há unidade ou síntese de memória, quando tratamos de questões vinculadas ao patrimônio e a educação patrimonial, mas sim con-

tradições, marcada por uma luta política que leva a ocultação ou visibilidade de fatos e versões. Não há uma universalização da memória, mas sim uma disputa pela sua função social, que se dá no presente, pelos grupos sociais e suas instituições (GUARINELLO, 1994, p.187-190), podendo refletir a diferença, a transformação e a mudança, tendo o presente como transitório; ou a imutabilidade, o harmônico, o uniforme e o homogêneo, tendo o presente como estático. Partimos do princípio de que a memória está vinculada a identidades em conflito, o que resulta também no conflito acerca da construção e reflexão sobre a memória, sendo necessário a incorporação de práticas populares e reconhecimento do direito a memória e a história, para que assim evitemos o perigo da institucionalização, do espetáculo e da unificação de olhares. Quando há uma imposição do significado e do valor do patrimônio e da memória, têm-se como resultado a inviabilização do conflito e do contraditório, levando a uma representação seletiva do passado, desconsiderando-se o fato de que o pertencimento se dá a partir da apropriação e expropriação dos espaços e lugares, que é coletivo e relacional (PEREIRA, 2002, p.125).

Uma falsa oposição que se faz quando falamos em patrimônio é a entre preservação ou compreensão do patrimônio (QUEIROZ, 2006), pois não há como pensarmos em preservação efetiva sem antes tratarmos da compreensão, ou seja, do despertar de uma consciência crítica que leve ao conhecimento, a apropriação e valorização de sua herança cultural, levando a reflexão acerca de sua identidade cultural, se reconhecendo nela de forma consciente. Neste sentido, a educação patrimonial:

(...) torna-se um poderoso instrumento no processo de reencontro do indivíduo consigo mesmo, resgatando uma auto-estima através da revalorização e reconquista de sua própria cultura e identidade, do perceber seu entorno e a si mesmo em seu contexto cultural como um todo, transformando-se em principal agente de transformação (QUEIROZ, 2006, p. 02).

A educação patrimonial deve proporcionar o conhecimento crítico e apropriação consciente, levando em consideração a diversidade sócio-cultural e as possibilidades de apropriação, compreensão e preservação do patrimônio:

A noção de 'Patrimônio Histórico' deveria evocar estas dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser preservado porque são coletivamente significativas em sua diversidade (PAOLI, 1992, p.25).

Partindo destes princípios, faz-se necessário uma breve reflexão sobre o conceito de cultura, entendido como um processo vivo e dinâmico, possibilitando a constituição de identidades (QUEIROZ, 2006). É expressa também pelo patrimônio cultural, que vai

além dos bens móveis/imóveis protegidos por lei, alcançando o que chamamos de herança imaterial que se expressa a partir da relação com o meio, com a natureza e com a sociedade. São saberes, celebrações e formas de expressão que se materializam em artesanato, culinária, danças, festas, entre outros, em um processo de auto-conhecimento e de fortalecimento de identidades. Neste sentido, pretende-se superar a idéia de patrimônio histórico e cultural como suporte material produzido por dada sociedade e apropriado por grupos que se distinguem socialmente (ALMEIDA, 2006). Ao aproximar-se do conceito antropológico de cultura e noção de bens simbólicos, passamos a entender o patrimônio como o modo de interpretar a produção material/imaterial da sociedade, levando-se em conta a heterogeneidade, os modos de vida e o cotidiano, pautado na memória coletiva, com os grupos realizando leituras a partir da apropriação de lugares e das relações sociais, atribuindo valores e significados. É a partir do cotidiano que os indivíduos tecem relações e dão sentido à sua existência coletiva, sendo o patrimônio cultural entendido como aquilo que é compartilhado por experiências comuns, significados pelo cotidiano e pela vivência (ALMEIDA, 2006).

Este conceito aproxima-se da concepção do IPHAN acerca do Patrimônio Cultural Imaterial. Segundo o instituto:

A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2007).

Ainda de acordo com o IPHAN, o Patrimônio Imaterial está agrupado em:

- Livro de Registro dos Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- Livro de Registro de Celebrações: rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social;
- Livro de Registros das Formas de Expressão: manifestações artísticas em geral;
- Livro de Registro dos Lugares: mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas.

Estão registrados como Patrimônio Imaterial no INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (2007):

- Ofício das Panelas de Goiabeiras;
- Kusiwa – Linguagem e Arte Gráfica Wajãpi;
- Círio de Nazaré;
- Samba de Roda no Recôncavo Baiano;
- Modo de Fazer Viola-de-Cocho;
- Ofício das Baianas de Acarajé;
- Jongo no Sudeste;
- Cachoeira de lauretê – Lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri;
- Feira de Caruaru;
- Frevo.

No entanto podemos, e devemos, identificar outras manifestações, talvez mais importantes para certas comunidades, como os ofícios (cimalhas / carpintaria; forja / fundição e tropeiragem), a culinária (amêndoa / bolinho de feijão / pirulito de mel) e artesanatos em geral. Quando tratamos de educação patrimonial, devemos identificar manifestações locais, além de questionar os moradores das comunidades nas quais vamos atuar acerca das brincadeiras, comidas, festas, ofícios e demais manifestações que foram, ou são, importantes para elas. Desta forma, haverá uma valorização da cultura popular que, além de pluralizar lugares sociais, possui a capacidade de construir e reordenar diferenças, em um processo de identificação que não ocorre sem conflito, limitações e imposições (KHOURY, 2004, p. 121).

Trata-se aqui de narrativas, entendidas como práticas sociais, como expressões da experiência vivida, que se enraíza no social e interfere nela. Daí a necessidade de atentar-se também a linguagem e a narrativa como elementos importantes de constituição de identidades, como meio de compreensão e interpretação do real, sendo expressão da experiência ativa e em transformação. As narrativas devem ser percebidas como práticas sociais e como processo constante de atribuição de significados, que se fazem na experiência social, e interferem nela (KHOURY, 2004, p. 123), elemento demonstrado com clareza no filme "Narradores de Javé", que apresenta a vivacidade da memória como marco de constituição de identidades, marcada pela diversidade, contradição e oposição a certa erudição, marca da cultura letrada e, de certa forma, dominante. As narrativas, como apresentadas no filme, nos remete a certa memória popular, constituída a partir de experiências silenciadas, suprimidas, privatizadas ou incorporadas à oficial, tida como ingênua e menor, e que é retomada como estratégia de sobrevivência cultural e material de um povo, no caso do filme, os moradores do Vale de Javé.

Neste sentido, Calvo (2006) define memória popular como:

- as diferentes formas de vivência de tensões, das relações de dominação, resistência, de apropriação e expropriação de um certo modo de vida;
- as formas de lembrar/pensar as relações vividas;
- as formas como determinados grupos traduzem, significam e produzem suas experiências;
- as formas como se dá sentido/significado para práticas e experiências, sendo entendida também como prática e experiência social;

Pode ser entendida ainda como constituída a partir das relações de poderes, não havendo assim uma memória popular autêntica. É também marcada pela pobreza e discriminação, tendendo a ser apagada pela própria população, negada aos jovens adolescentes que, em geral, ocultam suas raízes, a história de sua família, de sua origem e o seu papel na construção do lugar onde vive. Segundo Simson (2006, p.01), "a escola formal também não enfrenta o desafio de incluí-los adequadamente na História Local e de discutir os processos discriminatórios de que são vítimas", ignorando a memória viva local, havendo um conflito entre as riquezas de informações passadas pelas lideranças locais e o silêncio de alguns círculos familiares sobre os mesmos eventos/origens (SIMSON, 2006, p. 03), o que, de fato, fortalece a importância da educação patrimonial.

## REFERÊNCIAS

ALBANO, Celina. O Sentido da Interpretação nas Cidades do Ouro: São João Del Rei e Tiradentes. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celia (Org.). Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG / Território Brasília, 2002.

ALMEIDA, Maria Chiarotti de. História, Memória e Cotidiano: os Sentidos dos Espaços da Cidade. Anais – Cidade Revelada: Encontro sobre Patrimônio Cultural. Itajaí: Maria do Cais, 2006.

BOURDIER, Pierre. A Economia das Trocas Lingüísticas. São Paulo: Edusp, 1991. p. 89.

BRADBURY, Ray. Fahrenheit 451. São Paulo: Melhoramentos, 1995.

BRANCO, Patrícia Martins Castelo. Compreensão e Valorização Patrimonial: Legislação, Turismo e Educação. Anais – Cidade Revelada: Encontro sobre Patrimônio Cultural. Itajaí: Maria do Cais, 2006.

CALVO, Célia Rocha. Memória Popular e Patrimônios Culturais. Anais – Cidade Revelada: Encontro sobre Patrimônio Cultural. Itajaí: Maria do Cais, 2006.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. Patrimônio Cultural e a Instituição do Direito à Memória. Anais – Cidade Revelada: Encontro sobre Patrimônio Cultural. Itajaí: Maria do Cais, 2006.

CHAGAS, Mário. Educação, Museu e Patrimônio: Tensão, Devoração e Adjetivação. Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN. Dossiê: Educação Patrimonial. No. 03, jan/fev 2006. Disponível em <[www.revista.iphan.gov.br](http://www.revista.iphan.gov.br)>.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico. In: O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo / Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, 1992.

CUNHA, M. C. P. Patrimônio Histórico e Cidadania: uma Discussão Necessária. In: O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo. DPH.1992.

DE DECCA, Edgar Salvadori. Memória e Cidadania. In: O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo / Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, 1992.

FENELON, Déa R. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. In: Cultura e Memória: Perspectivas da Administração Pública Brasileira Hoje. Brasília: Cadernos ENAP, vol. 1, n. 2, 1993

FIGUEIREDO, Haydée da Graça Ferreira de. História Local e a Educação Patrimonial: A Experiência da Faculdade de Formação de Professores. Disponível em <[www.historia-desagooncalo.pro.br](http://www.historia-desagooncalo.pro.br)>. Publicado em 2001.

FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. São Paulo: Contexto, 1997.

GADOTTI, Moacir. A Dialética: concepção e Método. In: Concepção Dialética de Educação: Um Estudo Introdutório. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1992, pp.15-38.

GADOTTI, Moacir. Revisão Crítica ao Papel da Pedagogia na Atual Sociedade Brasileira. Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória Popular: Teoria, Prática, Método. In: FENELON,

Déa Ribeiro, et. all (Org.). Muitas Memórias, Outras Histórias. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória Coletiva e História Científica. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, col. 14, no. 28, 1994.

HUXLEY, Aldous. Admirável Mundo Novo. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/consciencianegra/home.html>>. Acesso em 13 de Julho de 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginalphan>>. Acesso em 13 de Julho de 2007.

KHOURY, Yara Ann. Muitas Memórias, Outras Histórias: Cultura e Sujeito na História. In: FENELON, Déa Ribeiro, et. all (Org.). Muitas Memórias, Outras Histórias. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

MACIEL, Laura Antunes. O Direito ao Passado: Memória e Cidadania. Anais – Cidade Revelada: Encontro sobre Patrimônio Cultural. Itajaí: Maria do Cais, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas Tendências em Análise do Discurso. Campinas: Pontes, 1989.

MORAES, C.C.P. et. all. O Ensino de História e a Educação Patrimonial: Uma Experiência de Estágio Supervisionado. Revista da UFG. vol. 07, no. 02, dez. 2005. Disponível em <[www.proec.ufg.br](http://www.proec.ufg.br)>.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). O Saber Histórico em Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 1997.

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

ORWELL, George. A Revolução dos Bichos. São Paulo: Globo, 1994.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado. In: O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo / Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, 1992.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988.

PEREIRA, Doia Freire e Ligia Leite. História Oral, Memória e Turismo Cultural. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celia (Org.). Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG / Território Brasilis, 2002.

PIEMONTE, Marianne. O Museu Não Está Só. Revista da Folha. São Paulo, ano 16, nº 768, mai. 2007.

QUEIROZ, Moema Nascimento. A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania. Revista Museu. Disponível em <[www.revistamuseu.com.br/artigos](http://www.revistamuseu.com.br/artigos)>. Acessado em 21 de Agosto de 2006.

RÉBÉRIOUX, Madeleine. Lugares da Memória Operária. In: O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1999.

SANTILLI, Marcos. O Caminho Velho do Ouro. Welcome Congonhas. São Paulo, ano. 01, nº 03, Jun. 2007.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-crítica: Primeiras Aproximações. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

SILVA, Lucia. Lugares Invisíveis: Patrimônio como Produção Social. Anais – Cidade Revelada: Encontro sobre Patrimônio Cultural. Itajaí: Maria do Cais, 2006.

SILVA, Marcos A. História: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SIMSON, Olga Von. O Direito à Memória Familiar: História Oral e Educação não Formal na Periferia das Grandes Cidades, Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN. Dossiê: Educação Patrimonial. No. 03, jan/fev 2006. Disponível em <[www.revista.iphan.gov.br](http://www.revista.iphan.gov.br)>.

SOCIEDADE DE PRESERVAÇÃO MEMÓRIA VIVA. Disponível em <[www.memoriaviva.org.br](http://www.memoriaviva.org.br)>. Acessado em 21 de Agosto de 2006.

# O PATRIMÔNIO CULTURAL EM CIDADES NOVAS. LEITURAS DA POLÍTICA PATRIMONIAL PARANANESE

Silvia Helena Zanirato<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural é o legado que outros povos e civilizações deixaram em nossas terras e que contribuem para perpetuar a memória dos caminhos percorridos. A salvaguarda, difusão, conservação e gestão dos bens aos quais se atribuiu valor patrimonial são procedimentos necessários para preservar as histórias e as identidades que o patrimônio expressa e impedir sua destruição ou descaracterização.

A experiência brasileira no trato com as políticas de conservação patrimônio cultural iniciou-se na década de 1930 e foi marcada pelo juízo de que determinados bens eram paradigmas de uma dada cultura e identidade nacional, símbolos do poder, conservados como se fossem expressões do interesse e da memória coletiva. Eram objetos que consagravam os feitos do Estado, das instituições dirigentes e das classes sociais mais favorecidas, considerados patrimônio da nação, em detrimento das produções da maioria da população socialmente diferenciada (FENELÓN, 1992).

Esse entendimento transformou-se gradualmente ao longo do século XX, sobretudo pelo reconhecimento de que a sociedade é composta por grupos sociais com interesses diferenciados, pertencimentos múltiplos, interesses conflitantes e contraditórios e não se pode falar em identidade como um dado puro, mas sim em identidades fluídas e em constante transformação (CASTELLS, 2000, p. 24).

Dessa constatação depreendeu-se uma série de transformações no conceito de patrimônio, que permitem hoje identificá-lo como o conjunto de bens móveis e imóveis, materiais e imateriais, culturais e naturais, de propriedade de particulares, de instituições e organismos públicos ou semi-públicos, que tenham um valor excepcional do ponto de vista da história, da arte, da ciência e da cultura que os tornem dignos de conservação.

Apesar da ampliação do conceito, a conservação do patrimônio cultural no âmbito do Brasil ainda não contempla a diversidade cultural e a multiplicidade de identidades que conformam a sociedade brasileira, sobretudo a produção dos grupos subalternos.

Talvez por isso mesmo, a dificuldade em inserir a população na defesa dos signos do passado. Essa não participação torna-se ainda difícil em cidades novas, uma vez que, não raras vezes os signos do passado são considerados arcaicos e pouco adequados à modernidades esperada para esses espaços.

---

<sup>1</sup> Professora Doutora - EACH – USP.

Com base na constatação me proponho a examinar as políticas de conservação aplicadas em cidades novas no estado do Paraná. A expectativa é a de contribuir para a ampliação do conhecimento do processo de constituição da política patrimonial em nosso país e de pensar em possibilidades para ultrapassar os limites que ainda se colocam para a aplicação dessa política no espaço territorial paranaense.

## A FORMAÇÃO PARANAENSE

O Paraná passou a existir como Província componente do Império Brasileiro em 1853, quando se desmembrou de São Paulo. O território compreendia poucos núcleos urbanos, concentrados ao redor da orla marítima, no entorno da capital, Curitiba e nos Campos Gerais. Antonina, Paranaguá, Lapa, Castro, Ponta Grossa, Guarapuava eram, ao lado de Curitiba, o que então se conhecia como cidade. Casas térreas, ruas sem calçamento, uma praça central e uma igreja formavam a paisagem de tais lugares. Uma grande parte da Província, sobretudo as regiões Norte, Nordeste e Oeste, eram ocupados por populações indígenas e por caboclos.

A imigração européia de meados do século XIX levou colonos alemães, depois ucranianos, poloneses, italianos e holandeses a se estabelecerem em Curitiba e em suas proximidades, trabalhando como jornaleiros ou como agricultores, o que contribuiu para o desenvolvimento urbano daquele espaço e para a criação de cidades como Palmas, São Mateus do Sul e União da Vitória.

Ao final do século, frentes de expansão procedentes do Estado de São Paulo entraram no Norte paranaense e desencadearam a ocupação urbana da área. Surgiram então as cidades de Cambará, Cornélio Procopio e Jacarezinho. Nas décadas iniciais do século XX, o processo de ocupação prosseguiu pelo Norte e Noroeste do Estado, impelido pela ação de companhias colonizadoras que lotearam terras para a expansão da economia cafeeira. Nesse momento foram fundadas as cidades de Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama.

A abertura de novas áreas urbanizadas prosseguiu até a segunda metade do século XX, desta vez em direção ao Oeste do Estado, quando se fundaram as cidades de Toledo, Cascavel e Marechal Candido Rondon. Ao final do século XX, o Paraná compreendia uma área de aproximadamente 200 mil quilômetros quadrados, que comportava 399 municípios.

O Paraná, desde a emancipação de São Paulo, foi constituído por grupos populacionais com referências culturais múltiplas. Essa multiplicidade passou a ser ainda maior quando o estado recebeu moradores provindos de diversas partes: mineiros, paulistas, baianos, japoneses, italianos, alemães, espanhóis, etc. Desde então, a diversidade populacional transformou-se em uma característica do Estado.

A região Norte, por exemplo, durante as décadas de 1940/1950, foi uma das mais dinâmicas do país em se tratando da absorção de imigrantes (GONÇALVES, 1999, p. 93).

As terras desse lugar foram ocupadas por pessoas de mais de 30 nacionalidades e de tantos outros estados brasileiros (TOMAZI, 1999, p. 65).

No entanto, essa mescla cultural constituía uma dificuldade para aqueles que pretendiam definir um perfil ao homem paranaense. Uma preocupação procedente nos anos iniciais do século XX, momentos em que a busca de uma identidade brasileira era premente.

O desejo de atribuir uma unidade cultural levou intelectuais ligados ao governo do Paraná "a selecionar especificidades e a buscar elementos que dessem um colorido especial à região" (KERSTEN, 2000, p. 19). Nesse contexto aflorou o Paranismo, um movimento que tinha como objetivo "a construção de uma identidade regional para o Estado do Paraná" (PEREIRA, 1998, p. 66).

A frente desse movimento encontrava-se Alfredo Romário Martins, historiador, diretor do Museu Paranaense no período de 1901 a 1928 e responsável pela disseminação de um discurso simbólico sobre o Paraná. Nesse discurso o clima ameno, as belezas naturais e a disposição de seu povo para o trabalho eram apresentados como as características mais marcantes (KERSTEN, 2000, p. 113).

Com o Paranismo, o Paraná passou a ser representado por uma série de signos destinados a expressar a natureza do estado e a sua gente. O pinheiro de araucária aparecia como símbolo da tenacidade do povo paranaense, a erva mate - expressão da solidariedade de sua gente. A criação do Museu do Paraná e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná também se fez com o propósito de forjar uma memória e uma história capaz de promover o Paraná e aglutinar as diferentes etnias presentes no Estado. Ambas instituições apregoavam a existência de um passado comum, capaz de fortalecer a identidade coletiva e de reforçar as relações que pudessem distinguir o paranaense na sociedade brasileira.

## **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA DADA MEMÓRIA: A POLÍTICA PATRIMONIAL NO PARANÁ.**

Na década de 1930 permaneciam as dificuldades em definir o tipo paranaense. Para isso foi criado, em 1935, o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná, um órgão consultivo, para atuar na defesa do patrimônio cultural, "estimular a atividade intelectual e artística do Estado" e assim "elevar a sua cultura sob todos os pontos de vista". Romário Martins, que havia sido diretor do Museu do Paraná, foi indicado para participar da diretoria provisória e a ocupar a presidência do Conselho de maio de 1936 a março de 1937. Entre as atribuições do Conselho constava "a defesa das riquezas naturais, artísticas, literárias e históricas do Estado" e a vigilância para "evitar a evasão da coleção de indumentária, filatélica, armas e quaisquer outras que se relacionam com a riqueza cultural e estética do Paraná, propondo a sua aquisição pelo Estado" (LEI 38/1935).

O regime ditatorial instaurado em 1937 intensificou a busca por uma "identidade brasileira" e contribuiu para fundamentar a defesa de um patrimônio nacional. Nesse contexto foi promulgado o Decreto-Lei número 25, que instituiu a política nacional para a conservação do patrimônio do país.

O Decreto-Lei 25/1937 definiu como patrimônio histórico e artístico nacional os "monumentos naturais, sítios e paisagens de feição notável, dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana". Esse Decreto normatizou a atividade de conservação dos bens e definiu o tombamento como "o instituto jurídico através do qual o poder público determina que os bens culturais sejam objetos de proteção". Ele ainda fixou o modo como deveria ocorrer essa proteção. (DECRETO-LEI 25/1937).

O tombamento passou a ser o procedimento jurídico pelo qual se faz a proteção do monumento e que se efetiva ao ser inscrito no livro do tomo. Ele é tanto um ato administrativo quanto uma operação de inscrição do objeto em um dos livros de tomo: arqueológico, etnográfico e paisagístico, histórico, das belas artes e das artes aplicadas. Os efeitos jurídicos sobre o patrimônio tombado restringem a alienação, a alteração da paisagem da vizinhança e a modificação do bem. Por fim, obrigam o proprietário a conservá-lo (SILVA, 2003, p. 139).

Em 1937, o então diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo de Mello Franco, solicitou a David Carneiro, delegado regional do SPHAN no Paraná, um levantamento dos bens existentes no Estado que poderiam integrar o patrimônio da nacional. O critério para a seleção era o de que esses bens fossem considerados de excepcional valor artístico ou histórico (KERSTEN, 2000, p. 128).

David Carneiro indicou uma fortaleza em Paranaguá, importante por ter sido construída no Império e por ter sido um aparato de defesa em na revolução federalista de 1850. Também indicou um convento de jesuítas de Paranaguá, uma Igreja de 1784 da cidade da Lapa e duas casas outrora pertencente a membros do alto escalão militar, assim como uma fazenda fortaleza em Tibagi. O juízo para a seleção desses bens foi dado pela relação entre os mesmos e a história do país, numa rememoração da defesa e do povoamento do território. Esses imóveis foram tombados como patrimônio nacional. Nos anos iniciais da década de 1940, outros dois elementos foram a eles incorporados: a Casa de Câmara e Cadeia da Lapa (1940) e a Igreja matriz de Guaratuba (1941).

Ao final da década de 1940 foi criada junto à Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (1948). A Divisão visava assessorar o SPHAN na política patrimonial do país. Era um órgão normativo e consultivo, responsável pelo acompanhamento e avaliação da política do patrimônio histórico, artístico e natural estado. Cabia a ela promover a defesa e a restauração dos momentos e objetos artísticos e históricos regionais e a conservação das paisagens e formações naturais características do Paraná (LEI 112/1948).

Com essa Lei o governo do Paraná instituía um setor responsável pela defesa restauração dos momentos e objetos artísticos e históricos regionais, bem como a conser-

vação das paisagens e formações naturais características do Estado.

Apesar de ser a primeira iniciativa nacional em termos de preocupação com a conservação do que mais tarde passou a ser chamado de patrimônio natural, não se pode ignorar que nesse mesmo tempo o Estado autorizava o desmatamento de cerca de 1/3 de seu território para a expansão da frente pioneira. O norte, noroeste e o oeste do Estado viveram naquele momento a devastação de sua vegetação nativa para a abertura de cidades e o plantio do café.

A concepção patrimonialista do Conselho pode ser percebida por meio dos bens indicados para serem salvaguardados: uma capela tida como uma relíquia histórica de Guaratuba e uma casa colonial na Lapa, porque nela "foi assinada a ata de rendição da cidade por ocasião do cerco à ela imposto, no início de 1894, pelos revolucionários federalistas" (ARQUIVO NORONHA SANTOS, 2009).

Em 1953, nas comemorações do centenário do Estado, foi aprovada a lei 1211, a primeira lei a dispor sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Paraná.

De acordo com seu artigo

1º. Constitui o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Estado e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (LEI 1211/1953).

Apesar da Lei, nenhum tombamento foi efetivado na década de 1950. Somente em 1960 ocorreram os primeiros tombamentos na esfera estadual: a Igreja de S. Francisco das Chagas e a de São Benedito, ambas em Paranaguá.

Do mesmo modo que os tombamentos anteriores, a ação foi pautada em critérios como ou o valor histórico atribuído ao bem, relacionado com fatos ou figuras tidas como importantes para a história da região; ou o valor artístico conferido às obras consideradas relevantes por expressarem a estética e a cultura do Estado, além do valor documental atribuído aos documentos validados por uma dada interpretação histórica que apregoava a harmonia das relações humanas e escamoteava ou sublimava os conflitos existentes (KERSTEN, 2000, p. 44).

Nesse tempo foram inscritas 21 unidades consideradas representativas da história do Estado, dentre elas o teatro São João, na Lapa (1965) e as Igrejas de São Francisco das Chagas e de São Benedito, em Paranaguá (1968). Esse número ampliou-se para 48 na década seguinte. Os bens tombados continuaram a ser palacetes, fortes, igrejas; mas pela primeira vez o Estado salvaguardava os chamados bens naturais: árvores,

paisagens e a orla marítima (Ilha do Mel e a Orla Marítima de Matinhos). Também pela primeira vez eram considerados bens de relevante valor histórico elementos referentes aos grupos étnicos que compunham a população paranaense como o Oratório de São Carlos Barromeo (polonês), o Panteão do Cemitério de Santa Felicidade (italiano) e a Igreja de São Josafá (ucraniano). (KERTSTEN, 2000, p. 145).

Somente na década seguinte é que as atividades de conservação abarcaram mais do que bens arquitetônicos e passaram a salvaguardar aspectos como as manifestações culturais, materiais e simbólicas de segmentos da sociedade até então desconsiderados pelas políticas culturais. Bom exemplo foram as casas de madeira na Vila Cassoni, em Londrina. As ações desenvolvidas nesse tempo traduzem a ampliação da noção de patrimônio, pela inclusão de bens naturais (Serra do Mar, Ilha de Superagui) e setores históricos como as praças Manoel Ribas em Castro e Eufrásio Correa em Curitiba e o setor histórico da Lapa.

Pode-se dizer que o Paraná "foi pioneiro em ações de maior magnitude" no que tange ao patrimônio natural, uma vez que seus tombamentos entre as décadas de 1960 e 1980 foram de maior extensão e complexidade, como se deu ao tomar a Ilha do Mel, a paisagem da orla, o Parque de Vila Velha e a Serra do Mar (SCIFONI, 2006).

Em 1988, de acordo com as diretrizes internacionais, a Constituição Federal expressou a importância da conservação patrimonial destacando a cultura como um direito de todos. A Constituição paranaense seguiu os mesmos critérios ao estabelecer em seus artigos que "os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura no Paraná constituem patrimônio comum que deve ser preservado através do Estado, com a cooperação da comunidade" (CONSTITUIÇÃO Estadual, 1989, Seção II, artigo 191, p. 101).

Com base nesses princípios, na década de 1990 foram tombadas 19 unidades no Estado, ampliando o número de bens considerados representativos da diversidade étnica e cultural do Estado. Ressalta-se que, apesar dessa ampliação, os elementos selecionados para representar a memória histórico-cultural da imigração não deixaram de ser criticados por especialistas no assunto, que os viram como uma mensagem folclorizada e regionalista que tendia, uma vez mais, a disfarçar tensões sociais e camuflar preconceitos (KERSTEN, 2000, p. 151).

Polêmicas à parte, os tombamentos, a partir de 1990 passaram a contemplar paisagens urbanas, rurais e marítimas. Ao todo foram tombadas no Estado 16 unidades naturais: Vila Velha, Sambaquis de Paranaguá, Ilha de Superagui, entre outras.

Durante esse tempo todo, a imensa maioria das ações foi efetivada no planalto curitibano. Construiu-se assim uma imagem de que o patrimônio expresso na pintura, na arquitetura, na escultura nas artes gráficas delineia uma fisionomia do Paraná a partir do referencial da capital e de cidades consideradas detentoras de bens cujo valor reside, sobretudo, no passar do tempo histórico. O critério da monumentalidade predomina nesse aspecto; sobressai a preocupação com a salvaguarda dos valores arquitetônicos.



lores dos grupos sociais dominantes. Elementos considerados dotados de valor de arte, de antiguidade e de uma concepção elitista da história, representativos do Estado, da Igreja e da elite, compunham os bens, que eram considerados representativos da nação brasileira como um todo. A seleção e a valoração dos bens a serem conservados era uma decisão ao critério dos funcionários do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN e de seus colaboradores (FONSECA, 2005).

As conseqüências dessa seleção implicaram em um duplo problema. Primeiro no não reconhecimento da maioria da população nesses símbolos, o que contribuiu para corporificar uma forma de conceber o patrimônio como uma prática social da qual ela não participa. A política patrimonial é vista como uma política de especialistas, que têm a capacidade de decidir sobre o valor e a relevância do que deve ser salvaguardado. Segundo, no entendimento de que o bem patrimonial é aquele dotado de monumentalidade, que expressa ou os feitos importantes de uma história oficial, ou a arte em seu estado puro.

Não obstante, o IPHAN tem reiterado afirmações de que "o patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular" (IPHAN, 2004, p. 319). Com isso ele apregoa o distanciamento das concepções decimonômicas do patrimônio artístico monumental e insiste em reconhecer que as obras modestas, que adquiriram com o tempo uma significação cultural, também compõem o rol de bens culturais e que o patrimônio abarca também os produtos da cultura popular.

Além do modo como foi instituída a política patrimonial no Brasil constituir um limite à participação social, há um outro motivo que, a meu ver, explica a pouca representatividade do patrimônio pelo Estado do Paraná. Tal motivo se encontra na busca incessante pela modernidade expresso no país como um todo e nas cidades novas do Paraná em particular.

As cidades novas do Paraná são cidades que podem ser caracterizadas como contemporâneas. A cidade contemporânea é um espaço social distinto pela eliminação das antigas formas de sociabilidade e por uma morfologia sempre transformada. São locais que se definem pela fluidez da paisagem, pela fugacidade das relações e pela transitividade das fronteiras espaço-temporais por onde caminham seus habitantes (CARLOS, 2001, p. 12).

São tipos de cidades que modificam a sua paisagem de forma frenética e que, em conseqüência disso, fazem com que os referenciais históricos culturais herdados do passado tornem-se cada vez mais escassos e restritos a poucas edificações, objetos e lembranças de antigos moradores que o tempo implacavelmente ceifa.

Nesses espaços as marcas do passado aparecem como oposição ao ideal de progresso e modernidade, como sinônimos do arcaico.

Entendimentos como esses podem ser percebidos em cidades como Maringá, que aos sessenta e dois anos exibe em seu espaço a procura incessante da modernidade, a

mudança brusca de sua paisagem urbana, numa contínua ruptura com seu passado tão recente. Esta cidade parece adequar-se à interpretação cunhada por Michel De Certeau ao se referir à Nova Iorque como um lugar que "nunca aprendeu a arte de envelhecer exibindo todo os seus passados. Seu presente se inventa, hora a hora, no ato de deitar fora suas realizações prévias e desafiar o futuro" (DE CERTEAU, 1994, p. 21).

Maringá orgulha-se de ter na modernização um viés que a norteia desde que foi desenhada. Os elementos mais significativos desse processo encontram-se expressos no traçado das ruas, no zoneamento, nas técnicas construtivas sempre atualizadas.

Não obstante, a modernização não precisa ser, conforme Baudelaire, "uma forma de suicídio permanentemente renovada", ou ainda "o escorpião que se fere com a própria cauda" (BERMAN, 1986, p. 138). Para que a modernização proposta não implique na destruição dos referenciais e, com ele, na perda das experiências vividas, é necessário que os habitantes citadinos preservem suas referências e resguardem suas raízes.

A busca pelo novo colide com os signos do passado e com a manutenção da natureza, ambos tidos como expressões do atraso, do mau gosto e do empobrecimento.

Não se pode perder de vista que a imagem de uma cidade "é continuamente construída através de informações indiretas vindas da mídia, de leituras, de relatos orais e, naturalmente, de um universo iconográfico contemporâneo ou não" (CARVALHO & LIMA, 1998, p. 112). Somado a isso, há que se ter em conta que essas imagens condicionam a atuação dos cidadãos em questões concretas, favorecem a compreensão do comportamento dos indivíduos e do funcionamento da cidade. Justamente por isso, a imagem da cidade é reforçada através de artifícios simbólicos e da reformulação de seu entorno (LYNCH, 1999).

O crescimento rápido da cidade planejada chama a atenção da imprensa que não poupa adjetivos que visam a destacá-la como uma cidade progressista. A revista *Veja*, em reportagem veiculada em 1999 assim se referiu:

Planejada durante a década de 40, a cidade paranaense é uma Brasília regional. A diferença é que produz riqueza em vez de escândalos. Se houvesse um hipotético país formado pelo cinturão agrário brasileiro, Maringá poderia candidatar-se à capital. São 285.000 habitantes e renda per capita de 7.000 dólares (VEJA, 19.05.1999, pp. 128-129).

Atrelada a essa imagem de cidade progressista pode-se encontrar também a afirmação de que se trata de uma cidade ecologicamente correta. Há uma profusão de discursos dessa natureza que afirmam:

O burburinho do progresso e do desenvolvimento acelerado é abafado pelo verde da paisagem. As fábricas fundem-se com os campos. A paisagem bucólica dos arredores da cidade é um contraponto à agitação de 300 mil

pessoas, que compram, trabalham e fazem de Maringá um dos centros regionais mais importantes do País. Maringá é assim, ao mesmo tempo, uma usina de progresso e um oásis de tranquilidade (Comunidade Maltesa no Brasil, 2005).

Discursos como esses influenciam toda a opinião pública formando uma imagem de cidade conforme os interesses e a visão de mundo dos grupos dominantes (SOUZA, 2002, p. 302).

Eles também contribuem para entender porque parece haver, por parte dos habitantes de Maringá, uma participação pouco ativa no que diz respeito aos problemas da transformação urbana e da demolição de signos do passado. Uma participação que pode ser considerada pouco expressiva quando se buscam ações para a conservação dos bens que remetem ao passado, iniciativas que não raras vezes esbarram num contexto adverso, pois envolto com os ideais de progresso que se expressam em discursos nos quais o "novo" e o "moderno" aparecem como sinônimos da beleza e da superioridade<sup>2</sup>.

Talvez por isso se encontrem na cidade opiniões como as expressas abaixo, colhidas pela pesquisadora Veroni Friedrich ao analisar os desdobramentos das ações iniciais para o tombamento de dois imóveis na cidade: o terminal rodoviário Américo Dias Ferraz e o Cine Horizonte.

Se quiserem prédios históricos, vão para Minas; Maringá é uma das cidades mais desenvolvidas do interior do Brasil e não merece uma bosta daquela. Não vejo a hora de alguém colocar fogo naquilo (...) Vocês querem construção velha? Vão para Minas, Maringá é nova e moderna (angelorigon.blogspot.com/ postagem original em 08.05.08)

O entendimento que subjaz a essa fala é o de que não há nos elementos propostos para o tombamento, qualificativos históricos para sua conservação. Maringá é moderna, afirma o depoente.

Outro depoente reconhece a temporalidade circunscrita nas edificações, mas as compreende como velharias, nada a ver com o que ele compreende como História do Brasil.

---

<sup>2</sup> Esse entendimento sobre a participação da população da cidade advém da minha própria participação como representante da Universidade Estadual de Maringá junto à Comissão Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural entre 2004-2005 e das dificuldades que boa parte dessa Comissão enfrentou no dia-a-dia quando buscou a adesão dos moradores para ações coletivas destinadas à salvaguarda de testemunhos do passado.

Em relação à velha rodo e ao velho Cine Horizonte, só digo uma coisa, quem gosta de ver prédio velho, deve ir morar em Roma. Tombamento é para cidades que contam a história do Brasil ([angelorigon.blogspot.com/m postagem original em 26/02/2008](http://angelorigon.blogspot.com/m-postagem-original-em-26/02/2008)).

A ênfase na modernidade, na renovação urbana constante se faz ver na fala abaixo.

(...) tenho vergonha de passar na frente daquele prédio horrível e decadente, (...) Maringá tem que continuar sendo lembrada como uma linda cidade, com suas avenidas largas e arborizadas, com seus parques e praças, a catedral. (Jornal O Diário do Norte do Paraná, 04/05/2007, p. A 02).

Para esse depoente, o passado expresso nas edificações é signo da vergonha. A modernidade não pode conviver com tais representações.

O entendimento de uma dada concepção de modernidade se faz presente nas interpretações de novos e velhos moradores, mesmo naqueles considerados pioneiros ou guardiões da memória, como se pode abaixo constatar.

(...) Já demoraram em derrubar esse lixo, sou Pioneiro, autêntico, de 1950. Aqui esta meu aval para essa transformação, derrubar sim, cuidar e fiscalizar para que não tenham lucros ilícitos, esse é seu e nosso dever, resguardar os direitos dos proprietários e dever de todos nós, mas sem essa de patrimônio histórico. Maringá tem que olhar para frente. ([angelorigon.blogspot.com/m postagem original em 08.05.08](http://angelorigon.blogspot.com/m-postagem-original-em-08.05.08)).

A fala acima é extremamente emblemática para se analisar. Nela está a voz da autoridade do pioneiro, aquele que acredita ter o aval para afirmar que o passado já foi e que a patrimonialização é uma volta ao passado que não cabe em cidades pujantes, como ele acredita ser Maringá.

É sabido que os modos de representação de uma cidade podem influir nas decisões a respeito das ações propostas para a cidade que se deseja e para a conservação da memória coletiva.

Ao que tudo indica, tem havido em Maringá uma propaganda da modernização que escamoteia ou minimiza as perdas conseqüentes desse processo e, em contrapartida, exalta as qualidades positivas do fenômeno. Como conseqüência disso, o tema da conservação do patrimônio cultural não deixa de ser apropriado por determinados segmentos da cidade que não concordam com a democratização desse assunto para além dos circuitos técnicos dos gabinetes políticos e empresariais.

Tal hipótese sustenta-se na constatação de que a cidade, embora tenha mais de

300 mil habitantes, duas universidades e sete faculdades, não tem até o momento uma política patrimonial que tenha como horizonte a conservação de seus bens culturais. O que se vê são ações emergenciais, quase sempre resultantes da pressão de pequenos grupos que instigam o poder público a tomar medidas para a salvaguarda de bens, mas que são sujeitas às flutuações políticas partidárias e aos interesses contemplados nas administrações que sucedem. Daí decorre que há um único bem tombado pelo município e um outro tombado pelo estado.

Essa questão, por sua vez, não pode ser entendida fora da compreensão do processo de produção do espaço, que busca constantemente a valorização, pois o solo é uma mercadoria que se troca no mercado, como qualquer outra, através de preços fixados pela lei da oferta e da procura. Por isso mesmo, não se pode analisar a política de proteção patrimonial deslocada dos interesses que se apresentam na especulação do solo e do enfrentamento entre interesses contrários que lutam pela construção da cidade (CORREA, 1989 e ZARATE, 2003).

Tal interpretação fundamenta a análise dos depoimentos abaixo:

Tombar a antiga rodoviária é querer forçar a história. Maringá tem quase 60 anos e ainda é uma cidade que está sendo construída. A pouca história que a cidade tem é tão recente que ainda pode ser contada pelos próprios habitantes. Preservar uma área daquele tamanho, e tão bem localizada, é como pegar uma nota de R\$100 e jogar na gaveta para ter dinheiro antigo daqui 50 anos. Chega de nostalgia! Vamos crescer um pouco, por favor. (Jornal o Diário do Norte do Paraná, 20/04/2007, A2).

Ou esse abaixo:

Maringá, é uma cidade jovem, tem apenas 60 anos, vai ter muito que preservar através de tombamento. Aquele espaço onde está a rodoviária é muito valioso para ser desperdiçado. O contexto a sua volta é de modernidade, não cabe ali coisa que não condiz com a realidade do Novo Centro. (idem, 17/05/2007, P. A2).

Bem como esse outro:

(...) Outro ponto importante a ser destacado é que a área onde está localizada a antiga rodoviária é nobre e, portanto, é um desperdício este espaço ficar inativo ou abandonado, ainda mais devido à ligação da região com o Novo Centro, que está ganhando diversos novos empreendimentos e se tornando uma nova região comercial maringaense. Um projeto moderno para o local só via agregar valor à localidade. (Jornal O Diário

do Norte do Paraná, 29/11/2007 p. A3).

Em todos esses depoimentos o que se percebe são os interesses em eliminar a construção considerada ultrapassada e renovar o valor do espaço urbano por meio de uma nova edificação, capaz de se adequar aos princípios do mercado e da modernidade.

A constante busca de valorização e novos usos do solo urbano, de forma cada vez mais rentável, também ajudam a compreender as dificuldades para a conservação patrimonial.

## CONCLUSÕES

O que se pode concluir passados mais de meio século de existência da política patrimonial, é que boa parte do legado paranaense ainda padece da falta de inversões necessárias para sua manutenção, e que se encontra relegado ao esquecimento, à falta de respeito e ao desconhecimento das riquezas culturais e do potencial que nele se encontra.

Ainda que o patrimônio cultural do norte e noroeste do Paraná não seja precisamente um legado que se caracterize por suas grandes dimensões, por uma história secular ou por uma espetacularidade, há uma imensa variedade de valores que o configuram como riqueza cultural, individual e coletiva.

Para isso há o desafio em fazer com que a população se sinta identificada com os elementos a serem conservados, que se reconheça neles, para que eles se tornem, de fato, representativos dela e para ela. O reconhecimento do pertencimento coletivo dos bens acarreta esforços comuns para sua conservação e, quanto mais coletivo e representativo eles forem, mais protegidos estarão.

Para que isso seja considerado há que se ter consciência de que o patrimônio cultural não se resume aos objetos históricos e artísticos, aos monumentos representativos da memória nacional ou aos centros históricos já consagrados e protegidos pelas instituições e agentes governamentais. Ele engloba também "as criações anônimas surgidas da alma popular" (IPHAN, 2004, p. 271), e que se encontram nas construções significativas para uma dada comunidade, nos artesanatos, nas maneiras de pescar, caçar, plantar, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias e fabricar objetos de uso, de preparar alimentos, nos modos de vestir e falar, nos rituais religiosos e populares, nas canções, histórias e lendas contadas de geração a geração.

Outro passo é o reconhecimento da necessidade de capacitar os sujeitos para a participação na política patrimonial. Isso requer conhecimentos múltiplos, porque essa política envolve a produção do espaço citadino e implica em iniciativas que não raras vezes esbarram num contexto adverso, envolto em interesses mercadológicos e imobiliários e em ideais de progresso, que se expressam em discursos nos quais o "novo" e o

"moderno" aparecem como sinônimos de beleza e superioridade.

A educação sem dúvida é um instrumento valioso e para o reconhecimento dos bens que configuram o patrimônio cultural em cidades novas e deve visar à mudança de mentalidades a respeito da importância da manutenção de símbolos do passado que expressam as memórias e as histórias vividas. A educação converte-se no meio capaz de capacitar os sujeitos para participarem das discussões e decisões sobre a questão patrimonial, num cenário marcado por interesses conflitivos. Mas afinal, "a dimensão do conflito é inerente, como é a própria democracia. Assim, os espaços de formulação de políticas onde a sociedade civil participa, são espaços marcados pelas contradições e tensões" (JACOBI e BARBI, 2007, p. 242).

Aprender a lidar com os conflitos, situar-se de modo qualificado e representativo é o caminho esperado para contrapor aos interesses contrários às políticas de conservação patrimonial. O compromisso com a conservação é resultado de uma população organizada e informada de maneira correta, preparada para conhecer, reclamar seus direitos e também sua responsabilidade. A educação é assim um meio possível de se ter clareza quanto aos usos sociais do patrimônio de modo a assegurar a proteção social dos bens culturais e naturais que o conformam.

Se os usos sociais equivalem aos modos socialmente construídos para a participação da sociedade na identificação, conservação, estudo e difusão dos bens que configuram a sua identidade, a educação visando a participação se efetiva no reconhecimento do pertencimento coletivo dos bens e nos esforços comuns para sua conservação (ZANIRATO, 2006). A representação e identificação com esses bens é um passo decisivo para a efetividade da proteção patrimonial.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NORONHA SANTOS. Arquivo central do IPHAN, 2009. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em 29.09.2009.

BERMAN, Marshal. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo, Cia. das Letras, 1986.

CARLOS, Ana F.A. Espaço e tempo na metrópole. São Paulo, Contexto, 2001.

CARVALHO, Vânia C. de & LIMA, Solange F. de. Representações urbanas: Militão Augusto de Azevedo e a memória visual da cidade de São Paulo. Revista do Patrimônio, no. 27. IPHAN, 1998.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

COMUNIDADE Maltesa no Brasil. Disponível em <http://www.geocities.com/Athens/Acropolis/2214/marin.html>. Colhida em 03 de maio de 2005.

CORREA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo, Ática, 1989.

DE CERTEAU, Michel. Andando na Cidade. Cidade Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n.º 23, 1994.

DECRETO-LEI 25/1937 Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em [http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos//benstombados/File/Leis\\_e\\_Decretos/DecFed25.pdf](http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos//benstombados/File/Leis_e_Decretos/DecFed25.pdf). Acesso em 29.09.2009.

FENELON, Dea R. Políticas culturais e patrimônio histórico. In SÃO PAULO (cidade), Secretaria Municipal da Cultura/DPH. O direito á memória. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, DPH/SMC, 1992.

FONSECA, Maria C. L. O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. IPHAN; Editora UFRJ, 2005.

FRIEDRICH, Veroni. Representações do Patrimônio Cultural em Maringá-Pr. 2008 (não publicado)

GONÇALVES, J. H. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do Norte do Paraná – 1930-1970. In DIAS, R.; GONÇALVES, J.H.R. (coord.). Maringá e o Norte do Paraná. Maringá: EDUEM, 1999

IPHAN. Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

JACOBI Pedro e BARBI. Fabiana. Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. Revista Katál. Florianópolis v. 10 n. 2 p. 237-244 jul./dez. 2007.

KERSTEN, Márcia S. de A. Os rituais do tombamento e a escrita da história. Curitiba, Editora da UFPR – Imprensa Oficial do Paraná, 2000.

LEI 38/1935. Cria o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>. Acesso em 29.09.2009.

LEI 112/1948 Cria a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná

Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>. Acesso em 29.09.2009.

LEI 1211/1953 Dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>. Acesso em 29.09.2009.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

PEREIRA, Luis F. L. Paranismo: o Paraná Inventado. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

SCIFONI, Simone. A construção do patrimônio natural. Tese de Doutorado. Geografia Humana. São Paulo: USP, 2006.

SILVA, Fernando Fernandes da. As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade. São Paulo: Ed. Pierópolis, EDUSP, 2003.

SOUZA, Marcelo L. de. Mudar a cidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

TOMAZI, N. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região Norte do Estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José H. R. Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999, p. 51-85.

VEJA, 19.05.1999. O Brasil que agüenta o tranco.

ZANIRATO, Silvia H. Patrimônio para todos: promoção e difusão do uso público do patrimônio cultural na cidade histórica. Revista Patrimônio e memória UNESP – FCLAS – CEDAP, v.2, n.2, 2006 p. 1

ZÁRATE, Antonio. El espacio interior de la ciudad. Madri, Ed. Síntesis, 2003.

# ENTRE ARMADILHAS E ARTIMANHAS: O DESPERTAR DA CIDADE E A PRESERVAÇÃO DOS SEUS BENS PATRIMONIAIS<sup>1</sup>

Sandra C. A. Pelegrini<sup>2</sup>

As cidades ocupam apenas cerca de cinco por cento da superfície terrestre, no entanto, a constituição delas interfere de maneira significativa no meio que as circundam, altera a atmosfera, os rios e mares, as florestas e campos. Tais transformações normalmente resultam do modo como distintas comunidades se organizam cultural e economicamente. Apesar da tentativa do homem domesticar a natureza ser tão antiga quanto a própria civilização, notamos que a partir da Revolução Industrial os processos de urbanização tenderam a se tornar mais agressivos. Desde então, paulatinamente, o planejamento urbano passou a ocupar-se de projetos que previam a melhoria da qualidade de vida e habitação das pessoas que deixaram seus lugares de origem e passaram a viver nos centros industriais.

A materialidade erigida nas cidades e o modo como os indivíduos passaram a conviver com as diferenças nos espaços urbanos nos permitem enveredar por caminhos complexos que envolvem representações simbólicas relativas aos seus mitos de origem e suas tradições. A observação destas esferas torna possível o vislumbrar de pistas relativas ao modo como a população cidadina tende a, constantemente, reinventar suas práticas, experimentar vivências e preservar seus bens materiais e imateriais.

Com o intuito de refletirmos sobre a preservação do patrimônio, optamos por abordar inicialmente algumas interfaces entre a atuação do homem no ambiente urbano. Posteriormente, destacamos a importância da preservação dos bens culturais intangíveis, sem dissociá-los de sua materialidade e sem perder de vista as políticas de proteção do patrimônio cultural adotadas no Brasil.

## VIVÊNCIAS NA URBE

As mudanças decorrentes do viver nas cidades implicaram a eclosão de alterações nas relações entre as pessoas, entre estas e o ambiente, os bens culturais e naturais. A

---

<sup>1</sup> O texto ora apresentado sintetiza algumas das temáticas presentes nos artigos e livros publicados pela autora entre os anos de 2006 e 2009.

<sup>2</sup> Docente do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Doutora em História pela USP e pós-doutora pelo Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP. Coordenadora do Centro de Estudos das Artes e do Patrimônio Cultural (CEAPAC-UEM) e Consultora do Programa de Iberoamericano de Ciencia y Tecnología para el desarrollo -CYTED (Madri-Espanha).

priori, os temores da proliferação de miasmas, bem como a poluição do ar e da água impulsionaram a criação de divisões espaciais na cidade e promoveram o desenvolvimento de estudos sobre o zoneamento e a circulação viária. O desconforto causado pelo profundo contraste entre a miserabilidade e a riqueza, a negação da "economia moral", a fundação de vilas operárias e de bairros destinados aos segmentos mais abastados e também das "cidades dormitórias" descortinou diferenças sociais antes não tão evidentes.

Se considerarmos que o desenvolvimento industrial resultou no processo de divisão social do trabalho, também devemos admitir que ele foi marcado por preocupações com a salubridade e a ordenação do espaço urbano. A partir daí surgiram campanhas de modernização, estratégias higienistas e propostas para o ajardinamento do espaço citadino que previam, entre outras coisas, a segregação espacial da cidade. Sob as influências de reformas que foram empreendidas pelo barão Georges Eugène Haussmann, na cidade de Paris, entre 1853-1879, ocorreram mudanças notáveis na concepção das urbes em várias partes do mundo.

Ebenezer Howard, apenas para citar um exemplo, idealizou projetos para superar os problemas sociais e o congestionamento das metrópoles inglesas, nos anos finais do século XIX. Os preceitos urbanísticos que nortearam a construção da chamada "cidade do amanhã", concebida com base em princípios do cooperativismo e da vida em comunidade corroboraram para a materialização do planejamento urbano proposto por R. Parker e Unwin, cujo resultado reverteu-se na hierarquização e individualização dos espaços citadinos. Porém, ambos adotaram o ajardinamento da cidade como fator de beleza e conforto urbano (FRAMPTON, 2000; BENEVOLO, 1996).

Aos poucos tais princípios foram sendo disseminados pelo mundo ocidental e os projetos que pleiteavam a higienização das cidades passaram a buscar também o embelezamento das ruas e áreas livres. Na América Latina, tal preocupação provocou alterações em praças coloniais que acabaram perdendo suas singularidades, deixaram de ser pátios ou largos e tornaram-se espaços ornamentados com árvores e canteiros de flores (PESAVENTO, 2002).

Constatamos que as cidades diretamente associadas às atividades industriais também sofreram transformações urbanas pautadas pela abertura de avenidas e alamedas, a construção de chafarizes e calçamento de ruas, a edificação de vilas operárias sob a iniciativa de sociedades beneméritas católicas ou do empresariado. Curiosamente, nessas áreas urbanas, as praças tiveram sua função modificada. A praça, que antes era usada como mercado, lugar de manifestações militares ou políticas e área de recreação, passou a ser um espaço voltado para a contemplação da natureza e de descanso.

A emergência da praça ajardinada trouxe consigo o novo conceito de fruição cultural e comportamental de seus usuários, na virada do século XIX para o século XX, passou a configurar como lócus de passeios, encontros e flertes das elites exportadoras em algumas cidades brasileiras. Neste contexto, foram desenvolvidos projetos de paisagismo para as praças de São Paulo e do Rio de Janeiro. Elas foram projetadas con-

forme os padrões do Ecletismo que perdurou até o final do século XX e se distinguiu pelo uso de diversos estilos (RAGO, 1985).

Na primeira metade do século XX, o desalento causado pelas duas grandes guerras mundiais pressupôs que haveria uma revisão de valores e a imposição de limites para o chamado desenvolvimento tecnológico. Após este impacto, em especial, o choque causado pela capacidade de destruição das armas criadas pelo próprio homem e utilizadas na II Guerra Mundial, a humanidade acabou por assimilar posturas preventivas, justificadas pela existência de um mundo que se mostrava polarizado pela "Guerra Fria". Ainda assim, havia certa "euforia utópica" em relação ao futuro e em meio ao caos surgiam os primeiros pactos em favor da defesa dos bens patrimoniais e os embriões do pensamento ecológico.

Efetivamente, o aniquilamento de monumentos considerados marcos da civilização ocidental no decorrer dos anos quarenta do século XX e a crise do petróleo, em meados dos anos 1970, sinalizaram a necessidade de acordos em torno de convenções internacionais a serem seguidas em períodos belicosos e a revisão da exploração dos recursos naturais.

O que poderíamos nomear como a consciência da preservação surgiu sob a égide da irremediável destruição daquilo que a humanidade desejava perpetuar por meio de monumentos, conjuntos urbanísticos e objetos de arte.

O desenvolvimento tecnológico que assolou a Europa e produziu destruição jamais imaginada seria colocado parcialmente em xeque na década de 1960, quando jovens idealistas se sublevaram as imposições do poder e da autoridade. Minorias étnicas, feministas e adeptos de outras opções sexuais saíam às ruas reivindicando direitos, liberdade de expressão e a paz (PELEGRINI, 1998). Em 1968, celeumas sobre o ecossistema dividiam os pesquisadores. Alguns se organizaram e criaram a Academia dei Lincei, grupo que reunia cientistas de vários países com o intuito de buscar soluções para os impasses resultantes do acelerado crescimento demográfico. Conhecidos como membros do "Clube de Roma", estes cientistas já assinalavam que o planeta não iria suportar o crescimento desenfreado da população mundial, a contínua exploração dos recursos não-renováveis e a temerária destruição causada pelo progresso científico<sup>3</sup>.

Na década seguinte, o ativismo ambientalista iria adquirir mais adeptos e, de certa forma, promoveria um "estilo de vida" orientado por bases filosóficas da denominada "consciência ecológica" que questionavam o materialismo das organizações societárias industriais. Contudo, sem dúvidas, o que mobilizou a comunidade internacional em torno das questões da preservação do meio e as propostas da ecologia foi a crise do

---

<sup>3</sup> Cabe-nos lembrar que as questões do meio ambiente se tornaram alvo de publicações sobre o assunto. Os volumes *The Waste maker* (1961), de Vance Packard e *Silent spring* (1962), de Rachel Carson tornaram-se bastante populares. A primeira "Produtores de desperdício" e a segunda "Primavera Silenciosa" manifestavam preocupações com o futuro do planeta (ODUM, 1988; CASTELNOU, 2006).

petróleo (CASTELNOU, 2006).

Dado a gravidade atribuída a esta "crise", a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a reunir autoridades políticas e cientistas visando saídas para o impasse e traçou novas orientações no sentido da cooperação internacional. A promoção do diálogo sobre a questão ambiental entre diversas nações ficou historicamente registrada nos documentos referentes a primeira "Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o homem", realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972. Na seqüência, foram criados programas em consonância com o compromisso firmado em Estocolmo, ou seja, convenções que orientavam os governos a garantir o "direito dos homens" usufruírem de um "meio ambiente saudável e o dever de protegê-lo e melhora-lo para as futuras gerações".

O United Nations Environment Programme (UNEP) ou o "Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente" (PNUMA) como é denominado no Brasil foi um dos primeiros projetos que a princípio se pautaram por debates sobre a questão ecológica e logo detectaram a necessidade de estender-se à esfera social (FOLADORI, 2001). Neste contexto, surgiram proposições do "desenvolvimento sustentável" que vem norteando estudos e congressos internacionais de reconhecida repercussão como a "Agenda 21"<sup>4</sup> o "Protocolo de Kyoto" (1997 e 2004), a "Conferência dos Direitos Humanos" (Viena, 1993), a "Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos" (Istambul, 1996), popularmente, denominada "Cúpula das Cidades", responsável pela "Agenda do Habitat"<sup>5</sup>, entre outros.

A "Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável"<sup>6</sup> realizada em Johannesburgo, na África do Sul, em 2002, adquiriu projeção por efetuar uma avaliação das Agendas supracitadas e por concluir que, apesar de alguns avanços nas negociações entre os países, os preceitos do desenvolvimento sustentável ainda estavam longe de ser alcançados.

As edições do "Fórum Econômico Mundial de Davos" (Suíça), realizados em 2007, 2008 e 2009, trataram basicamente da problemática do aquecimento global, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Nesta última edição, porém, o terrorismo internacional e o crescimento econômico global foram privilegiados (PELEGRINI, 2009).

Importa-nos salientar que a diferenciação entre os conceitos de patrimônio histórico e ambiental em vigor até os anos oitenta do século XX, suscitava visões cin-

---

<sup>4</sup> A "Agenda 21" propôs diretrizes globais para contenção de poluição do planeta e sugeriu medidas pontuais no que tange ao desenvolvimento tecnológico dos países desenvolvidos ou desenvolvimento.

<sup>5</sup> A "Agenda do Habitat" objetivou a definição da sustentabilidade como princípio global do desenvolvimento, articulando os problemas urbanos e ambientais.

<sup>6</sup> Esse congresso ficou conhecido como RIO + 10, pois foi realizado dez anos depois do ECO-92, no Brasil.

didadas a respeito da preservação. As primeiras disposições de promover o planejamento, ações e políticas articuladas e contínuas de conservação do patrimônio passaram a ser cogitadas a partir do "Congresso do Patrimônio Europeu", organizado em Amsterdã (1975). As recomendações dos congressistas sugeriam o envolvimento de autoridades políticas, especialistas e das populações residentes nas decisões a serem tomadas. Mais do que isso, eles propunham a descentralização de planos em prol do patrimônio.

O conceito de "conservação integrada", então emergente, assentava-se em um modo de abordar a gestão do patrimônio cultural urbano, pautado pela ampla integração entre as políticas de gerenciamento e a prática econômica, política, cultural, ambiental e físico-espacial multidimensionais, sem, no entanto, comprometer a autenticidade do patrimônio cultural. Portanto, implicou a aproximação entre as perspectivas de salvaguarda e preservação dos bens históricos e naturais, integrando a conservação do patrimônio urbano na esfera do planejamento político e de práticas apropriadas a promoção o desenvolvimento regional, minimizando os prejuízos ao meio e ao patrimônio (PELEGRINI, 2006; 2009).

Se, nas décadas de 1960 e 1970, observamos esforços no sentido da adaptação de edifícios antigos aos usos contemporâneos (mantendo-se as características originais dos imóveis restaurados e a reutilização do seu valor patrimonial), a partir dos anos noventa do século XX, novas diretrizes iriam versar sobre relação preservação – patrimônio – integração. Inspiradas nos paradigmas do planejamento, em especial, na do desenvolvimento sustentável, a premissa básica defendida nos eventos internacionais sobre preservação assentava-se na defesa de programas capazes de assegurar à humanidade a satisfação de suas necessidades do presente, sem, no entanto, comprometer a capacidade das futuras gerações de fazê-lo (ZANCHETI, 2003).

Na atualidade, a questão da preservação mostra-se inserida no contexto da compreensão global de desenvolvimento socioeconômico e ecológico, observado na sua diversidade físico-ambiental. Esse deslocamento do eixo central do problema toma a "conservação urbana integrada" como estratégia fundamental de intervenção e termina considerando a conexão do patrimônio no âmbito das diversas políticas setoriais urbanas da energia, da indústria, de habitação, de transporte, bem como as implicações ambientais do espaço urbano<sup>7</sup>.

Logo, a expansão do conceito de patrimônio impulsionada pela aceção antropológica da cultura, tomada como "todo conhecimento que uma sociedade tem de si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre sua própria existência" (BOSI, 1993) tendeu a aproximar as ações em defesa do patrimônio

---

<sup>7</sup> Os postulados do desenvolvimento sustentável vêm sendo adotados pelos países signatários da Unesco e da ONU. Estas organizações reúnem em torno de si, por exemplo, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

cultural das do patrimônio ambiental. Essa noção de cultura, fomentada desde o início da década de 1980, nas convenções internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), aos poucos passou a ser transmitida nas entrelinhas das recomendações da "Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente". No presente proliferaram debates sobre a preservação integrada dos bens culturais e paisagísticos, principalmente nos núcleos históricos que têm estas tipologias tombadas.

## AS CIDADES E SEUS BENS CULTURAIS

A ampliação das acepções de patrimônio datada das décadas finais do século XX não adquiriu as dimensões que deveria atingir no século XXI. As discussões sobre a salvaguarda dos bens culturais materiais e imateriais no Brasil e no mundo ainda demonstram certa dificuldade de tratar o homem como um ser intimamente vinculado ao meio, as práticas sociais, culturais e econômicas. Não raro, os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos das denominadas "cidades históricas" são identificados com a "memória oficial" das nações. Trata-se de uma visão que ainda expressa o interesse de parte das autoridades responsáveis pelas políticas patrimoniais em preservar tributos que oferecem visibilidade à presença do Estado, das instituições estabelecidas e dos segmentos dirigentes, em detrimento de obras e/ou manifestações culturais referentes às experiências vividas cotidianamente por outros segmentos sociais<sup>8</sup>.

Evidentemente as formas de preservação se rendem aos três principais critérios estabelecidos pelas Convenções do Patrimônio (1972 e 2003), quais sejam o de autenticidade, de antiguidade e de excepcionalidade. No entanto, nos dias atuais uma parcela maior da população tem reivindicado o reconhecimento de seus bens culturais (PELEGRINI, 2009). Desde a Constituição de 1988, se estabeleceu uma nova ordem jurídica acerca dos princípios preservacionistas, embora ainda não tenha sido suficientemente disseminada, percebe-se certa democratização das políticas devotadas à proteção dos bens patrimoniais.

Nas cidades novas o dilema da preservação demanda o enfrentamento de desafios específicos, quais sejam o do reconhecimento de seus bens culturais como algo digno de ser conservado e o da sua "sobrevivência" frente aos constantes processos de transformação da paisagem urbana. Tais alterações, por sua vez, interferem nas relações que a população residente mantém com os lugares da cidade.

Assim, no final da primeira década do século XXI, tornam-se cada vez mais agudas as lutas pela retomada de laços de pertencimento e de redes de relações perdidas ao longo da existência de grupos minoritários. Não por acaso, eclodem, dia após dia, movi-

---

<sup>8</sup> A professora Dra. Déa R. Fenelón já alertava para estas questões nos anos iniciais da década de 1990, como pode ser observado no artigo "Políticas Culturais e Patrimônio Histórico" (1992, p. 29-30).

mentos em defesa de direitos territoriais, étnicos e religiosos e manifestações públicas em prol da proteção do meio ambiente e da paz que, em última instância, também alimentam reivindicações no sentido do reconhecimento de bens culturais materiais e imateriais (PELEGRINI, 2009, p. 15).

A problemática da materialização das memórias individuais e coletivas está articulada a necessidade de novos rumos no campo do patrimônio cultural e evidencia inquietações em torno das políticas culturais e identitárias. A orientação teórica interdisciplinar que tem norteado a compreensão dos modos de viver e as sociabilidades humanas pauta-se pelo reconhecimento de representações simbólicas plurais e de bens culturais múltiplos, eleitos como signos das identidades dos mais variados grupos sociais.

É sabido que a mediação entre as práticas e representações discursivas expressa no âmbito do patrimônio passa pela perspectiva de que a cultura é uma construção social e de que os sujeitos interagem com uma gama intrincada de referenciais simbólicos e de práticas sociais através das quais reafirmam sua inserção na sociedade (CHARTIER, 1990 e 2002; GEERTZ, 1978).

O interesse pela temática do patrimônio gerou demandas que envolvem discussões sobre o desenvolvimento social e econômico das cidades. Contudo, a perspectiva mais imediata da associação entre o desenvolvimento e o patrimônio se traduz em ações voltadas a tornar os antigos núcleos históricos auto-sustentáveis e mais atrativos aos turistas. Para isso, o poder público e a iniciativa privada têm acionado programas de conservação muitas vezes limitados à recuperação das fachadas dos edifícios, à limpeza dos monumentos e à exclusão da população pobre das áreas centrais (PELEGRINI, 2006, p. 128).

A revitalização dos centros históricos da América Latina, com poucas exceções, tem ocorrido de forma aparente, alijando a população residente do processo e criando zonas miseráveis nos entornos dos núcleos preservados. A população, após a desapropriação de seus domicílios, acaba se refugiando em áreas próximas à sua antiga moradia. Nas décadas de 1980 e 1990, algo semelhante ao relatado acima se efetuou na recuperação da paisagem urbana do Centro Histórico de Lima (Peru).

No caso de Lima, por exemplo, as intervenções efetuadas antes de 1990, se restringiu a aquisição de casarões velhos a preços módicos e a reformas que visavam transformá-los em prédios a serem utilizados por instituições financeiras ou empresariais. A partir do momento em que o núcleo histórico de Lima foi incluído na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade (em 1991), passou por inúmeras operações contra a degradação e por processos de recuperação dos prédios antigos.

A "preservação" realizada se circunscreveu ao embelezamento estético dos monumentos, edificações e praças. Tal procedimento instaurou um círculo vicioso de especulação dos preços dos imóveis e de valorização do solo urbano e, por conseqüência, acabou provocando demolições que culminaram com a expulsão dos antigos moradores andinos do centro histórico da Capital do Peru (HERRERO PRIETO, 2000).

No caso de Lima, a imposição do uso contemplativo das áreas comunitárias (pra-

ças, ruas e parques) inibiu a preservação do significado original e a função que esses lugares haviam adquirido para a população local. A imposição de padrões burgueses no uso desses lugares da cidade intensificou a exclusão dos moradores pobres e alterou os modos como eles se relacionavam com o meio e a população local (URIARTE, 2003). Ademais, a associação dos bens culturais ao seu valor de mercado contribuiu para a ampliação do consumo cultural e a transformação da paisagem histórica em "ruínas" patrimoniais de marketing urbano.

Essa forma de intervenção foi comumente utilizada em áreas próximas às orlas marítimas na Europa (Barcelona e Cartagena/Espanha), e também, em bases portuárias na América do Sul (Puerto Madero e o bairro imigrante conhecido como La Boca, em Buenos Aires/Argentina). Nesses locais, as estruturas degradadas foram recuperadas e utilizadas como base para a recreação turística (CARRIÓN, 2001). No entanto, iniciativas bem-sucedidas devem ser reconhecidas, como as intervenções ocorridas na Cidade do México (na segunda metade da década de 1980) e em Quito (em meados de 1990). Do ponto de vista dos especialistas, tal êxito deve-se ao fato de que as políticas patrimoniais foram acionadas concomitantemente às políticas habitacionais e às políticas promotoras do turismo cultural, que garantiram o desenvolvimento sustentável no local (COULOMB, 2001; PELEGRINI, 2004).

No Brasil, não têm sido diferente. A recriação de cenários vazios de historicidade e a transformação de manifestações culturais em espetáculo para o consumo de turistas parecem contribuir muito pouco para a melhoria da "qualidade de vida das populações residentes" e para a manutenção das características identitárias das comunidades. Tal fato ocorre porque as intervenções foram realizadas sem estabelecer vínculos com políticas habitacionais capazes de amparar a população pobre residente nessa área, nem tampouco com programas de desenvolvimento sustentável, são definidas pelos geógrafos como "gentrificação", ou seja, a população residente acaba sendo expulsa do local e o espaço arquitetônico passa por uma "restauração" aparente. Os centros históricos do Pelourinho (Salvador/Bahia), o do Recife e o de João Pessoa (Paraíba) são alguns dos exemplos da denominada "restauração de fachada" (PELEGRINI, 2006).

De todo modo, as políticas preservacionistas no Brasil são atinentes aos estatutos jurídicos do tombamento para os bens materiais (móveis ou imóveis) e o do registro para os bens imateriais. Além disso, as recomendações internacionais vêm sendo atendidas pelas proposições do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional. Decretos e leis têm sacramentado medidas em defesa do patrimônio<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Antes mesmo de ser proclamada a "Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural" (1972) aqui já havia sido instituída a figura jurídica do tombamento, por meio do Decreto-Lei n.º 25 (1937) e estabelecido o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Alguns artigos das cartas constitucionais promulgadas na década de mil novecentos e trinta faziam menção ao "impedimento à evasão de obras de arte do território nacional" e à necessidade de submeter o "instituto da propriedade privada ao interesse coletivo", reforçando a responsabilidade do Estado nesta área.

A profícua preocupação em resguardar "[...] as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional", e ainda, de fixar "[...] datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais"<sup>10</sup> denotou responsabilidade social e política dos constituintes de 1988 no âmbito do patrimônio. Talvez, este tenha sido um dos passos decisivos para legitimação do "[...] pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional". Mais do que isso, validou as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; sítios de valor histórico, urbanístico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico<sup>11</sup>.

Essa prospecção dos bens intangíveis definiu os caminhos do "Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial", consolidado no Decreto no. 3551/2000. Além dos livros de tombo instituídos na década de 1930<sup>12</sup>, tal decreto tornou possível a abertura dos livros de Registro dos "Saberes e modos de fazer"; das "Festas, celebrações e folguedos"; das "Linguagens verbais, musicais, iconográficas e performáticas"; dos "Lugares (Espaços), destinado à inscrição de espaços comunitários". Assim, o Brasil antecipou-se às disposições da Unesco. Antes que esta proclamasse a "Convenção para a salvaguarda do patrimônio imaterial", em 2003, o Legislativo brasileiro já havia constituído a figura jurídica do registro como instrumento legal crucial para a proteção e o acautelamento dos bens intangíveis dispostos na Constituição Federal de 1988.

De modo geral, os planos de salvaguarda dos bens imateriais decorrentes dos registros nos livros de bens intangíveis tenderam a oferecer suporte material às comunidades reconhecidas como detentoras de conhecimentos e práticas singulares, como, por exemplo: o estabelecimento de programas de incentivo para suas manifestações em eventos internacionais, divulgação de CDs e filmes etnográficos; da criação de centros nacionais de referências; de planos de manejo do meio onde se extrai elementos naturais utilizados na fabricação de artefatos artesanais (cerâmicas, cestos, rendas, esculturas em madeira, instrumentos musicais); o cultivo comunitário de produtos usados nos cozidos, na medicina tradicional popular, nas beberagens, entre outros.

Algo a se destacar diz respeito ao fato de que as prescrições supracitadas incluem o reconhecimento dos próprios mestres como detentores de saberes cruciais para continuidade de suas respectivas manifestações culturais e a formulação de projetos de sustentabilidade. A inserção de produtos emanados de saberes tradicionais no mercado

---

<sup>10</sup> Conforme disposto, respectivamente, no primeiro e segundo parágrafos do artigo 215, da Carta Magna de 1988. BRASIL. Constituição Federal Brasileira, 1988.

<sup>11</sup> Conforme disposto no artigo 216, da Constituição Federal Brasileira (1988).

<sup>12</sup> Em 1937, os primeiros livros instituídos foram os seguintes: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e Livro das Artes Aplicadas. Cf. Decreto-lei no. 25/1937.

capitalista, embora agregue valor aos bens produzidos impõe novos ritmos de produção aos artesãos<sup>13</sup>.

Assim sendo, o desenvolvimento de pesquisas sobre as culturas locais figura como condição fundamental para a valorização das origens das práticas populares e para a transmissão do saber-fazer de mestres e aprendizes.

## SOBRE O IPHAN E A LEGISLAÇÃO PRESERVACIONISTA NO BRASIL

Se, na contemporaneidade, as culturas tradicionais sofrem as pressões da massificação da produção e do consumo de bens materiais e simbólicos, a ampliação do conceito de patrimônio, observada no decorrer do século XX, nos coloca frente a alguns desafios pertinentes a interpretação dos processos de patrimonização, cada vez mais numerosos no século XXI.

Como salientamos anteriormente, a prerrogativa da extensão do reconhecimento de bens dos mais diversos grupos nos impõe a tarefa de pensar sobre a intensidade da relação que se estabelece entre o desenvolvimento, a preservação das identidades e dos patrimônios culturais e ambientais. Nesse âmbito, caber-nos indagar: a banalização do patrimônio cultural material e imaterial estaria relacionada ao desenvolvimento de planos estratégicos de crescimento econômico, acionados a partir de políticas voltadas para o turismo nacional e/ou internacional? Mesmo que essa resposta seja afirmativa, não podemos negar que a multiplicação das identidades decorrente do descentramento dos sujeitos no mundo globalizado parece estar contribuindo paradoxalmente, por um lado, para a valorização de patrimônios e historicidades locais e, por outro, para o esfacelamento de tradições, saberes e memórias de determinados grupos.

A preservação dos bens culturais a cargo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pressupõe ações de identificação, catalogação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais em todo território brasileiro. Apesar das incontáveis reestruturações administrativas que marcaram a atuação desse órgão desde a sua criação no Governo Vargas, seus objetivos e métodos de ação ficaram a mercê de disposições legais que limitavam os direitos da propriedade privada, fundamentadas na tradição do Direito romano.

Ademais, a princípio, a legislação ignorou a contribuição de outras etnias no processo de formação da identidade nacional, negligenciando não só as culturas consideradas "inferiores", como as manifestações arquitetônicas e artísticas dos imigrantes europeus brancos que se instalaram em várias partes do extenso território brasileiro. Aliás, além dos costumes e rituais próprios dessas etnias, as suas formas de celebrar a

---

<sup>13</sup> Como salientou Arantes (2007, p. 9-14), o perigo de ações desse tipo reside no fato de que a execução tais projetos determinam "mudanças técnicas, estéticas e gerenciais" de modo a adequar a produção artesanal a essas demandas do mercado.

vida também deveriam merecer a proteção do Estado, mas não foi isso que ocorreu.

O prestígio adquirido pelo amplo leque de bens culturais materiais e imateriais relacionados aos saberes populares alargou a concepção de patrimônio, agora norteadas pela aceção de diversidade cultural, étnica e religiosa do nosso país. Para tanto, foram fundamentais as contribuições de Aloísio Magalhães à medida que ele promoveu viagens e debates sobre a cultura e o patrimônio em distintas áreas do país, entre os anos setenta e oitenta do século XX (KERSTEIN, 2000).

Sem dúvida, a legislação destinada à proteção do patrimônio histórico brasileiro preteriu os bens culturais de etnias não-europeias que foram partícipes do processo de formação da identidade nacional. No entanto, as políticas públicas de preservação adotadas nas últimas décadas do século XX pautaram-se pela expansão do conceito de patrimônio, atualmente compreendido como os bens de caráter natural, imaterial e material, móvel ou imóvel.

Em outros termos, lembramos que no decorrer da década de 1980, o IPHAN passou a reconhecer também outros "espaços de convívio", "modos de viver de distintas comunidades". A guisa de exemplo cabe lembrar o caso do reconhecimento de estações de trem, mercados municipais e de terreiros de culto afro-brasileiro. A relevância dessa medida se justifica pelo fato de que representou um divisor de águas nas ações do IPHAN. Até 1982, os tombamentos efetuados por esse órgão voltaram-se apenas para os monumentos e edifícios de significativos sob a ótica do culto e da religiosidade de tradição católica romana.

Este fato está diretamente vinculado às bases históricas da colonização e dos processos de evangelização que tenderam a inculcar "padrões universalizantes e de modelos ocidentais de organizações societárias". O etnocentrismo europeu estimulou uma cisão imaginária entre os povos "desenvolvidos" e os "subdesenvolvidos", reforçada pela noção de modernidade, considerada "triunfo da razão" e responsável pelo aniquilamento de identidades e tradições das práticas ocidentais.

A despeito dos efeitos da colonização e da globalização (devidamente contextualizados), vale lembrarmos que no mundo atual (globalizado), uma linha tênue delinea o diferencial entre os indivíduos e seus respectivos grupos, encurta as distâncias e afiança vínculos de pertença. As afinidades entre os sujeitos e os lugares nos quais circulam e atuam tendem a agrupá-los e identificá-los com a preservação de determinados bens culturais, sejam eles tangíveis ou intangíveis. Daí a multiplicidade de reivindicações no sentido da preservação de saberes, tradições e celebrações dos mais diversos grupos, étnicos, religiosos, sexuais, profissionais, entre outras designações – num amplo processo de patrimonização da cultura.

Nesses termos, o conceito de multiculturalidade pressupõe um sentido simbólico, mas parece concretamente esvaziado de significado na sociedade globalizada, enquanto a aceção de patrimônio cultural pressupõe, cada vez mais, o emblemático respeito à diversidade cultural e a biodiversidade.

A perspectiva de salvaguardar patrimônios naturais e bens culturais, de promover a reabilitação de sítios históricos e das atividades desenvolvidas pelas comunidades que ali vivem têm resultado em experiências peculiares. Tais iniciativas são pautadas pelo incremento do turismo ou pelo desenvolvimento sustentável recomendados por organismos internacionais. Talvez, a integração simultânea das atividades turísticas às políticas e desenvolvimento possa contribuir para a reafirmação de códigos visuais preciosos para validar identidades culturais, desde que busque integrar a população residente ao "legado vivo" de sua(s) história(s), memória(s) e identidade(s).

O impasse a ser superado, anteriormente comentado, diz respeito ao fato de que estratégias de gestão desta natureza visam a inclusão social por meio da inserção das comunidades no circuito turístico e fomentam a comercialização de bens culturais que tendem a atender as demandas do mercado e, como tal, acabam disseminando técnicas que padronizam as produções artesanais e alteram as etapas tradicionais da confecção de tais artefatos. Não obstante, nos remetem as questões que tangenciam a problemática da globalização, fenômeno que simultaneamente impulsiona a homogeneização das técnicas produtivas, impõe padrões estéticos e juízos de valor centrados nos referenciais da cultura ocidental. Mas, contraditoriamente vem suscitando o desejo do homem moderno retomar heranças culturais que deixou escapar através dos tempos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

As políticas de preservação dos bens culturais enfrentam não poucos dilemas: enquanto alguns estudiosos do patrimônio afirmam a necessidade de reestruturação dos centros urbanos caracterizados como áreas decadentes e marginais, com base no patrocínio do crescimento local pautado por ações devotadas a criar serviço e renda, ou seja, por estratégias do desenvolvimento sustentável. Outros especialistas refutam essa idéia por considerar que tais práticas suscitam o fenômeno da gentrificação e produzem uma cidade cada vez mais desigual. Sob este prisma, alertam para o fato de que tal fenômeno promove a exclusão da população pobre das áreas revitalizadas a favor dos interesses econômicos dos segmentos mais abastados, e também, propicia a apropriação das culturas tradicionais, tomadas apenas como mercadorias ou meios de captação de recursos financeiros.

A desigualdade e o limitado acesso aos espaços públicos e aos equipamentos urbanos, seguramente, afetam a população mais carente. Esses efeitos redundam na privatização das áreas distinguidas como patrimônios culturais nacionais ou da humanidade, culminando com impedimentos ao exercício da cidadania. Diante de tal impasse, talvez seja apropriado investirmos em propostas de educação patrimonial e ambiental, bem como em "reabilitações" centradas na idéia de promover a identidade coletiva e a apropriação dos bens naturais e culturais (tangíveis e intangíveis) por parte da população residente. Ressaltando sempre que a proteção dos bens patrimoniais da humani-

dade demanda a consciência da preservação e a superação das cisões entre os bens criados pela natureza e aqueles produzidos pelo homem, sem que se perda de vista que bens imateriais não podem ser desvinculados de sua materialidade e vice-versa. Além disso, muitos produtos artesanais só poderão continuar a ser moldados pelas mãos humanas se as "matérias-primas" que lhes dão forma forem devidamente extraídas e/ou cultivadas. O barro, as fibras, as misturas, os pigmentos são frutos de um ecossistema equilibrado.

Logo, asseveramos que o êxito ou não das políticas públicas de preservação dos bens tangíveis ou intangíveis está diretamente articulada a história que se pretende perpetuar e com o futuro que se deseja para o planeta.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio. "O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda". In: DaCultura, ano IV, n. 7, p. 9-14. Disponível em <<http://www.funceb.org.br/revista7/04.pdf>>. Acessado em agosto de 2007.

BOSI, Alfredo - Dialética da Colonização. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

CARRIÓN, Fernando. La ciudad construída. Urbanismo en América. Quito: Facultad Latinoamericana de Ciências Sociais-Junta de Andalucia/ Rispergraf, 2001.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CASTELNOU, Antonio Manuel Nunes. Cidade e natureza: uma introdução ao tema. Impulso. Unimep, v.17, n.44, 2006, p.17-30.

CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

\_\_\_\_\_. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Edunesp/Estação Liberdade, 2001.

COULOMB, René. Modelos de gestión en centros históricos de América Latina y Caribe. En busca de la integridad, la gobernabilidad democrática y la sostenibilidad. In: CARRIÓN, Fernando. La ciudad construída. Urbanismo en América. Quito: Facultad Latinoamericana de Ciências Sociais-Junta de Andalucia/ Rispergraf, 2001.

FALCÃO, Andréa. Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares. Rio de Janeiro: IPHAN – CNFCP, 2005.

FENELON, D. R. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.) O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

FOLADORI, Guillermo. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas: Imprensa Oficial/UNICAMP, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra C. A. O Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERRERO PRIETO, Luis César. El patrimonio histórico o la riqueza de las regiones. In: Turismo Cultural: o patrimônio histórico como fuente de riqueza. Fundação de Patrimônio. Histórico de Castilla y Leão, Valladolid, 2000.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) Cidade n. 23. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, MEC, 1994.

KERSTEN M. S. A. Os rituais do Tombamento e a escrita da História: Bens Tombados no Paraná entre 1938 - 1990. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

MARIN GONZÁLES, José. Globalização, neoliberalismo, educação e diversidade cultural. In: PELEGRINI, Sandra C. A. e ZANIRATO, Silvia H. Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica. Maringá: EDUEM, 2005.

NUÑEZ, Eloy Martos. Del patrimonio tangible al intangible: por el valor de la palabra.

BARBOSA, M. H. S.; RETTENMAIER, M.; RÖSING, T. M. K. (org.). Leitura, identidade e patrimônio cultural. Passo Fundo: EPF Editora Universitária, 2004.

ODUM, Eugene P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio cultural: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

\_\_\_\_\_ O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. *Patrimônio e memória*. FCLAs-UNESP, v. 3, n. 1, 2007.

\_\_\_\_\_ World Heritage Sites: Types and Laws. PEARSALL, Deborah M (ed.). *Encyclopaedia of Archaeology*. Oxford: Elsevier Ltd, 2007. MS number 323..

\_\_\_\_\_ Cultura e Natureza: Os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, 2006.

\_\_\_\_\_ Cultura e Patrimônio Histórico. Estratégias de preservação e reabilitação da paisagem urbana. *Latinoamérica*. *Revista de Estudios Latinoamericanos*, n. 38, 2004. PELEGRINI, Sandra C. A. e FUNARI, Pedro Paulo. *O Patrimônio Cultural Imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

URIARTE, Urpi Montoya. *Intervenções recentes em Centros Históricos: as políticas de recuperação dos Centros Históricos de Salvador, Lima e Quito*. *Cadernos do CEAS*, n. 208, nov./dez. 2003.

## FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. *Constituição Federal Brasileira*, 1988.

BRASIL. Decreto no. 3551, 2000. In: *O Registro do Patrimônio Imaterial. Dossiê final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial*. Brasília: IPHAN, 2000.

ICOMOS. *Declaração do México*. Conferência mundial sobre as políticas culturais, 1985.

IPHAN. *Legislação Brasileira de Proteção aos Bens Culturais*. Ministério da Educação e Cultura, 1976.

\_\_\_\_\_ *Relatório do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*, 1998.

UNESCO. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*, 1972.

\_\_\_\_\_ *Convenção para a salvaguarda do patrimônio imaterial*, 2003.

\_\_\_\_\_ *Declaração universal da Unesco sobre a diversidade cultural*, 2001.

# RESUMOS ESTENDIDOS



# O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNs)

Tatiana Colasante<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho teve por objetivo analisar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Geografia, documento que norteia a educação escolar brasileira, a fim de verificar os conteúdos indicados para as séries finais do ensino fundamental. A partir desta análise, foi verificado se o conteúdo do currículo escolar na disciplina de Geografia aborda as questões culturais e, principalmente, o patrimônio histórico-cultural, visto ser este um importante registro da memória social.

Partindo do pressuposto que a ciência geográfica aborda as questões inerentes à sociedade e ao espaço, a cultura enquanto manifestação social e possuidora de materialidade é passível de ser estudada pela Geografia, embora esta ainda careça de estudos mais elaborados sobre a temática.

**Palavras-chave:** Parâmetros Curriculares Nacionais; ensino de Geografia; patrimônio histórico-cultural.

## INTRODUÇÃO

O entendimento da constituição das cidades pode ser analisado sob diversas perspectivas, através dos múltiplos olhares que a Geografia nos proporciona. Uma destas perspectivas seria a dimensão cultural do espaço. Embora tenha essa possibilidade, os estudos voltados para esta área ainda se mostram limitados.

Por adquirir uma forma, manifestada no espaço, a cultura possui uma grande relevância na organização sócio-espacial das cidades, de tal maneira que seu estudo é imprescindível na sociedade contemporânea. Ao entender que as questões culturais não podem ser restritas a uma disciplina específica, é interessante ressaltar as possibilidades de abordagem em diferentes campos de estudo, como na Geografia, que ainda se mostra de certa maneira negligente nas questões culturais do espaço nos estudos acadêmicos e, também nas escolas.

## AS QUESTÕES CULTURAIS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Para Corrêa e Rosendahl (2005, p. 101), a dimensão territorial do Brasil, as rápidas e

---

<sup>1</sup> Estudante do 5º ano do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina.

intensas transformações econômicas, sociais e culturais, “[...] que alteram a distribuição espacial da população, valores, hábitos e crenças, a paisagem cultural e os significados atribuídos à natureza e às formas socialmente produzidas” contribuem para que o país seja um amplo campo de estudos para as questões culturais na Geografia, embora os estudos ainda se mostrem escassos frente a este potencial.

As cidades se constituem em locus da memória, pois são compostas de diversos objetos geográficos, concebidos intencionalmente tanto na sua função quanto na sua espacialidade. Alguns destes objetos acabam permanecendo na paisagem como rugosidades, resquícios de formas anteriores, que “[...] nos trazem os restos de divisões de trabalho já passadas [...], os restos dos tipos de capital utilizados em suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 1996, p. 113). Sendo assim, possuem um valor histórico e cultural relevante, importantes para as memórias coletiva e individual, através das quais se constrói a identidade de um determinado grupo social.

Neste aspecto, Abreu (1998) argumenta que a Geografia tem muito a contribuir para a discussão e recuperação da memória das cidades. Entretanto, para que esta contribuição seja efetiva, o autor afirma que algumas barreiras interdisciplinares sejam superadas, como o fato da Geografia ser legada a estudar o apenas o presente. Com a instituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais, documentos elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de orientar o currículo escolar brasileiro, a interdisciplinaridade foi destacada na Educação Básica, através dos temas transversais (BRASIL, 1998): Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Importante destacar dois desses temas transversais que possibilitam o estudo do patrimônio histórico-cultural nas escolas e a conseqüente adoção de projetos de Educação Patrimonial: a Pluralidade Cultural e o Meio Ambiente.

Estruturalmente, os PCNs para o Ensino Fundamental, dividem as séries em ciclos. O terceiro ciclo engloba a 5ª e a 6ª série e um dos conteúdos indicados para a disciplina de Geografia é o Eixo 3: O Campo e a Cidade como formações sócio-espaciais. Neste eixo, existe uma abordagem do espaço como acumulação de tempos desiguais, na qual são sugeridos alguns itens para trabalhar este tema, como: os monumentos e museus como referência histórica para a compreensão das transformações do espaço; a diversidade dos conjuntos arquitetônicos urbanos como referências na compreensão da evolução das formas e estruturas urbanas; as cidades históricas brasileiras e sua importância para o turismo; as feiras livres como forma de sobrevivência do passado; as festas e as tradições do folclore brasileiro como resistências e permanências dos traços de nossas identidades regionais etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os PCNs, verificou-se que existe a necessidade da abordagem da cultura e valorização das singularidades locais através dos Temas Transversais. No currículo de

Geografia, o entendimento do espaço como acumulação de tempos desiguais permite uma abordagem do patrimônio histórico-cultural, geralmente resquícios de técnicas passadas. Assim o novo e o velho fundem-se em uma mesma paisagem. A Geografia enquanto ciência, que tem no espaço geográfico seu objeto de estudo, ainda se mantém restrita a outras abordagens culturais do espaço que não as questões patrimoniais. Porém, salienta-se a importância de abordagem do tema nas escolas, em virtude da possibilidade de se contribuir para a conservação da memória das cidades.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal, v. XIV, p. 77-97, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: geografia. Brasília: MEC, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. A Geografia Cultural no Brasil. Revista da Anpege, Ponta Grossa, n. 2. , 2005, p. 97-102. Disponível em: <<http://www.anpege.org.br>>. Acesso em 19 ago.2009.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. Hucitec: São Paulo, 1996.

# A CONTRIBUIÇÃO DAS FESTAS PARA A ECONOMIA E CULTURA DAS COMUNIDADES

Alini Nunes de Oliveira

**Resumo:** A festa pode ser um espaço de intensas trocas simbólicas, pois articula os diferentes atores que dela participam, marcando a importância dos lugares associados às tradições locais e também à modernidade. A realização desses eventos pode proporcionar à comunidade envolvidas contribuições para sua economia, através de complemento na renda familiar ou até mesmo verbas para melhorias na comunidade; além de benefícios para a cultura, através do resgate de tradições e também de bem estar social, pelo reconhecimento por parte dos visitantes do seu local de vivência. Nos distritos rurais de Londrina, são realizadas várias festividades, com diferentes intenções, mas o objetivo principal está relacionado com a religiosidade, confraternização e benefícios econômicos.

**Palavras-chave:** festas - cultura - comunidades

A cultura, segundo Corrêa (1999) é um conjunto de técnicas, saberes, atitudes, ideias e valores, apresentando componentes materiais, sociais, intelectuais e simbólicos, que são transmitidos e/ou inventados, formando sistemas de relações entre os indivíduos, mas expressos diferentemente por cada um. Os valores e crenças são expressões que permitem compreender como certos grupos sociais se organizam no ambiente em que vivem. Para que elementos da cultura sejam conservados, em se tratando de aspectos materiais e imateriais, depende, em grande parte, da vontade de seus praticantes e também do interesse das entidades em tombá-los como patrimônio. O patrimônio é aquele que ainda sobrevive muito da cultura de um povo. Fazem parte do patrimônio cultural tanto as manifestações culturais materiais (monumentos, obras de arte, cidades, objetos pessoais de celebridades, etc.) quanto as manifestações culturais imateriais (saberes, músicas, festas, danças, crenças etc.). O patrimônio é construído socialmente e tem a participação tanto do saber erudito, como do saber de grupos populares. E cada localidade possui sua singularidade como marcas da diferenciação.

Conforme Bezerra (2008), por intermédio das festividades são celebradas as experiências e as representações identitárias locais, sendo uma das formas de afirmação das particularidades/singularidades, implicando numa redefinição das espacialidades e temporalidades das formas de festejar. É durante as festas que as pessoas atingem um alto grau de sociabilidade, ao mesmo tempo em que mostra a relação que estas têm com o seu meio, refletindo o que pensam e sentem, valorizando mais ou menos certos lugares.

A festa pode gerar a concretização de determinada identidade, pelo compartilha-

mento dos símbolos e significados que cada indivíduo possui em relação ao seu meio, ou seja, é o resgate da memória em relação ao tempo e espaço social (BEZERRA, 2008). A relação existente entre as comunidades e seu ambiente pode ser mediada pelas festas, por ser um momento de cooperação entre todos os envolvidos, objetivando um bem maior que é a satisfação coletiva.

Parafraseando Oliveira (2006), tanto nos pequenos distritos espalhados pela área rural quanto pelos bairros de grandes cidades como Londrina, a festa é um momento de repleto de significações no tempo-espaço vivido, sendo de cunho religioso, de entretenimento ou apenas de interesse econômico. Quando, em uma mesma comemoração, junta-se mais de um objetivo, a festa se torna território com uma multiplicidade de interesses e significados para os participantes.

O município de Londrina possui oito distritos administrativos: Lerroville, Warta, Irerê, Paiquerê, Maravilha, São Luiz, Guaravera e Espírito Santo, além dos patrimônios. A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, juntamente com a Secretaria de Cultura do município e as associações de moradores de cada distrito organizam festas rurais durante todo o ano, com um calendário que busca englobar todos os distritos que se mostram interessados em participar. Desde 2003, o projeto Festas Rurais é contemplado pelo PROMIC (Programa Municipal de Incentivo à Cultura) com recursos financeiros. A infraestrutura é custeada por esta verba e o dinheiro arrecadado durante as festividades provindo da venda de produtos beneficia as comunidades envolvidas, em alguns casos as próprias famílias se beneficiam, quando montam barracas particulares durante a festa. Em outros casos, a arrecadação é dirigida às obras na comunidade.

As festas, de maneira geral, incluem barracas com venda de comidas tradicionais do local, palco com atividades musicais, teatro, palhaços e dança, sendo todos artistas da região, que podem divulgar seus trabalhos. Os visitantes participam do almoço e existem atividades até o final do dia para entretenimento. A duração das festas depende de cada distrito, variando entre um a três dias de comemoração.

Com o objetivo de analisar quais são os benefícios e malefícios proporcionados pelas festas para a comunidade local e averiguar a participação dos visitantes, estão sendo realizadas algumas visitas às festas, para aplicação de questionários à população local envolvida com as comemorações e também com alguns visitantes. A partir disso, tem-se averiguado que a realização destas festas nas comunidades pode proporcionar benefícios para a cultura local, pois a comunidade passa a ser reconhecida pelos visitantes, o local passa a ser mais divulgado na mídia, saindo do esquecimento, como acontece com muitos distritos que estão distantes da sede do município. Além disso, momentos de lazer e socialização entre a comunidade e os próprios visitantes também são possíveis. Essa interação contribui para um enriquecimento dos costumes da população visitada e da população visitante. Sem contar a contribuição financeira que a realização destas festas traz, pois o dinheiro arrecadado com a venda dos produtos, grande parte das vezes, é revertido em melhorias na infraestrutura da igreja, da creche,

ou até mesmo investido na festa do próximo ano.

Nas festas rurais, estão cada vez mais presentes suas vinculações com a tradição e a modernização num só tempo, mas que continuam dinamizando a socialização e interações coletivas, tanto entre os integrantes da comunidade em si, como entre estes e os visitantes.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, A. C. A. Festa e cidade: entrelaçamentos e proximidades. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n° 23, p. 7-18, jan/jun de 2008.

CARVALHO, J. A. de S. (org). Festas rurais. Londrina, 2008. Trabalho não-publicado.

CORRÊA, R.L. Geografia cultural: passado e futuro – uma introdução. In: \_\_\_\_\_; ROSENDAHL, Z. (orgs). Manifestações da cultura do espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 49-58.

FERREIRA, L. F. O lugar festivo – a festa como essência espaço-temporal do lugar. Espaço e cultura, UERJ, RJ, n. 15, p. 7-21, jan/jun de 2003.

OLIVEIRA, C. D. M. A geografia das festas do interior: mediações culturais entre religiosidade, turismo e educação. In: SILVA, J. B. et al (orgs.). Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 127-137.

# ESTRATÉGIAS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE DO RIO GRANDE

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Carmem G. Burgert Schiavon (FURG)

**Resumo:** O presente trabalho originou-se a partir da execução do Projeto "Educação Patrimonial no Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal do Rio Grande (CDH-FURG): práticas pedagógicas e valorização dos bens culturais e ambientais junto a estudantes da educação básica rio-grandina", atividade desenvolvida pela FURG desde março de 2009, a qual objetiva a implantação de um Programa de Educação Patrimonial na cidade do Rio Grande (RS). Seguindo esta orientação, por meio da metodologia da Educação Patrimonial, que abrange as etapas de observação, registro, exploração e apropriação, o Programa visa o estabelecimento de atividades interdisciplinares que gerem o (re) conhecimento e a valorização do patrimônio, da cultura e da história local. Desse modo, almeja-se com o desenvolvimento deste Programa de Educação Patrimonial, a inserção desta temática nos currículos escolares das séries iniciais do ensino fundamental na cidade do Rio Grande; a valorização da memória e da identidade cultural local; a melhoria da qualidade de vida e auto-estima das pessoas envolvidas no Programa; o florescimento de atitudes de cidadania e respeito ao patrimônio cultural, ou seja, a sensibilização da comunidade rio-grandina para a valorização dos seus bens ambientais e culturais.

**Palavras-chave:** educação patrimonial, patrimônio, memória, história.

Desde março de 2009 a Universidade Federal do Rio Grande, por intermédio de uma parceria entre as coordenações do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental e o Curso de Arquivologia, vem desenvolvendo o Projeto "Educação Patrimonial no Centro de Documentação Histórica da FURG: práticas pedagógicas e valorização dos bens culturais e ambientais junto a estudantes da educação básica rio-grandina". Neste sentido, destaca-se que o presente Projeto visa o estabelecimento de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo, tendo em vista que é a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, que o trabalho da Educação Patrimonial leva crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo

contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999: 06). Para atingir tais metas, em linhas gerais, o Projeto foi pensado para ser executado a partir de 4 (quatro) etapas principais<sup>1</sup>, a saber:

- 1) Realização de entrevistas com os professores da educação básica municipal da cidade do Rio Grande; tabulação e análise das informações levantadas para o estabelecimento das prioridades e as estratégias de execução do Projeto.
- 2) Elaboração de material de apoio, de caráter didático e informativo. Este é composto por curiosidades acerca do patrimônio ambiental e cultural da cidade do Rio Grande<sup>2</sup>.
- 3) Acompanhamento e atendimento aos alunos da educação básica municipal durante as visitas técnicas ao CDH-FURG.
- 4) Digitalização do acervo Coriolano Benício do CDH-FURG, constituído de recortes, anotações e prospectos sobre as atividades culturais – cinemas, teatros, clubes e circos – que existiram na cidade do Rio Grande ou a visitaram, no período de 1923 até 1982 e disponibilização do mesmo no site da FURG para que os professores da educação básica tenham ferramentas para dar continuidade à inserção da temática da Educação Patrimonial em suas aulas.

Com relação à primeira etapa do trabalho – momento em que houve a realização de entrevistas com alguns professores da educação básica municipal do Rio Grande (num total de uma amostragem de 77 educadores, os quais são representantes dos 7 Pólos da Educação Municipal local), a análise dos dados das entrevistas evidenciou o incipiente conhecimento acerca da temática do patrimônio cultural. Além desta constatação, 95% dos professores entrevistados solicitaram a realização de atividades de formação na área, pois acreditam que se forem capacitados, terão condições de por em prática um trabalho de exercício de cidadania direcionado ao conhecimento e à valorização do patrimônio ambiental e cultural da cidade do Rio Grande. A falta de material didático sobre o assunto constituiu outro ponto de destaque nas entrevistas dos professores, pois 93% dos professores apontaram este aspecto como um limitador para o a execução da Educação Patrimonial.

Diante destas constatações e mediante algumas parcerias, elaborou-se um Programa de Educação Patrimonial para a cidade do Rio Grande e, como as escolas mu-

---

<sup>1</sup> Em virtude da suspensão das aulas da rede municipal de ensino – decorrente da gripe A1N1 –, o Projeto encontra-se na conclusão da segunda fase e início da terceira.

<sup>2</sup> Ressalta-se que, nesta etapa, estão sendo realizadas atividades educativas com os alunos da educação básica municipal rio-grandina, por meio de aulas práticas envolvendo a realização de trilhas ecológicas; passeios orientados a locais de aporte cultural e, também, a valorização da cultura local através de brincadeiras e jogos como palavras-cruzadas, caça-palavras, as sete diferenças, memória, recorte de personagens, pintura de desenhos e muito mais.

nicipais constituíram o foco inicial do trabalho, optou-se pela continuidade – de modo aprofundado – com o trabalho a partir da rede municipal de ensino. Nesta direção, a primeira iniciativa foi a montagem de um Curso de Formação, para os professores da rede municipal de ensino fundamental, voltado às principais dificuldades de trabalho apontadas na amostragem da pesquisa inicial (entrevistas). Considera-se que este será um momento não só de aprendizagem e formação, como uma oportunidade de troca de experiências e frutificações na área da Educação Patrimonial.

Desse modo, a própria metodologia da Educação Patrimonial será adotada por ocasião da implantação deste Programa, tendo em vista que ela proporciona o estudo do objeto cultural diretamente na fonte, propiciando deste modo, o desenvolvimento da afetividade, da valorização e do conhecimento por meio de uma relação cognitiva/afetiva, através de atividades de percepção/observação, registro, realização de estudo em outras fontes e recriação do objeto em análise (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999: 10). Assim, fazendo uso desta metodologia, objetiva-se a inserção da temática de Educação Patrimonial nos currículos escolares da educação básica da rede escolar municipal rio-grandina; o incentivo e o investimento na formação de professores acerca desta temática, tornando-os multiplicadores e agentes no processo de conhecimento e preservação do patrimônio ambiental e cultural e, por fim, todavia, não menos importante, a valorização da memória e da identidade cultural local.

## REFERÊNCIA

HORTA, Maria de Lourdes Parreira, et. alli. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

# O TURISMO E OS MUSEUS DE LONDRINA: UM BINÔMIO A SER DISCUTIDO

Jorge Henrique Moraes do Nascimento <sup>1</sup>

Talita Yumi Osawa <sup>2</sup>

Tamae Fukuda Maeda <sup>3</sup>

**Resumo:** O trabalho intitulado "O Turismo e os Museus de Londrina: Um Binômio a Ser Discutido" refere-se a uma pesquisa desenvolvida pelos alunos do curso de Turismo e Hotelaria da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, parte integrante de um projeto maior de Educação Patrimonial, o qual ainda se encontra em fase de desenvolvimento pelo professor orientador. Partindo do conhecimento da realidade de que os museus têm sido os grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico e turístico de muitas localidades, sobretudo de países da Europa e da América Latina, que vêm atraindo um número cada vez mais crescente de visitantes de todo o mundo, está fazendo com que os investimentos nesse segmento de mercado mereçam redobrados esforços por parte de seus governantes. Assim, esta pesquisa foi elaborada com o objetivo de investigar as razões e/ou as motivações que levam ou não a comunidade londrinense a visitar os museus da cidade.

**Palavras-Chave:** Turismo, Museus, Educação, Patrimônio Cultural.

Museus são instituições muito valorizadas e freqüentadas, principalmente nos países da Europa e da América Latina, sendo a visita a esses lugares um hábito, uma tradição, que já faz parte do cotidiano da vida dessas pessoas. No entanto, no Brasil, para muitos, essa realidade parece ainda estar muito distante de se constituir num hábito, fazendo com que muitas dessas instituições, espalhadas por todo o país, estejam até mesmo fadadas a desaparecer.

As transformações tecnológicas, econômicas e sociais das últimas décadas, que, por um lado, têm proporcionado benefícios e avanços em nossa sociedade, por outro, vêm provocando transtornos de ordem mundial, causando profundos impactos no universo dos museus.

A recessão mundial ocasionou cortes bruscos nos orçamentos da área cultural e, no que diz respeito às instituições museológicas, calcula-se que a perda tenha sido entre 20% e 80% em termos mundiais. Em contrapartida, por mais paradoxal que seja, a freqüência aos museus vem aumentando cada vez mais.

---

<sup>1</sup> estudante – Turismo e Hotelaria - UNOPAR

<sup>2</sup> estudante – Turismo e Hotelaria - UNOPAR

<sup>3</sup> Prof<sup>a</sup>. Ms. – orientadora – Turismo e Hotelaria – UNOPAR

Assim, os museus tiveram que, de alguma forma, se adaptar e enfrentar essa dura realidade partindo em busca de novos recursos como o de encontrar novas formas de sobrevivência sob pena de se tornarem em instituições em vias de extinção. Tal situação, no entanto, não significou desvirtuar o seu grande potencial de instituição comprometida com os ideais de natureza educativa e de preservação da grande herança patrimonial da humanidade em seus mais distintos campos do saber. E, nesse sentido, a grande opção foi, sem dúvida, a mais acertada – sair em busca de outros segmentos de públicos que estavam ou ainda estão afastados destas instituições. Entretanto, fazia-se necessário conhecer antes este público em suas diferentes peculiaridades, expectativas e anseios.

Como resultado, o museu, ao conhecer o seu público, através de pesquisas específicas, passou a reconhecer que esta instituição também precisa de alterações. E muitas delas teriam que ser feitas de dentro para fora tais como as mudanças em seu discurso museográfico, tornando-o mais acessível, o incremento de novos programas de atendimento ao público em suas mais distintas faixas etárias (não somente o escolar), e oferecendo novos atrativos (lojas de suvenires, livrarias, cafeterias, restaurantes), que tornassem o museu efetivamente uma referência enquanto local de lazer, educação e pesquisa.

Muitas destas transformações que estão sendo efetivamente feitas pelas instituições museológicas poderão, sem dúvida alguma, sinalizar novas perspectivas de atuação, especialmente se levarmos em conta o público relacionado com o turismo cultural.

A relação entre os museus e o turismo cultural passa a ser de fundamental importância, especialmente quando se leva em conta a própria definição do que se compreende por museu segundo o Conselho Internacional de Museus – ICOM – “Museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu meio, para fins de estudo, educação e lazer”. Nesta definição do ICOM, incluem-se também espaços tais como o zoológico, jardim botânico, aquários, sítios arqueológicos e históricos.

Nesse contexto, é interessante observar o que comenta Amaral (2003, p. 10):

Há algumas décadas, os museus fazem parte da atração principal do chamado turismo cultural. Isso é evidente, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, onde existe uma cultura sedimentada de visita aos museus. Assim, o Museu do Louvre, o Museu do Prado, o Museu Britânico, o Museu Egípcio (em Londres) já são atrações tradicionais, consagrando-se como parte do processo de formação educacional desses mesmos povos.

Além disso, alguns autores europeus, sobretudo aqueles ligados à sociologia, situ-

am a visitação aos museus como um hábito relacionado à sociedade do ócio. Desse modo, os museus serviriam aos distintos públicos nos momentos em que estes não estivessem vinculados ao mundo do trabalho e que, devido à diminuição da jornada de 40 horas semanais poderiam dispor de seu tempo para a visitação a essas instituições.

Todavia, no Brasil, a cultura e o turismo, equivocadamente, foram considerados dois mundos distintos; e isto porque, historicamente, os homens de cultura manifestaram sempre certa relutância frente aos temas do comércio e do dinheiro, como se fossem realidades estranhas entre si. De um modo mais amplo, o mundo da preservação patrimonial – onde estão inseridos os museus – foi sempre percebido como uma função do Estado e o turismo como objeto exclusivo da iniciativa privada. Até bem pouco tempo, os museus acolhiam o público escolar com uma grande simpatia, uma vez que estavam apenas preparados e acostumados com esse segmento de público, e com frequência apenas toleravam a presença de grupos de turistas em seus espaços.

Atualmente, os museus brasileiros estão despertando sua atenção também para este público e passaram a pensar em estratégias de ações voltadas para a conquista de mais este segmento tão importante e que poderá se tornar um fenômeno de massas, da mesma forma como ocorre nos Estados Unidos e na Europa.

O objetivo principal desta pesquisa, portanto, foi o de investigar as razões e/ou motivações que levam ou não a comunidade londrinense a visitar os museus da cidade, verificando também outras variáveis tais como conhecimento da existência de museus, a frequência das visitas, conceitos que a mesma tem sobre os museus, a participação dos museus no incremento e desenvolvimento turístico da cidade, entre outras.

A fim de atingir os objetivos propostos, foi elaborada uma pesquisa exploratória, utilizando, como instrumento de coleta, um questionário contendo questões abertas e fechadas, o qual privilegiou as variáveis de caráter qualitativo e quantitativo, cujos resultados foram analisados e classificados para, posteriormente, serem apresentados na forma de gráficos.

Esta pesquisa foi elaborada a partir da suposição de que o povo brasileiro, mais especificamente o povo londrinense, não tem o hábito de fazer visitas aos museus da cidade. E os resultados, de fato, confirmaram essa hipótese.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. Reflexões sobre o papel educativo dos museus. *Revista Humanidades, Fortaleza*, v. 18, n.1, p. 9-16, jan/jun., 2003.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O direito à memória*. São Paulo: Deptº. Municipal

do Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal da Cultura/Prefeitura Municipal de São Paulo, 1992.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs). Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Contexto, 2001.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Museus e Turismo numa sociedade em mudanças: perfil, potencialidades e perspectivas. Unibero, São Paulo, 2001.

# HISTÓRIA E MEMÓRIA

Cyntia Simioni França<sup>1</sup>

**Resumo:** O trabalho titulado "História e Memória" refere-se a um projeto ainda em andamento, desenvolvido pelo Programa Viva Escola, financiado pelo Governo do Estado do Paraná. Os alunos participantes pertencem a Escola Estadual João Rodrigues da Silva, situada em Londrina, onde sou professora da disciplina de História, totalizando 25 alunos da quinta-série que vão até a escola no período do contraturno para o desenvolvimento das atividades propostas. A presente pesquisa tem por objeto possibilitar um resgate da história local desenvolvendo conceitos como memória e patrimônio. Será realizado um estudo sobre a história do bairro em que a escola está instalada, devido à importância de resgatar as memórias individuais e coletivas e os documentos históricos como fonte histórica no processo de construção do conhecimento. Ao final do trabalho será realizada uma exposição com painéis, imagens e depoimentos orais que serão os resultados do trabalho empírico dos alunos tanto para a escola como para comunidade escolar e que será disponibilizado para consulta posteriormente, pois fará parte do acervo da instituição.

A Secretaria de Estado da Educação – SEED do governo do Estado do Paraná por meio do Programa Viva Escola desenvolve, a partir de 2009, projeto titulado "História e Memória". Este projeto partiu da necessidade do estudo da história local junto à disciplina de História, pois entendemos que com essa pesquisa estaremos atendendo a necessidade do resgate da memórias individuais e coletivas, que possibilitará atividades que possam ser desenvolvidas em outros espaços sociais, além dos muros escolares e a preocupação em partir da realidade do aluno bem como do seu cotidiano com o objetivo de atender as propostas das Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná da disciplina História, nos seguintes aspectos: possibilitar ao aluno a observação da sua própria realidade, fazendo relações com o seu passado a partir do presente; desenvolver ao aluno o domínio das noções de tempo e espaço; levar o aluno partir do seu próprio cotidiano, para compreender os problemas de sua comunidade.

É neste sentido que pensamos em trabalhar com os alunos do Ensino Fundamental da Escola Estadual João Rodrigues da Silva, visando a reflexão histórica, a partir de atividades que poderão ser desenvolvidas a partir da reconstituição da histórica local, colecionando fatos, contação de histórias e objetos da comunidade próximas a eles. Desta forma, possibilitaremos que o aluno entenda o homem comum, e não apenas o herói,

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social com ênfase na linha Ensino de História. Professora da Rede Estadual de Ensino e docente da Unopar .

como agente da história, permitindo que participe da realidade em que vive ao mesmo tempo em que produz o seu próprio conhecimento, não sendo apenas um mero espectador, mas tendo conhecimento da sua região e um sujeito histórico atuante para que possa atuar em sua comunidade na busca da transformação social. Ampliando dessa maneira os sujeitos históricos, que não ficariam restritos apenas a História dos grandes heróis ou das nações, como na historiografia tradicional, mas colocaria cada um de nós como produtor dela e levaria o aluno a considerar as diversas temporalidades: o das pessoas entrevistadas, relatando a história da sua região, ou seja, das pessoas comuns a fim de que possa trabalhar a partir da perspectiva da historiografia pertencente a Escola dos Annales. Parte-se da idéia de que há diversas possibilidades de compreensão da história, portanto, ao trabalhar com essa temática, será abordado os aspectos sociais, políticos, culturais ou econômicos, de acordo com os interesses dos alunos.

Assim iniciaremos o projeto possibilitando ao aluno a leitura de uma bibliografia com embasamentos teóricos voltados para os seguintes assuntos: história, memória, patrimônio. Além de filmes relacionados com os temas e visitas ao Museu Histórico e locais considerados como patrimônios históricos do bairro e da cidade em geral.

Estaremos também atendendo aos objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais de história, no sentido de entender o aluno como sujeito do processo de construção do conhecimento; desenvolvimento com os alunos das noções de alteridade e temporalidade na sociedade no decorrer do tempo.

Dessa forma buscamos contribuir para que os educandos reconheçam as diversas relações sociais, econômicas, culturais e políticas e ainda compreendam que estas podem ser alteradas. Para isso, terão contatos com diversas fontes históricas que vão desde as orais até escritas. Sendo assim utilizaremos de imagens, jornais, revistas, objetos históricos entre outros. Além disso, possibilitaremos que os alunos desenvolvam métodos de pesquisa para que a sala de aula seja um local de investigação.

Ao final do projeto pretendemos construir um blog<sup>2</sup> para a disponibilização das fotos dos objetos investigados e das imagens locais selecionadas pelos alunos bem como as análises relacionadas com o passado e o presente a fim de compreenderem as permanências e transformações ocorridas no bairro investigado. Ainda serão apresen-

---

<sup>2</sup> O blog são páginas pessoais, em formato de diários, trazendo links para outros blogs ou temas específicos. Consistem em publicações de conteúdos como textos, links, fotos, poesias, idéias, notícias etc... de forma cronológica como um jornal, ficando arquivado por um período determinado, através do próprio browser tornando-se mais fácil criar e publicar uma página Web como espaço pessoal, que faz do weblog mais que uma ferramenta tecnológica, mas uma forma de inclusão na comunidade Web. Construídos com parágrafos pequenos, igual a uma homepage, com a vantagem de veiculação da informação em tempo real, numa maior possibilidade de interação com o leitor, que pode emitir sugestões, comentários e críticas. Na escola podem ser utilizados como um jornal acadêmico, um espaço de reflexão e discussão dos estudantes; expressão de opiniões, poesias, narrativas, relatórios sobre projetos em andamento, além da publicação de fotos, vídeos e desenhos.

tados os relatos orais e os vídeos elaborados pelos alunos durante o desenvolvimento da pesquisa.

A divulgação do projeto finalizado e do material coletado ocorrerá através de exposição para a escola e comunidade local no final do ano letivo, através de painéis com exposição de imagens, transcrição de entrevistas e apresentação oral.

## REFERÊNCIAS

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória Coletiva e História Científica. Revista Brasileira de História: Espaço Plural. São Paulo: Marco Zero, vol. 14, nº 28, 1994, pp. 180-193.

KNAUSS, P. Sobre a norma e óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKI-TIUK, S. M. L. (Org.). Repensando o ensino de história. São Paulo: Cortez, 1996.

LE GOFF, Jacques et al. A nova história. Lisboa: Edições 70, 1984.

MICELI, Paulo. O Mito do Herói Nacional. São Paulo: Contexto, 1989.

NADAI, Elza; BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Repensando a Noção de Tempo Histórico no Ensino. In: PINSKY, Jaime (Org.). O Ensino de História e a Criação do Fato. São Paulo: Contexto, 2000.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. BITTENCOURT, Circe (Org.). O Saber Histórico na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 1997 PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes curriculares de história para a educação básica. Curitiba: SEED, 2006.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

SILVA, Marcos A. História: O Prazer em Ensino e Pesquisa. São Paulo: Brasiliense, 1995.

# O PARQUE ARTHUR THOMAS EM LONDRINA/PR: CONFLITOS POLÍTICO-SOCIAIS REFERENTES À UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.

Carlos Roberto Ballarotti<sup>1</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa está sendo efetuada no Programa de Mestrado em História Social da UEL, sob orientação do Professor Dr. Jozimar Paes de Almeida. O objeto de estudo deste trabalho é o Parque Arthur Thomas, localizado na região sul da cidade de Londrina no Paraná. Considerado pela legislação brasileira como uma unidade de conservação ambiental, o parque apresenta vários aspectos que estão sendo pesquisados, tais como, a sua história, a legislação referente à sua criação e, também, os conflitos e relações existentes no local que expressam um conjunto de forças político-sociais em tensão que gestam este espaço. Como este trabalho trata de uma pesquisa em andamento, apresentamos alguns aspectos referentes ao primeiro capítulo, no qual, debatemos a dicotomia entre cidade e sertão e do paradoxo sociedade e natureza. Privilegiamos nesta análise as várias formas de apropriação e as dificuldades enfrentadas pela área verde existente dentro dos limites de uma cidade em expansão, sendo que, a pressão exercida pelo meio urbano, afeta direta e indiretamente o ecossistema que sobrevive dentro do parque, além do cotidiano da população limítrofe.

**Palavras-chave:** História Ambiental, Cidade de Londrina, Unidade de Conservação.

Quando nos deparamos com uma cidade do porte de Londrina-Paraná<sup>2</sup>, poucas vezes paramos para refletir como a cidade foi criada e como o homem alterou rapidamente este espaço. Em menos de meio século as empresas colonizadoras no Paraná ocuparam suas terras, derrubaram suas matas, construíram cidades, estradas e campos para plantações.

Poderíamos supor que, nestas transformações, nunca existiram conflitos, pois, publicações da década de 30 até o início dos anos 60, como as feitas pela Revista Brasileira de Geografia, levavam a crer que estas terras não eram ocupadas por índios e posseiros, sendo que, o colonizador apenas necessitou tomar posse deste espaço. Não consideramos, também, os conflitos gerados entre o homem e a natureza, nos quais, o colonizador acabou por destruir a floresta e os animais da região, sobrando para a posteridade algumas "ilhas" de vegetação nativa.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Londrina

<sup>2</sup> A cidade de Londrina, localizada no norte do Estado do Paraná, com apenas 74 anos de existência, possui, segundo dados do IBGE em 2008, uma população estimada em 505.184 habitantes.

Se o primeiro grande passo para uma re-colonização seria o do alargamento da fronteira, apropriando-se de terras, nas quais, seus antigos ocupantes são expulsos ou aniquilados, o segundo passo seria o controle do novo ambiente, a domesticação da natureza.

Na região que compreende a cidade de Londrina, a grande tarefa que se encontrava era a dominação sobre a grande floresta.

Para o pesquisador Lucio Tadeu Mota (MOTA, 1994, p.51) a ideologia corrente, alimenta um conceito de natureza externa à sociedade, à espera de ser possuída. No norte do Paraná e depois no oeste do estado estas terras estavam aguardando a sua inclusão no processo de produção da sociedade industrial moderna. Mota comenta sobre a visão dualista sobre a natureza no imaginário do Brasil. Hora a natureza tem a sua concepção edênica, em outra hora, seria a do inferno. No caso paranaense a floresta era associada à hostilidade.

Assim, aquela floresta repleta de perigos, através do trabalho do colonizador, se transforma em terra fértil, no nosso caso, em terra roxa, pronta para produzir colheitas fartas. A natureza domada pelo homem agora esta preparada para servi-lo, e este a modifica de algo hostil para algo idolatrado.

Para Arruda, que trabalhou com os conceitos de cidade e sertão, o ideário da cidade, é que, ela é considerada moderna, progressista, lugar que expressa os padrões da moderna democracia, no qual, os cidadãos vivem e atuam livres e conscientemente. O sertão é considerado arcaico, violento, portanto, um lugar que não existe a possibilidade de ação política de cidadãos livres e conscientes. (ARRUDA, 2000, p.18)

Conforme Cardoso (CARDOSO, 1998, p. 13), a construção da cidade acaba por distanciar o homem da natureza, a casa e no mais geral a arquitetura abrigam as pessoas, contudo, criam barreiras entre as pessoas e conseqüentemente com o meio ambiente natural.

Tratores, caminhões, ferrovias, gado, café, trabalho e milhares de pessoas transformaram o sertão. Como cita Arruda, os restos desta lembrança estão pendurados na memória, espalhados pela rua, nos prédios vazios das antigas máquinas de café, mas também, estão presentes em alguns poucos territórios que simbolizam que aqui antes da cidade, existia uma área coberta por florestas.

Estas áreas como o Parque Arthur Thomas, tentam sobreviver, tanto fisicamente, como na memória do seu povo.

O Parque Municipal Arthur Thomas, criado e destinado inicialmente para a implantação de área de lazer no Município de Londrina, constitui hoje, uma das poucas áreas de preservação permanente existentes na área urbana desta cidade. Além disso, a extensão do Parque compõe um sistema regulador do equilíbrio dinâmico dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do ribeirão Cambé, devido à quantidade de córregos existentes em seu interior. O Parque possui uma área estimada em 85,47 ha e foi transformado em Unidade de Conservação através do Ofício n. 376 de 26 de abril de 1994.

Depois da mudança total do espaço pelo homem, da destruição da floresta, da construção de cidades, do uso sem limites do solo para agricultura, a sociedade começa a rever seus antigos conceitos de dominação sobre a natureza e nos dias atuais volta-se para a preocupação com o meio ambiente, representado aqui pela continuação da existência de uma pequena faixa verde dentro da cidade de Londrina, o Parque Arthur Thomas.

Fomos capazes de ocupar territórios com vastos espaços e dominar a sua natureza. Edificamos grandes cidades e construções que parecem desafiar a lei da gravidade. Poderemos agora, com o conhecimento que produzimos, das relações sociedade e natureza nos aprimorarmos para produzirmos uma sociedade que possa, através de uma consciência histórico-ambiental, transformar nossas ações e hábitos em relação à natureza, ponderando sobre nosso ímpeto de consumo e rever nossas relações e o nosso lugar dentro do meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. Cidades e sertões: entre a história e a memória. Bauru-SP: Edusc, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Repensando a construção do espaço. Revista de História Regional. Ponta Grossa. UEPG, vol. 3, n. 1, verão de 1998. pp. 1-23.

LEÃO, M. C. O parque Arthur Thomas e a Usina do Ribeirão Cambé. Monografia. História. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 1996, pp.13.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Formação territorial e políticas ambientais no Brasil. In: RIBEIRO, Wagner Costa (org.). Patrimônio Ambiental Brasileiro. São Paulo: Edusp, 2004, pp.79-87.

MOTA, Lúcio Tadeu. Construção do vazio demográfico. In: As guerras dos índios kaingang. A história épica dos índios Kaingang no Paraná. (1769-1924). Maringá: Eduem, 1994, pp.07-59.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço. In: Americanos, representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. São Paulo: Humanitas, Belo Horizonte: Edufmg, 2000, pp.69-91.

# PROJETO ÁGUAS DA CIDADE – UMA EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE DE CAMBÉ-PR

Andressa Fontana<sup>1</sup>

Jonara Didonet<sup>2</sup>

Leandro Henrique Magalhães<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este trabalho relata os conceitos e experiências do desenvolvimento do projeto "Águas na cidade", realizado em uma escola pública, localizada no município de Cambé- PR. Partindo de conceitos vinculados a educação patrimonial, que devem servir como instrumento que garanta o direito à memória e a cidadania, envolvendo a comunidade e levando-a: a apropriar e usufruir do patrimônio, valorizar as histórias de diversos grupos sociais e fortalecer a identidade cultural, individual e coletiva, as aulas foram elaboradas visando proporcionar aos educandos uma identificação como sujeitos que fazem parte e constroem história da cidade em que vivem, buscando capacitar os alunos para uma leitura e compreensão da realidade que estão inseridos.

**Palavras-Chave:** Patrimônio Histórico e Cultural, Educação Patrimonial

Este trabalho relata os conceitos e experiências do desenvolvimento do projeto "Águas na cidade", realizado em uma escola pública, localizada no município de Cambé-PR. Partindo de conceitos vinculados a educação patrimonial, que devem servir como instrumento que garanta o direito à memória e a cidadania, envolvendo a comunidade e levando-a: a apropriar e usufruir do patrimônio, valorizar as histórias de diversos grupos sociais e fortalecer a identidade cultural, individual e coletiva, as aulas foram elaboradas visando proporcionar aos educandos uma identificação como sujeitos que fazem parte e constroem história da cidade em que vivem, buscando capacitar os alunos para uma leitura e compreensão da realidade que estão inseridos. Considera-se essencial, para uma melhor compreensão do desenvolvimento deste projeto, o relato de uma das aulas desenvolvidas.

A aula foi realizada com crianças da terceira série do ensino fundamental, e na elaboração o objetivo foi proporcionar que os educandos pudessem ter uma aprendizagem significativa, além de despertar e incentivar o desejo pela pesquisa, valorizar a própria cultura de cada aluno e fazer com que cada criança considerasse o seu contexto e a sua história, bem como respeitar a história do outro, resgatando assim um pouco da identidade coletiva do contexto em que os alunos estavam inseridos.

<sup>1</sup> Aluna do Curso do 3º. Ano de Pedagogia da UniFil.

<sup>2</sup> Aluna do Curso do 3º. Ano de Pedagogia da UniFil.

<sup>3</sup> Doutor em História. Professor do Centro Universitário Filadélfia da UniFil.

Para esta aula foi pedido para que os alunos, no dia anterior, perguntassem para seus pais ou cuidadores, algumas curiosidades sobre a fonte luminosa, entre elas, quando foi feita, quem fez, quem freqüentava e quem freqüenta hoje, e se ainda está sendo utilizada, esta pesquisa foi trazida para a sala no dia seguinte, no qual os educandos tiveram a oportunidade para expor suas idéias além de se motivarem a saber mais sobre a história da fonte da cidade. Neste dia foi proposto também, que os alunos fizessem o desenho da fonte para que em seguida pudéssemos elaborar um cartaz. O cartaz confeccionado por eles foi enviado para uma escola particular do mesmo município, pois esta escola também cedeu um cartaz sobre os pontos turísticos da cidade de Cambé, o qual foi confeccionado pelos alunos.

Após esta troca de conhecimentos sobre a mesma realidade, foi realizada uma palestra-teatro, na qual as próprias estagiárias desenvolveram e, relataram durante a apresentação toda a história da fonte luminosa, abordando neste contexto elementos de uma história crítica e reflexiva, interagindo com a pesquisa feita pelos alunos, relacionando o passado e o presente, resgatando as lembranças e tradições, considerando ainda as relações sociais que existiram no local e as que ainda existem, levando em conta as diversidades culturais, além de proporcionar um debate, um diálogo sobre a preservação do local que pertence a própria comunidade. Posteriormente era sugerido que os educandos fizessem uma redação sobre tudo o que aprenderam na aula, nesta redação era necessário abordar os seguintes aspectos: os conceitos que conseguiram na pesquisa deles relacionando-os com os trazidos durante a palestra; considerar o passado e o presente; as vivências que já aconteceram e acontecem atualmente no local; e propor formas de preservação da fonte e da água da fonte. A partir desta proposta notou-se que os educandos foram adquirindo gosto pela pesquisa, pelos diálogos e debates proporcionados nas aulas. A história da cidade, é a história de cada aluno, cada um já pode vivenciar, usufruir dos bens da cidade, porém consideravam que esta história era alheia a vida deles, como se existisse um narrador e eles não fizessem parte da história. Por fim, os objetivos das aulas foram superados, e os resultados foram gratificantes, pois percebeu-se que durante todo o processo os educandos foram se sentindo construtores de seu espaço, da sua comunidade, e da sua cidade, é notável que o desenvolvimento do projeto possibilitou uma aproximação dos alunos com o seu bairro, reforçando a identidade destes, e os incentivou a preservação do espaço e das vivências existentes neles, proporcionando ainda um crescimento dos alunos enquanto cidadãos mais críticos sobre a realidade que vivem, mais ativos e participativos na sociedade.

## REFERÊNCIAS

MAGALHÃES, Leandro Henrique; CASTELO BRANCO, Patrícia Martins; ZANON, Elisa Roberta. Educação Patrimonial: Da Teoria à Prática. Londrina-PR: UniFil, 2009.

# INTERVENÇÃO PÚBLICA: IDENTIFICAÇÃO OU ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA DE LONDRINA

Adriely Martini de Oliveira<sup>1</sup>

Graziele Maria Freire<sup>2</sup>

Resumo: Esta pesquisa procura analisar a intervenção realizada pela Prefeitura de Londrina – intitulada Aqui tem História – no período de 1993/96, na qual elegeu quatorze (14) locais no centro da cidade – área que corresponde ao xadrez central do planejamento urbano elaborado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) – como lugares de memória. O estudo busca apreender o jogo simbólico contido nessa relação – poder e memória. A análise do conjunto de placas coloca em discussão o patrimônio material e/ou imaterial, bem como, a memória em Londrina. Põe em discussão, ainda, o objetivo do conjunto de placas que consiste em preservar e, principalmente, transmitir a história da cidade.

Palavras-chave: Memória, Patrimônio, Discurso.

## INTRODUÇÃO

Nesses quatorze (14) lugares a Prefeitura fixou placas de bronze com imagens do passado acompanhadas de textos descritivos sobre o seu antigo uso, de tal modo que esses lugares foram instituídos como referenciais históricos, ou seja, locais que expressam memória. Tal fato mostra os espaços de memória de Londrina, seus usos e apropriações, que por meio da intervenção pública, contrapõe o passado ao presente.

*Por remeter à idéia de solidariedade entre o passado e o presente, o patrimônio permite que se veja a tradição como fios invisíveis que costuram um espaço-tempo. Indissoluvelmente ligada ao passado, a tradição parece impor-se ao presente como coisa dada, pois tendo assegurado como foi o princípio ousa determinar o futuro. À medida que se fundamenta em garantias que não podem ser postas em dúvida, por ter como testemunho um passado vivenciado e tido como verdadeiro, a tradição constitui quase uma lei. (KERSTEN, 2000, p. 41)*

Assim, como elucida a autora, podemos perceber que as placas podem ser com-

<sup>1</sup> Aluna do 4º ano de graduação do curso de Ciências Sociais/ CLCH/ UEL – ex-bolsista IC/Fundação Araucária, atualmente bolsista Universidade Sem Fronteiras/ SETI. E-mail: adrielymartini@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Aluna do 4º ano de graduação do curso de Ciências Sociais/ CLCH/ UEL – bolsista Universidade Sem Fronteiras/ SETI. E-mail: graziefreire@hotmail.com.

preendidas como um valor estabelecido socialmente, demarcando limites entre o passado e uma orientação de futuro a ser seguida, ou seja, ao instituir importância ao processo colonizador de Londrina e região, o Aqui tem História atribui à CTNP, aos grupos e empresas ligados a ela, um ideal de pioneirismo e modernidade que se constitui, como afirma Kersten (2000), "quase uma lei", ou como ressalta Pollak (1989), as placas, de certa forma, silenciam as memórias subterrâneas que possivelmente existem em Londrina.

## DESENVOLVIMENTO

Desse modo, a partir do patrimônio oficial, e, em específico, da intervenção da Prefeitura, a pesquisa pode investigar o discurso existente sobre o passado da cidade e região.

*É das práticas discursivas sobre o patrimônio e a memória coletiva da cidade que este projeto se ocupa, tendo como questão, nesse tipo particular de leitura, a contradição existente entre tradição e moderno, mas, sobretudo, a constituição de um campo que, por meio de linguagens icnográficas e discursivas, expressa luta por capital cultural e poder simbólico. (CESÁRIO et. al., 2007, p.9).*

É importante registrar que o projeto Aqui tem História, ao eleger alguns espaços como referenciais de memória, notabiliza indivíduos e grupos e, ao mesmo tempo, silencia outros, apagando demais espaços. Tal fato confere pouca visibilidade aos trabalhadores, pequenos proprietários e outros grupos que também participaram do processo de colonização do norte do Paraná, privilegiando um segmento detentor do capital econômico e/ou político na região .

*Não se pode concentrar num único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-lo da memória dos grupos que deles guardavam a lembrança, romper as amarras pelas quais participavam da vida psicológica dos meios sociais onde aconteceram, de não manter deles senão o esquema cronológico e espacial. Não se trata mais de revê-los em sua realidade, porém de recolocá-los dentro de quadros nos quais a história dispõe os acontecimentos, quadros que permanecem exteriores aos grupos [...]. (HALBWACHS, 2004, p. 90)*

Tais lugares foram escolhidos por meio de um registro fotográfico de autoria de José Juliani, feita na década de 1930, a partir de um dos pontos mais elevados existentes no centro da cidade – a Catedral Metropolitana – registrando, em 180°, a paisagem

urbana incipiente.<sup>3</sup>

O fato dos autores do projeto terem fixado os lugares de memória a partir dessa foto do início da colonização de Londrina, acabou por determinar um enquadramento da memória que acentuou lugares de atuação da CTNP ou de grupos e instituições a ela ligados que tiveram uma participação nos anos de fundação e organização da cidade e do município.

Aqui, cabe ressaltar uma questão pertinente e inquietante, sobre a redução da memória a grupos hegemônicos, o que resulta em uma memória homogeneizada, enquadrada, uma tendência que se observa nos estudos sobre o patrimônio cultural, sobretudo, na história oficial. Esse "enquadramento" da memória, como enfatiza Pollak (1989), além de servir como um referencial do passado – evidencia a disputa em torno da memória – bem como revela uma forma de manter a coesão dos grupos sociais.

*O trabalho de enquadramento de memória se alimenta do material oferecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (POLLAK, 1989, não paginado).*

Considerando o levantamento do material e as primeiras entrevistas, uma primeira impressão que se tem é da existência de ambigüidade dos sentidos produzidos pelos lugares de memória. Pois, ao mesmo tempo em que os entrevistados se reconhecem e lembram os locais como históricos e memoráveis, eles não estabelecem uma relação de pertencimento com os locais. Essas impressões sugerem que o objetivo do Aqui tem História não está sendo cumprido, pois, os indivíduos se vêm exteriores ao passado de Londrina.

Em contraponto vemos que os entrevistados não conhecem em detalhes as placas mesmo quando utilizam o espaço de modo constante. O local é tido como um elemento exterior introduzido na vida dos indivíduos, tornando uma memória nova, incompatível com a memória de seu grupo.

## CONCLUSÕES

Contudo, cabe ressaltar que esse estudo está em andamento, mas, já se pode observar que se por um lado há uma ênfase nos aspectos positivos da colonização dirigida pela CTNP, há um silenciamento de aspectos e questões negativas ou polêmicas.<sup>4</sup> Enfim,

---

<sup>3</sup> Essa foto faz parte do acervo do Museu Histórico Londrina Pe. Carlos Weiss.

<sup>4</sup> Pode-se ressaltar: o desmatamento; o lucro por ela auferido por conta da venda dos lotes urbanos e rurais; a cidade como ponta de fronteira e lugar de passagem para os que se dirigiam às localidades mais distantes do vasto território que a CTNP comprou do governo paraense.

as placas evidenciam um discurso grandiloqüente, racional, um referencial valorativo de reafirmação do pioneirismo e do regionalismo já presentes na história oficial de Londrina. Tal questão não impede que se reconheça neste projeto um recurso valioso para a educação patrimonial, desde que sejam feitas novas tiragens dos folders, dando maior visibilidade às placas e que os interessados em fazer esse quase despercebido percurso pela cidade, sejam levados a novas leituras dessa intrigante linguagem sobre o passado.

## REFERÊNCIAS

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti; et.al. PROJETO DE PESQUISA, Memória Coletiva e Patrimônio Cultural: Discursos Sobre a Cidade, UEL/2007.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Valor e Sentido, os rituais do patrimônio. In: Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989. Disponível em: [www2.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www2.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf) Acesso em: 22 mai 2009.

# VESTÍGIOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO NORTE DO PARANÁ E SUA CULTURA ASSOCIADA À TÉCNICA CONSTRUTIVA EM MADEIRA

Nicolly Matinaga<sup>1</sup>

Elisa Roberta Zanon<sup>2</sup>

O norte do Estado do Paraná é uma das regiões de maior concentração de população advinda da imigração japonesa. As primeiras ocupações de colônias desta cultura oriental no norte do estado foram fixadas entre 1913 e 1915, inicialmente em Cambará pela facilidade de acesso e por se tratar de uma área com grande valorização, visada também por imigrantes de outras nacionalidades, além de brasileiros de várias regiões do país. É fato que neste período houve uma grande difusão cultural pela diversidade de povos, estando inclusive a dos japoneses que trouxeram seus costumes e técnicas construtivas, principalmente em madeira.

O objetivo deste artigo é apresentar um registro da técnica construtiva de um exemplar em madeira no estilo japonês, que pode ser considerada uma herança histórica dos mestres carpinteiros do período da colonização do Norte do Paraná. Para isto, buscou-se num primeiro momento abordar a imigração japonesa, para então relatar quais foram as técnicas construtivas utilizadas por eles aqui e por fim expor o exemplar remanescente na área rural do município de Sertaneja.

O processo de organização dos japoneses no Norte do Paraná acontecia normalmente em áreas rurais, onde desbravavam estes locais para produção agrícola. Na aquisição de terras, procedia-se a compra de uma área de fazenda para dividi-la em pequenos lotes (10 a 20 alqueires), formando as comunidades, chamadas também de "mura".

As primeiras construções eram pequenas e feitas em palmito, cobertas com tabuinhas. Com o passar dos anos, a matéria prima foi substituída pela madeira, sendo o material mais utilizado nas edificações e sua técnica construtiva é o melhor remanescente das belas construções dos mestres carpinteiros. Estes construtores trouxeram junto aos costumes o seu modo de construir, que se trata principalmente do "saber fazer", juntamente com materiais e ferramentas específicas, que caracterizam o sistema construtivo das casas de madeira. Uma edificação poderia ser construída em pouco tempo devido ao uso reduzido número de peças que compõem os seus elementos construtivos e pelo sistema de encaixes, o que tornava o processo de montagem rápido.

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de Arquitetura do Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

<sup>2</sup> Professora do Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

Ainda, a arquitetura japonesa também possui elementos característicos de sua cultura como os detalhes construtivos e elementos de fachada, como os rendilhados de madeira, a ranma, o frontão, irimoya, a varanda cerimonial, a guenkan, e ornamentos, onigawara. Foi desta forma que buscaram recriar nesta terra a cultura japonesa, com os materiais e elementos existentes na região, mas ainda assim, utilizando suas técnicas.

Além de edificações residenciais em madeira, outras construções de uso comum também tinham destaque por seus ornamentos e organização espacial, sendo geralmente construídas em regime de mutirão. Buscava-se uma área comum e próxima aos sítios para implantar a escola, e outras atividades da comunidade como o clube esportivo, salão de festas e uma casa para o professor da escola, construída pelos pais dos alunos, formando um complexo denominado Kaikan.

Assim como em toda a região do Norte do Estado do Paraná, um destes exemplares da arquitetura japonesa pode ser encontrado na área rural do município de Sertaneja, a 80 quilômetros de Londrina. Trata-se de uma antiga construção em madeira dos anos de 1950, utilizada como residência até 1991. Embora esteja sem uso e parcialmente danificada, a edificação ainda guarda em suas estruturas a técnica construtiva do carpinteiro Kenzo Fuji.

Nela podemos encontrar todo este sistema construtivo herdado dos japoneses e as particularidades claras de sua arquitetura, como sua fachada, onde possui as principais características da volumetria. A exemplo disso temos a cobertura irimoya (com o frontão, composto com peças de madeira treliçada), a presença de ranma, que é o rendilhado emoldurando a varanda e que também acontece na sala de estar. Este ambiente possui um simbolismo em conjunto com a varanda cerimonial (guenkan). A sala é marcada quase sempre por ornamentos em madeira sobrepostos sobre as paredes e forro, marcando-a como o ambiente mais importante da casa, e o guenkan (varanda) é marcado de um simbolismo que o dignifica como hall de entrada da casa privativo às visitas. Esta varanda é sempre elevada do solo e tem presença marcante na volumetria. O seu tratamento começa pela composição da escada de acesso e vai até os tratamentos ornamentais com rendilhado. No caso desta casa em estudo, observa-se que houve alterações na composição deste ambiente. O parapeito da varanda, que antes compunha-se de madeira, foi substituído por alvenaria. Retomando a identificação das características presentes na casa, ainda pode-se encontrar o onigawara, que é um elemento de cimento, localizado no alto do frontão ou espigão da residência.

Apesar de seu estado atual e das modificações feitas enquanto era habitada, a residência não perdeu seus traços característicos.

É através de modelos como este, exemplar da história de um povo, de uma região, que se percebe o valor dos patrimônios históricos e a importância em preservá-los. Não é preciso ter pertencido a um grande artista para se estimar uma obra, uma construção. Simplesmente é necessário guardar uma crença, uma tradição, um valor sentimental ou histórico. Entretanto, o mais importante, é mostrar e conscientizar a todos o quanto

aquilo é importante para a sociedade em geral e para as gerações futuras, pois assim possibilita que todos possam aprender e conhecer sobre o que se passou antes de nós.

## REFERÊNCIAS

ZANI, Antônio Carlos. Repertório arquitetônico das casas de madeira de Londrina. Londrina: Midiograf, 2005.

ZANI, Antônio Carlos. Arquitetura em madeira. Londrina: UEL, 2003.

LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. 5ªed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

# A NECESSIDADE DE PARÂMETROS PARA OS PROJETOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EXIGIDOS PELA PORTARIA IPHAN 230/2002 ENQUANTO UM INSTRUMENTO EFETIVO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.

Mariete Signel Lopes

**Resumo:** Entender o patrimônio cultural voltando-se para o significado de legado, herança e identidade cultural e histórica da sociedade é defini-lo em função do uso que apresenta para a sociedade. O bem patrimonial passa a ser merecedor não somente de uma proteção tradicional, mas também de uma difusão associada ao âmbito educacional para que seja possível estabelecer um diálogo com a sociedade que o detém; assim, a Educação Patrimonial atua como mediadora dessa discussão. O objeto aqui apresentado para dialogar com a questão é a Portaria IPHAN 230/2002, no que diz respeito às orientações em relação à existência de programas de Educação Patrimonial nos processos arqueológicos e, o aspecto do objeto que irá orientar a realização do estudo é o questionamento gerado a partir da análise desses projetos, enviados para as regionais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, subsidiando reflexões sobre possíveis critérios de avaliação dos mesmos. De acordo com análises realizadas em processos existentes na Superintendência Regional de Santa Catarina (estudo realizado para o Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN), compreendeu-se que não existe um critério de elaboração para os programas de educação patrimonial e que, a falta dos mesmos comprometeu, em alguns casos, a qualidade das ações educacionais voltadas para o campo patrimonial. Os projetos apresentados dentro dessa temática devem apontar possíveis caminhos para um desenvolvimento social, inserindo a comunidade na realidade patrimonial que julgar coerente, a partir do sentimento de pertencimento.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial, Arqueologia, Parâmetros.

O objetivo do projeto era criar parâmetros que pudessem complementar as informações e exigências da Portaria IPHAN 230/2002, no que diz o artigo sétimo sobre a necessidade de um projeto de educação patrimonial dentro das especificidades dos processos de trabalhos arqueológicos. Esses parâmetros orientariam a elaboração e aplicação dos projetos educacionais, pois, com a ausência desses critérios, as fontes analisadas demonstraram em sua maioria, uma deficiência, tanto acadêmica quanto cotidiana no que tange a formatação, elaboração, aplicação e retorno dos resultados para a comunidade envolvida com a área impactada pelo trabalho. Dentro das perspectivas

apresentadas, o que os projetos de Educação Patrimonial oferecem para a sociedade e qual sociedade se configura a partir das aplicações dos conceitos patrimoniais no seu cotidiano?

Muitas vezes a comunidade não é participativa nas questões que envolvem o patrimônio cultural que nela está contido por conta da falta de ações educativas por parte dos órgãos responsáveis pela salva guarda do mesmo. Achar que uma sociedade é desinteressada, sem dar o respaldo para que a mesma se manifeste – através de cursos, palestras, intervenção dos técnicos e informações sobre os conceitos que cercam o patrimônio – apenas serve para manter o distanciamento e, assim, perpetuar a não preservação da memória cultural.

Para Maurice Holbwachs “toda memória é sempre um produto social” e, como os bens patrimoniais são carregados de signos e valores históricos que remetem a um determinado momento, significativo dentro da construção da identidade local, a falta de comprometimento com a preservação do patrimônio direciona para o esquecimento. No entanto, quando existe o respaldo a situação muda a favor do patrimônio. Quando as pessoas passam a ter domínio e conhecimento de conceitos patrimoniais – cultura, memória, preservação, pertencimento – elas passam a determinar o que é de seu valor e, dessa forma, passam a preservar sua história. Nesse caso, a Educação Patrimonial começa a atuar como a mediadora de um diálogo que levará conseqüentemente ao respaldo dito anteriormente.

Sendo assim, como um projeto de educação patrimonial pode fazer esse público refletir criticamente os conceitos e não apenas repetirem valores, pois no geral, a idéia que se tem do conceito de educação patrimonial é geralmente associada a sua inclusão no ensino fundamental – considerada objeto relevante de reflexão – e, diante disso, há a necessidade de entender para que serve e qual o seu sentido diante da realidade de um país multicultural.<sup>1</sup> Portanto a idéia é começar a pensar na educação patrimonial voltada para a comunidade em geral, onde seja possível estabelecer um diálogo entre educação formal e não-formal, conseguindo assim atingir, de forma qualitativa, um maior número de envolvidos, que, conseqüentemente, serão os próximos multiplicadores da idéia que se quer expor. No geral, os trabalhos e projetos apresentados dentro dessa temática devem apontar possíveis caminhos para um desenvolvimento social no sentido de inserir a comunidade na realidade patrimonial que ela julgar coerente.

Na situação específica do setor de Arqueologia da Regional do IPHAN em Santa Catarina constatou-se que em diversos momentos, quando os processos arqueológicos passavam por análises – nos projetos iniciais ou relatórios finais – estas ficavam ou vinculadas somente aos interesses dentro do campo das prospecções para localização ou não de vestígios que pudessem de alguma forma interferir no trabalho do empreendedor ou atreladas à pouca informação que a própria Portaria 230/2002 fornece sobre a

---

<sup>1</sup> SOARES, André Luis Ramos (org). Educação Patrimonial: relatos e experiências. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

questão do Projeto de Educação Patrimonial.

No entanto, cabe ressaltar que, apesar de insuficiente, tal Portaria assim exige a presença dos projetos educacionais nos processos. Muitas vezes a avaliação dos projetos, por conta da falta de critérios para avaliação – e elaboração também, que auxiliassem os arqueólogos responsáveis pelos processos de pedido de portaria – ficaram comprometidas, deixando seguir adiante atividades repetitivas e mal elaboradas pedagogicamente. Esses fatos ocorreram na maioria das vezes por nenhum dos responsáveis pelas avaliações saberem exatamente em que medida ou o que cobrar.

Para tanto, os parâmetros vem efetivar, para a Superintendência Regional do IPHAN em Santa Catarina e demais regionais, a avaliação dos projetos de educação patrimonial, que, de acordo com o art.7º da Portaria 230/2002, deve constar em todas as suas fases,<sup>2</sup> nos processos arqueológicos. No entanto, os mesmos critérios poderão ser utilizados por todos os órgãos responsáveis pela preservação e difusão do patrimônio cultural, e ajustá-los conforme suas realidades.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O patrimônio como categoria de pensamento*. In: CHAGAS, Mário e ABREU, Regina (orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.22.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Nº. 30. Brasília, DF: 2002. SOARES, André Luis Ramos (org). *Educação Patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

---

<sup>2</sup> Grifo da autora. A justificativa do grifo se dá por uma discussão gerada dentro da SR e levada à 9ª Oficina do PEP em Vassouras, RJ. Durante o levantamento de fontes (processos arqueológicos), foi observado que tal referência do artigo 7º da Portaria 230/2002 não foi plenamente cumprido, não constando o projeto de educação patrimonial e, tal fato, não impossibilitou a aprovação dos mesmos. Fica então o grifo, para posterior discussão do assunto.

# EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SANTO AMARO DO SUL: A APLICAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E PARADIDÁTICOS NO COTIDIANO ESCOLAR SANTO-AMARENSE

Aline Martins Linhares  
Felipe Rios Pereira  
Felipe Girardi  
Prof. Dr. André Luis Ramos Soares

**Resumo:** O presente trabalho é um produto do projeto "Educação Patrimonial na Vila de Santo Amaro, Município de General Câmara, RS: inserção do patrimônio no currículo escolar", desenvolvido pelo Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória (NEP), vinculado à Pró Reitoria de Extensão (PRE), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Considerando a falta de identificação da comunidade com o seu patrimônio histórico e cultural, que reúne um relevante conjunto arquitetônico e cultural de origem açoriana, iniciaram-se, a partir de 2006, as atividades de educação patrimonial, no sentido de promover o resgate e a valorização desses patrimônios. Uma das ações, nesse contexto, é a inserção dessa temática no currículo da Escola de Ensino Fundamental Rio Grande do Sul, a única da localidade, através da produção de materiais para-didáticos e oficinas junto aos estudantes.

A localidade de Santo Amaro do Sul, uma das primeiras vilas açorianas do Rio Grande do Sul, data de meados do século XVIII e possui, além de um centro histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com quatorze prédios, um conjunto de elementos culturais herdados dos colonizadores, tais como a culinária, as festividades e o artesanato. Somado a isso, a trajetória histórica da Vila juntamente com o rio Jacuí, principal fonte de sustento da localidade, fazem da mesma um importante patrimônio nacional a ser estudado e preservado. Além do patrimônio edificado, há uma concentração de lendas, festas, estórias, tradições, culinária e artesanato que identificam e caracterizam essa localidade.

Dentre as ações que o Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória se propôs a promover na vila, está a inserção da educação patrimonial, enquanto metodologia de valorização dos bens culturais, no âmbito escolar de Santo Amaro do Sul. O trabalho envolve a aplicação de atividades didáticas e para-didáticas, como a elaboração de um quebra-cabeça tridimensional da Igreja Matriz, e uma revista educativa, a "Turma do Nepinho", direcionada aos alunos de pré-escola e séries iniciais. Além disso, se desenvolvem oficinas e palestras junto aos educadores, no sentido de dar-lhes elementos para

a aplicação desta temática no meio escolar.

Segundo SOARES (2007, p.7), a educação patrimonial "é uma metodologia que busca a valorização dos bens culturais a partir das manifestações materiais (objetos). Essa metodologia [...] viabiliza a formação de suas identidades, aumento de sua auto-estima e posterior valorização dos bens culturais", o que diante do grande valor histórico e cultural apresentado, em contraponto a baixa identificação da comunidade com os mesmos, torna evidente a necessidade de aplicação de tal metodologia em Santo Amaro do Sul. Dessa forma o Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória empenha-se na inserção dessa metodologia na comunidade desde o ano de 2006.

Todas as atividades desempenhadas na vila buscam atrelar o ensino, a história e patrimônio. "Por isso a importância de se encontrar uma forma de educação que tenha como foco o indivíduo, que ensine a partir dos saberes e das memórias individuais e facilite o processo de aprendizagem." (SOARES Pg. 66)

Através do trabalho nas escolas, pode-se alcançar uma parcela bem mais significativa da população para esclarecimentos a médio e longo prazo sobre a importância e o significado do patrimônio cultural. Isto ficou evidenciado na realização das oficinas que tiveram como objetivo colaborar na realização das atividades com o público escolar. Entre elas podemos destacar as palestras e cursos de educação patrimonial para os professores, buscando propiciar noções sobre o patrimônio; palestras e atividades simuladas sobre arqueologia, apresentação e visitas guiadas aos patrimônios locais; apresentação de material didático e a utilização de artefatos que servem para reconstituição de sociedades pré-históricas e históricas. O que nos leva a perceber que "a educação patrimonial também é uma forma de levar o aluno a fazer uma leitura do mundo que o cerca, do universo cultural em que está inserido, do universo cultural e social do qual é sujeito ativo, responsável e parte da história" (SOARES, 2007, p.98).

O quebra-cabeça tridimensional, realizado pelos alunos dos cursos de História e Desenho Industrial da UFSM, representa a estrutura da Igreja Matriz de uma maneira extremamente interessante e inovadora no ponto de vista da educação infantil, já que atentou para as diversas fases da restauração feita pelo Núcleo de Cultura de Venâncio Aires. A montagem da figura é feita por etapas nas quais as camadas são sobrepostas umas as outras de uma maneira a exemplificar a restauração feita. Dessa forma, as crianças obtiveram um papel de participação e interação nas atividades envolvendo os patrimônios de sua localidade.

A revista "Turma do Nepinho", elaborada pelo Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória da UFSM juntamente com os acadêmicos do Desenho Industrial, Pedagogia e História, foi utilizada como ferramenta de ensino para tratar da temática do patrimônio. Essa publicação tem por objetivo a realização de exercícios voltados para o público infantil, ressaltando a valorização, a preservação e os cuidados para com o patrimônio cultural existente em nosso país, ao mesmo tempo em que busca apresentar a diversidade cultural (utilizando personagens de diversas etnias bem como um portador de

deficiência física), também objetiva mostrar as particularidades de cada região como um fator de riqueza patrimonial. Essa publicação é destinada à pré-escola e as séries iniciais do Ensino Fundamental, procurando desenvolver as habilidades motoras, cognitivas e afetivas, bem como estimular as crianças a conhecer a cultura, o folclore, os hábitos e os costumes das diversas regiões do Brasil. "A Turma do Nepinho: pré-escola" e a "Turma do Nepinho: séries iniciais" as quais foram aplicadas alcançaram o objetivo de um contato mais aproximado em relação à questão do patrimônio e arqueologia.

Em vista dos aspectos abordados, observa-se que as atividades praticadas a partir da interação com a comunidade santo-amarense vêm contribuindo para o resgate e a valorização dos elementos culturais locais. Nesse sentido, o trabalho em sala de aula possibilita a construção do sentimento de valorização do seu patrimônio, desde cedo. As oficinas e palestras ministradas pelo Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória instrumentalizam esse objetivo. Assim, atividades como o quebra-cabeça tridimensional e a revista em quadrinhos "Turma do Nepinho" são importantes materiais para criação de uma nova perspectiva do patrimônio, bem como a as oficinas e reuniões com os professores são importantes auxiliares para que esses repassem a seus alunos uma visão integrada entre ensino e memória.

## REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, cultura política e patrimônio histórico. In. O direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 37-46.

ITAQUI, José. Educação Patrimonial. A Experiência da 4ª Colônia. José Itaquí e María Angélica Villagrán. Santa Maria, Pallotti, 1998.

JAPIASSU, Hilton. A questão da Interdisciplinaridade. Paixão de Aprender, Porto Alegre, Secretaria Municipal da Educação, 1994, pg. 48-54.

LEMOS, Carlos. O Que é Patrimônio Histórico. São Paulo, Brasiliense, 5ª Edição, 1987.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; MORGADO, Naira. Futebol de Várzea Também É Patrimônio. In. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro 1996, nº 24, p. 175-184.

PILLES, Peter. Participação Popular e o Projeto Elden Pueblo. Floresta Nacional de Coconino, Arizona. In. Workshop de Métodos Arqueológicos e Gerenciamento de Bens Culturais (2; 1993; Florianópolis). 2ª Ed. Rio de Janeiro, IPHAN, Depto. de Promoção, 1994.

RIMA. Relatório de Impacto Ambiental: Legislação, elaboração e resultados. Organizado por Roberto VERDUM e Rosa Maria MEDEIROS. 3ª Ed. Ampliada. Porto Alegre, Ed. Universidade /UFRGS, 1995.

SOARES, André Luis Ramos (organizador). Educação patrimonial: teoria e prática. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

# A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E SUA APLICABILIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Aparecida Carbonar<sup>1</sup>

**Resumo:** Este estudo investiga a aplicabilidade da Educação Patrimonial nas primeiras séries da Educação Básica fomentando discussões sobre suas práticas no contexto escolar objetivando levar aos alunos a conhecer a história da cidade de Ponta Grossa, no Paraná, sob os olhares de seus patrimônios naturais e edificados. A educação é o fio condutor de transformações estruturais e, nosso município está caminhando rumo ao resgate de sua memória histórica, o que pode ser observado através dos tombamentos de prédios e na criação de leis que valorizam as fachadas presentes nas principais ruas como a Vicente Machado e o "Calçadão" da Coronel Cláudio. A arquitetura dos casarões antigos está sendo redescobertos pela população. A Educação Patrimonial é norteadora deste resgate histórico e a produção do saber pelos alunos, tendo a Memória Local como objetivo de estudo, pode ser uma experiência significativa para o currículo escolar e uma oportunidade de motivação para atividades de pesquisa facultativa e de construção de conhecimento. Através da contação de história, de desenhos e pinturas, da análise de textos, fotos, músicas, poesias e de vídeos, da construção de textos individuais e coletivos, reescreveremos nossa história valorizando nosso passado e a memória de muitos dos sujeitos ocultos que dela participaram. Além do Parque Estadual de Vila Velha, outras áreas naturais nos encantam como o Buraco do Padre, a Cascata Mariquinha, o Capão da Onça, a Cascata do Rio São Jorge, as Furnas Gêmeas, além da riqueza dos patrimônios edificados como a Capela Santa Bárbara, o Colégio Regente Feijó, a PROEX, a Mansão Vila Hilda, as Estações da Estrada de Ferro (Paraná e Rio Grande/São Paulo) e as fachadas arquitetônicas que são analisadas na sala de aula pelos alunos do terceiro ano do primeiro ciclo da Escola Municipal Dr. Fulton Vitel Borges de Macedo, no projeto desenvolvido em parceria com o professor Edilson Carlos Kordel. Aos poucos, o "velho" vai sendo redescoberto e o "novo" caminha ao seu lado. Valorizar e preservar nosso passado é garantir o acesso aos mais jovens de nossa memória histórica. Mergulhando na paisagem princesina para estudar as realidades histórico ambientais, justificando a necessidade de sua preservação, o tradicionalismo pode ser encarado numa visão alegre, cativante e atraente, orgulhando seus habitantes. Estudando e conhecendo nossa história, descobriremos motivações e transformações redescobrimo seus patrimônios naturais e edificados e legando às futuras gerações o

---

<sup>1</sup> Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

acesso dos mesmos.

**Palavras-Chave:** Patrimônio, História, Educação, Memória, Resgate.

O momento atual procura resgatar a memória do sujeito comum, dos seus valores e costumes vividos no cotidiano da história além das necessidades que se apresentam no processo de formação de novas gerações no contexto histórico.

Trabalhar com a diversidade do patrimônio cultural em sala de aula é um desafio compensador, pois os alunos buscam suas próprias origens e complementa no todo - teoria e prática - desenvolvendo a sua criatividade e o seu papel de cidadão.

Reconstruindo os sonhos, o modo de pensar e os costumes de nossa sociedade, utilizando da pesquisa, da construção de textos e poesias, da história oral, da análise de vídeos, músicas e fotos além de saídas de campo para conhecimento dos patrimônios edificados e naturais de Ponta Grossa, levamos os alunos a se perceberem integrantes da história de nossa cidade. Assim, educadores e educandos são tomados por agentes sociais.

A Educação Patrimonial voltada ao despertar dessa consciência preservacionista, objetiva assegurar a preservação dos patrimônios, do meio ambiente e da cultura. A educação ambiental deve iniciar com os cuidados pertinentes ao nosso corpo, pois é através da higiene corporal que demonstramos o interesse em manter o local onde estamos limpo e aromatizado.

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre os patrimônios naturais e edificados enquanto ferramenta pedagógica tanto para os educadores, como para os pais e a comunidade, pois ambas podem aprender a realidade na sua diversidade para compreender e respeitar o meio em que vive. Buscando o envolvimento da escola na questão patrimonial entendemos, portanto, que se faz necessário permitir a todas as gerações um suporte de identificação no espaço e no tempo.

Quando o ser humano tem consciência do lugar que ocupa no espaço, melhor é o seu relacionamento com o grupo social a que pertence, tem maior clareza de suas relações com as demais pessoas e condições de se situar historicamente.

A partir da valorização do saber-ser e do saber-conhecer é que se desenvolvem as aulas-passeio, com o objetivo de o aluno reconhecer seu espaço e sua história enfatizando quatro pilares de sustentação do processo educativo:

- Aprender a conhecer
- Aprender a fazer
- Aprender a viver com os outros
- Aprender a ser

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente, Saúde / Secretaria de Educação. Fundamentais. – Brasília: 128p.

REDESPIEL, Maria. Alfabetização sem segredos: temas transversais. Contagem, MG: Ed. IEMAR, 1998.

ULLER, Adriana Salviato Et CARBONAR, Maria Aparecida Et ULLER, Waldir. Educação Patrimonial: Uma Questão Mundial? Retratando nossa Realidade em Ponta Grossa. Apucarana: Gráfica Diocesana, 2001.

OLIVEIRA, Andréia de. Água que te quero água sempre limpa. Ponta Grossa: Idéia Três Publicidade. ( Projeto Formação de Platéia Reciclagem de Lixo)

MULTIFEIRA. Conhecimento Promovendo Vida, Solidariedade e Paz, 2001. Curitiba. Ed. Santa Mônica.

# MICROSSOCIOLOGIA NA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Aline Machado Krause

Gabriel Vinicius Vieira

Prof. Dr. André Luis Ramos Soares

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar o processo de avaliação da Educação Patrimonial (Soares, 2003; Soares e Klamt, 2008; Horta, 1999; Magalhães, 2009) inserido nos questionamentos da microsociologia e relações de poder (Lima, 1980; Foucault, 1979; Elias, 1997). Dessa maneira, utilizando o conceito de avaliação formativa (Tonello, 2009; Rodriguez, 2008) e os estudos de Lima (1994) sobre as relações de poder nas avaliações escolares, propomos uma reflexão sobre a realização de Educação Patrimonial com crianças. Com relação à teoria das coações de Elias (1997), propomos que elas devem ser consideradas no processo avaliativo através de avaliações indiretas, ou seja, sem que o aluno saiba que está sendo avaliado. Por fim, propomos algumas sugestões sobre avaliações indiretas.

**Palavras-Chave:** educação patrimonial, avaliação, microsociologia.

Para este artigo, temos como base as teorias e práticas expostas em Soares (2003) e Soares e Klamt (2008). Assim, após a leitura de bibliografia sobre Educação Patrimonial (Horta, 1999; Machado, 2004; Lima, 2007; Soares, 2007; Arnold, 2007; Magalhães, 2009), percebemos que algumas questões devem ser levantadas sobre a avaliação realizada nestas ações.

Antes, porém, é necessário estabelecer que o conceito de avaliação utilizado baseia-se na Política de Extensão da UFSM, pois as práticas de Educação Patrimonial são ações de extensão, e no conceito de avaliação formativa, como trabalhado por Tonello (2009) e Rodriguez (2008).

Os questionamentos apresentados têm como base a microsociologia, empregada por Lima (1980) como o estudo das relações biológicas, psicológicas, sociológicas, políticas e econômicas que se constituem, enquanto fenômenos, nas relações entre os indivíduos e os grupos numa sociedade. O conceito de poder e de relações de poder trabalhado por Foucault (1979) também é utilizado, embora optou-se por delimitar as relações de poder nas especificadas por Elias (1997), mais precisamente as coações externas (ou sociais), como pagar impostos e as autocoações, que são comportamentos condicionados por experiências e coações externas.

Propomos, inicialmente, uma reflexão sobre a realização de Educação Patrimonial com crianças nas escolas. De acordo com Elias, "em todas as sociedades humanas que conhecemos, um padrão de autocoações é formado através de coações externas du-

rante a criação dos filhos pequenos" (ELIAS, 1997, p. 43). Portanto, as crianças estão sujeitas a certas autocoações, impulsionadas por coações externas, em que acreditam ser necessário agradar pessoas que exercem determinado poder sobre elas, como pais e professores, para não sofrerem consequências desagradáveis. Adriana Lima, no contexto mais amplo das relações de poder, comenta:

*(...) devemos ressaltar o importante e significativo fato de que uma das pontas desta relação (de poder) é a criança ou o adolescente, cujas características socialmente reconhecidas pelas legislações que os protegem (idade da inocência) os colocam em desigualdade de condições nesta batalha, nesta guerra pelo poder (...) (Lima, 1994, p.39).*

*A primeira constatação que teremos de fazer, pois, é que esta luta é absolutamente desigual. De um lado, pelas características da criança e do adolescente e, de outro, pelos mecanismos naturais: tamanho do adulto, força física, domínio do 'saber', e pelos instrumentos criados para reafirmação deste domínio: castigos, provas, prêmio, "conselhos" etc." (Lima, 1994, p.43).*

É interessante notar que a preocupação em não influenciar o resultado de avaliações aplicadas a educandos que participaram de ações de Educação Patrimonial está presente no artigo de Arnold e Herberts (2007) sobre um projeto desenvolvido em Santa Catarina. Sobre a primeira atividade, a equipe de arqueologia não acompanhou a aplicação das avaliações, pois tinha como objetivo "evitar que os alunos fossem influenciados pela presença da equipe ao responderem as perguntas" (2007, p.247). Ao comentarem a segunda avaliação, fica evidente que a equipe de arqueologia observou a ocorrência de coações externas: "(...) intervenção das professoras no processo de avaliação antes e depois das atividades (auxílio nas respostas dos questionários aplicados)" (2007, p.251). Assim, na segunda avaliação, a equipe optou por ter o controle da aplicação dos questionários, "o que favoreceu um maior controle sobre a interpretação e garantindo o retorno sem influências e sugestões a respeito de uma 'resposta correta'" (2007, p.251).

Na verdade, a diferença entre os dois modos de avaliação não reside na exclusão da sugestão de uma "resposta correta", mas sim que essa sugestão ocorreu, na primeira avaliação, através de uma coação externa, e na segunda, através de uma autocoação.

Não é nosso objetivo criticar uma suposta imposição de cultura e educação, pois somos cientes de que ambas são, em certa medida, impostas na sociedade humana. Nosso objetivo é fazer com que seja reconhecida a existência de coações e de relações de poder na teoria, na prática e, especificamente, nas avaliações de Educação Patrimonial. Da mesma forma que Soares (2003) e Soares e Klamt (2008) criticam a existência de uma inocência na teoria, que exclui a política, a ideologia e o conflito da memória e da identidade, criticamos a existência de uma inocência semelhante nas avaliações.

Portanto, acreditamos que avaliações diretas não levam em conta a existência de coações externas e autocoações como relações de poder que interferem na avaliação. Sendo assim, propomos que as avaliações sejam realizadas de forma indireta, sem que o educando tenha a percepção de que está sendo avaliado.

Algumas sugestões, tendo como base avaliações descritas em Soares (2003): após alguns anos da realização da ação de Educação Patrimonial, pode ser combinado com o professor de Artes para que este proponha uma atividade em que os educandos desenhem o que entendem por "Patrimônio", sem que qualquer menção a ação realizada há anos atrás seja feita; o mesmo pode ser feito com a aula de Português, em que pode-se requisitar um texto com o tema Patrimônio, abrindo a possibilidade de contemplação do patrimônio imaterial.

Com estas observações e sugestões, esperamos contribuir para a percepção da inocência que ainda persiste nas avaliações das ações de Educação Patrimonial.

## REFERÊNCIAS

RODRIGUES, Edlene do S. T. Aprendizagens Através da Avaliação Formativa. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/avaliacaoformativa/index.php?pagina=0>. Acesso em: 01 de set. 2009.

TONELLO, Denise M. M. Avaliação formativa: o que observar, o que avaliar, para que avaliar? Disponível em: [http://www.moderna.com.br/moderna/projetopitangua/docs/orientacoes\\_avaliacao\\_formativa.pdf](http://www.moderna.com.br/moderna/projetopitangua/docs/orientacoes_avaliacao_formativa.pdf). Acesso em: 01 de set. 2009.

LIMA, Lauro de O. Os mecanismos da liberdade. São Paulo: Editora Polis, 1980.

FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

ELIAS, Norbert. Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LIMA, Adriana de Oliveira. Avaliação escolar – julgamento x construção. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1994.

MAGALHÃES, L. H.; BRANCO, P. M. C.; ZANON, E. R. Educação Patrimonial: Da Teoria à Prática. Londrina: UniFil, 2009.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

SOARES, André Luis Ramos (Org.). Educação Patrimonial: Relatos e Experiências. Santa Maria: Editora da UFSM, 2003.

SOARES, André Luis Ramos (Org.); KLAMT, Sérgio Cêlio. Educação Patrimonial: Teoria e Prática. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.

ARNOLD, E.; HERBERTS, Ana L.. Educação patrimonial as áreas das PCHS, Plano Alto e Alto Irani, Santa Catarina. In: Cadernos do CEOM. Chapecó: Argos, 2007.

# O TURISMO E OS MUSEUS DE LONDRINA: UM BINÔMIO A SER DISCUTIDO

Jorge Henrique Moraes do Nascimento<sup>1</sup>

Talita Yumi Osawa<sup>2</sup>

Tamae Fukuda Maeda<sup>3</sup>

Resumo: O trabalho intitulado "O Turismo e os Museus de Londrina: Um Binômio a Ser Discutido" refere-se a uma pesquisa desenvolvida pelos alunos do curso de Turismo e Hotelaria da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, parte integrante de um projeto maior de Educação Patrimonial, o qual ainda se encontra em fase de desenvolvimento pelo professor orientador. Partindo do conhecimento da realidade de que os museus têm sido os grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico e turístico de muitas localidades, sobretudo de países da Europa e da América Latina, que vêm atraindo um número cada vez mais crescente de visitantes de todo o mundo, está fazendo com que os investimentos nesse segmento de mercado mereçam redobrados esforços por parte de seus governantes. Assim, esta pesquisa foi elaborada com o objetivo de investigar as razões e/ou as motivações que levam ou não a comunidade londrinense a visitar os museus da cidade.

**Palavras-Chave:** Turismo, Museus, Educação, Patrimônio Cultural.

Museus são instituições muito valorizadas e freqüentadas, principalmente nos países da Europa e da América Latina, sendo a visita a esses lugares um hábito, uma tradição, que já faz parte do cotidiano da vida dessas pessoas. No entanto, no Brasil, para muitos, essa realidade parece ainda estar muito distante de se constituir num hábito, fazendo com que muitas dessas instituições, espalhadas por todo o país, estejam até mesmo fadadas a desaparecer.

As transformações tecnológicas, econômicas e sociais das últimas décadas, que, por um lado, têm proporcionado benefícios e avanços em nossa sociedade, por outro, vêm provocando transtornos de ordem mundial, causando profundos impactos no universo dos museus.

A recessão mundial ocasionou cortes bruscos nos orçamentos da área cultural e, no que diz respeito às instituições museológicas, calcula-se que a perda tenha sido entre 20% e 80% em termos mundiais. Em contrapartida, por mais paradoxal que seja, a freqüência aos museus vem aumentando cada vez mais.

---

<sup>1</sup> estudante – Turismo e Hotelaria - UNOPAR

<sup>2</sup> estudante – Turismo e Hotelaria - UNOPAR

<sup>3</sup> Prof<sup>a</sup>. Ms. – orientadora – Turismo e Hotelaria – UNOPAR

Assim, os museus tiveram que, de alguma forma, se adaptar e enfrentar essa dura realidade partindo em busca de novos recursos como o de encontrar novas formas de sobrevivência sob pena de se tornarem em instituições em vias de extinção. Tal situação, no entanto, não significou desvirtuar o seu grande potencial de instituição comprometida com os ideais de natureza educativa e de preservação da grande herança patrimonial da humanidade em seus mais distintos campos do saber. E, nesse sentido, a grande opção foi, sem dúvida, a mais acertada – sair em busca de outros segmentos de públicos que estavam ou ainda estão afastados destas instituições. Entretanto, fazia-se necessário conhecer antes este público em suas diferentes peculiaridades, expectativas e anseios.

Como resultado, o museu, ao conhecer o seu público, através de pesquisas específicas, passou a reconhecer que esta instituição também precisa de alterações. E muitas delas teriam que ser feitas de dentro para fora tais como as mudanças em seu discurso museográfico, tornando-o mais acessível, o incremento de novos programas de atendimento ao público em suas mais distintas faixas etárias (não somente o escolar), e oferecendo novos atrativos (lojas de suvenires, livrarias, cafeterias, restaurantes), que tornassem o museu efetivamente uma referência enquanto local de lazer, educação e pesquisa.

Muitas destas transformações que estão sendo efetivamente feitas pelas instituições museológicas poderão, sem dúvida alguma, sinalizar novas perspectivas de atuação, especialmente se levarmos em conta o público relacionado com o turismo cultural.

A relação entre os museus e o turismo cultural passa a ser de fundamental importância, especialmente quando se leva em conta a própria definição do que se compreende por museu segundo o Conselho Internacional de Museus – ICOM – “Museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu meio, para fins de estudo, educação e lazer”. Nesta definição do ICOM, incluem-se também espaços tais como o zoológico, jardim botânico, aquários, sítios arqueológicos e históricos.

Nesse contexto, é interessante observar o que comenta Amaral (2003, p. 10):

*Há algumas décadas, os museus fazem parte da atração principal do chamado turismo cultural. Isso é evidente, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, onde existe uma cultura sedimentada de visita aos museus. Assim, o Museu do Louvre, o Museu do Prado, o Museu Britânico, o Museu Egípcio (em Londres) já são atrações tradicionais, consagrando-se como parte do processo de formação educacional desses mesmos povos.*

Além disso, alguns autores europeus, sobretudo aqueles ligados à sociologia, situ-

am a visitação aos museus como um hábito relacionado à sociedade do ócio. Desse modo, os museus serviriam aos distintos públicos nos momentos em que estes não estivessem vinculados ao mundo do trabalho e que, devido à diminuição da jornada de 40 horas semanais poderiam dispor de seu tempo para a visitação a essas instituições.

Todavia, no Brasil, a cultura e o turismo, equivocadamente, foram considerados dois mundos distintos; e isto porque, historicamente, os homens de cultura manifestaram sempre certa relutância frente aos temas do comércio e do dinheiro, como se fossem realidades estranhas entre si. De um modo mais amplo, o mundo da preservação patrimonial – onde estão inseridos os museus – foi sempre percebido como uma função do Estado e o turismo como objeto exclusivo da iniciativa privada. Até bem pouco tempo, os museus acolhiam o público escolar com uma grande simpatia, uma vez que estavam apenas preparados e acostumados com esse segmento de público, e com frequência apenas toleravam a presença de grupos de turistas em seus espaços.

Atualmente, os museus brasileiros estão despertando sua atenção também para este público e passaram a pensar em estratégias de ações voltadas para a conquista de mais este segmento tão importante e que poderá se tornar um fenômeno de massas, da mesma forma como ocorre nos Estados Unidos e na Europa.

O objetivo principal desta pesquisa, portanto, foi o de investigar as razões e/ou motivações que levam ou não a comunidade londrinense a visitar os museus da cidade, verificando também outras variáveis tais como conhecimento da existência de museus, a frequência das visitas, conceitos que a mesma tem sobre os museus, a participação dos museus no incremento e desenvolvimento turístico da cidade, entre outras.

A fim de atingir os objetivos propostos, foi elaborada uma pesquisa exploratória, utilizando, como instrumento de coleta, um questionário contendo questões abertas e fechadas, o qual privilegiou as variáveis de caráter qualitativo e quantitativo, cujos resultados foram analisados e classificados para, posteriormente, serem apresentados na forma de gráficos.

Esta pesquisa foi elaborada a partir da suposição de que o povo brasileiro, mais especificamente o povo londrinense, não tem o hábito de fazer visitas aos museus da cidade. E os resultados, de fato, confirmaram essa hipótese.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. Reflexões sobre o papel educativo dos museus. *Revista Humanidades, Fortaleza*, v. 18, n.1, p. 9-16, jan/jun., 2003.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O direito à memória*. São Paulo: Deptº. Municipal

do Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal da Cultura/Prefeitura Municipal de São Paulo, 1992.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs). Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Contexto, 2001.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Museus e Turismo numa sociedade em mudanças: perfil, potencialidades e perspectivas. Unibero, São Paulo, 2001.

# A PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL E INSTITUIÇÕES CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – BRASIL

Prof<sup>a</sup> Ms. Josélia Maria Loyola de Oliveira Gomes

Prof<sup>a</sup>. Myriam J. Sacchelli

**Resumo:** Esta comunicação tem como objetivo comentar sobre a formação do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CPDH) do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, os procedimentos técnicos metodológicos adotados para a organização e catalogação dos fundos/coleções e a importância de sua preservação para a memória da história local.

**Palavras-Chave:** Patrimônio histórico, Acervos documentais, História e Leitura, História e Crimes, História local, História Regional.

A necessidade de preservar, bem como de disponibilizar fontes para a pesquisa, conduziu à formação do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CPDH), do Departamento de História, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Para o historiador Jacques Le Goff, a comunidade, a sociedade deve ter um elo afetivo que a ligue e a situe no seu espaço, na origem do processo que as caracterizou: "a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas".

O CPDH possui duas salas para abrigar os fundos/coleções: sala do Acervo do Centro Cultural Euclides da Cunha e a sala da Documentação Judiciária.

## SALA DO ACERVO DO CENTRO CULTURAL EUCLIDES DA CUNHA

Em 1995, com o recebimento da doação da acervo bibliográfico e documental do Centro Cultural Euclides da Cunha, o Departamento de História deu início a um processo de preservação da memória local que desencadeou na própria formação do atual CPDH.

A sala do Acervo do Centro Cultural Euclides da Cunha abriga principalmente dois fundos importantes para a história: a biblioteca e acervo documental do Centro Cultural Euclides da Cunha - C.C.E.C e a biblioteca particular e acervo documental do Prof. Faris Antonio Salomão Michael, além de outros acervos de ex-integrantes do C.C.E.C. e de professores do Departamento de História.

O Centro Cultural era uma "sociedade civil, legalmente constituída, para congregar

intelectuais, prestando-lhes apoio cultural e moral, cooperando para o desenvolvimento da literatura, das ciências e das artes, bem como para estimular o intercâmbio das idéias com o país e as Américas". Foi uma agremiação que procurou estudar problemas de base da nacionalidade brasileira, para o reconhecimento da preponderância ameríndia em nossa nacionalidade.

Os intelectuais integrantes do C.C.E.C. foram os grandes difusores do ideário que abraçaram: nacionalismo, indianismo, indo-americanismo, pan-americanismo, humanismo e o euclidianismo. Ideário expresso sobretudo nas páginas do jornal literário Tapejara, impresso pelo próprio CCEC.

A documentação do Centro Cultural Euclides da Cunha consta com um acervo com mais de 5.000 livros, 345 títulos de revistas, jornais literários, recortes de jornais, 2.192 correspondências (recebidas) mantidas com intelectuais do Brasil e do exterior (por exemplo: Gilberto Freyre, Érico Veríssimo, Roquete Pinto, Cândido Rondon, Luís da Câmara Cascudo, Roger Bastide, Valfrido Pilotto, Raul Gomes e outros), manuscritos, discursos proferidos, coleção do jornal literário Tapejara, editado pelo Centro no período 1950 - 1976.

Para o processamento técnico do acervo do C.C.E.C., nos documentos impressos (livros, folhetos, periódicos) adotaram-se as regras biblioteconômicas em seu tratamento.

O arranjo dos documentos textuais não impressos está disposto por séries, sub-séries e dossiês, segundo critério funcional ou tipológico.

Em março de 1998, o Departamento de História recebeu o acervo pessoal e a biblioteca particular do prof. Faris Antonio Salomão Michaelé, que complementa o acervo do Centro Cultural Euclides da Cunha.

Para o processamento técnico, nos documentos impressos (livros, folhetos, periódicos) utilizou-se do software microsis.

O material desse acervo pessoal conta com 7.096 livros, 139 títulos de revistas, 58 separatas de revistas, álbuns de fotografias, fotografias (de 1894 e do início do século XX), correspondências e coleções de obras em vários idiomas.

O professor Faris Michaelé foi o idealizador e fundador do Centro Cultural Euclides da Cunha, sendo posteriormente nomeado como presidente vitalício. Faris Michaelé foi autor de inúmeros livros sobre cultura indígena e diretor do jornal literário "Tapejara", publicação periódica do CCEC que era enviada através de intercâmbio às instituições culturais e de ensino no Brasil e do exterior.

Além do CCEC, Faris Michaelé fundou o Centro Cultural Brasil-Estados Unidos em Ponta Grossa, destinado ao ensino de inglês e ao intercâmbio cultural, o Museu Campos Gerais hoje pertencente à UEPG. Foi ligado a muitas entidades nacionais e estrangeiras.

## SALA DA DOCUMENTAÇÃO JUDICIÁRIA

O desenvolvimento de alguns projetos de pesquisa por parte de professores do Departamento de História, cujas fontes primárias utilizadas foram produzidas pelo poder Judiciário, viabilizou inicialmente o acesso a tal documentação. Em 1996, o DEHIS (Departamento de História) recebeu a guarda de um volume representativo de processos-crime que tramitaram na Primeira Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa entre os anos de 1884-1975. Um espaço físico específico, porém vinculado formalmente ao Centro de Documentação de Pesquisa em História, foi criado em 1998 para acolher tal fundo.

A sala da Documentação Judiciária tem como eixo temático o processo de instauração e desenvolvimento dos mecanismos de controle-justiça e polícia, na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Contamos atualmente com um volume de 6.916 documentos.

Entre as medidas possíveis de preservação dos autos, adotou-se inicialmente a higienização que foi feita - documento por documento, folha a folha - com trinchas (macias) para retirar o pó e possíveis micro-organismos ali alojados. Nesta mesma etapa identificamos os documentos que continham ganchos de metal sustentando as folhas, bem como grampos de metal nas fotografias anexadas aos autos.

Para a identificação desse material criou-se como instrumento de pesquisa um catálogo no qual os documentos foram descritos, embora individualmente, de forma sumária. A descrição dos processos seguiu as normas estabelecidas pela Corregedoria Geral de Justiça. Dessa forma, foram coletadas as seguintes informações de cada auto: número, data/caixa, réu, natureza, artigo crime, data sentença final, data trânsito em julgado, data de arquivamento e tipo do documento.

Realizou tal trabalho citado anteriormente, com autos criminais que transcorreram na Comarca de Castro entre ao séculos XVIII e XX. Esses documentos são portadores de valiosas informações sobre a história local, uma vez que fontes disponíveis para análise desde período são raras.

Todo o material dos acervos do CPDH encontra-se à disposição da comunidade acadêmica e da comunidade em geral para consulta e desenvolvimento de pesquisas. Destaca-se que entre o público beneficiado estão os acadêmicos e docentes de uma instituição pública que tem a possibilidade de manusear fontes históricas nas suas atividades cotidianas.

A preservação e conservação dos acervos documentais e bibliográficos do CPDH contempla a questão da identidade regional. A preservação do patrimônio cultural não constitui um fim em si mesmo, mas uma garantia do direito a memória individual e coletiva, elemento fundamental do exercício da cidadania.

PATROCÍNIO:



**CULTURA**  
Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Londrina

APOIO:

**UniFil**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA

Editora  
**UniFil**

A circular icon containing a stylized white book with a yellow cover, representing the UniFil publishing house.

## REFERÊNCIAS

CAMARGO, Célia Reis. Os Centros de Documentação das Universidades: Tendências e perspectivas. IN: SILVA, Zélia Lopes (Org.). Arquivos, Patrimônio e Memória. Trajetórias e Perspectivas. São Paulo: UNESP, FAFESP, 1999.

LE GOFF, J. Patrimônio Histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. IN: BITTENCOURT, Circe. O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998.